



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 069

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	1125
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1126

TAQUIGRAFIA

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL DAS USINAS DO MADEIRA E ACERCA DAS COMPENSAÇÕES SOCIAIS.

Em 24 de abril 2013

Presidência dos Srs.
Hermínio Coelho – Presidente
Adelino Follador – Deputado
Maurão de Carvalho – 1º vice-Presidente

(Às 16 horas e 9 minutos é aberta a Audiência Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, realiza Audiência Pública para debater sobre o aumento do impacto ambiental das usinas de Santo Antonio e Jirau e as compensações sociais.

Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia proponente desta Audiência Pública; Exmº Sr. Dr. Marco Antônio de Faria, Secretário Chefe da Casa Civil, Representando o Senhor Governador Confúcio Moura. Exmª Sra. Nanci Rodrigues da Silva, Secretária de Estado de Desenvolvimento Ambiental- SEDAM; Exmº Sr. Dr. Aluildo Leite, Promotor de Justiça, Representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; Exmº Sr. Dr. Francisco Junior Ferreira da Silva, Conselheiro Substituto, representando o

Tribunal de Contas do Estado; Coronel PM Pimentel da Coordenadoria de Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Porto Velho, aqui representando o Prefeito da Capital; Sr. Antônio de Pádua, Diretor Técnico do Santo Antônio Energia; Sr. Edio da Luz, Consultor representando a Energia Sustentável do Brasil; Exmo. Sr. Vereador Jair Montes da Câmara Municipal de Porto Velho, Presidente da CPI das Compensações das Usinas na Câmara Municipal.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta essa Audiência Pública com o objetivo de discutir o impacto ambiental causado pelas Usinas de Santo Antônio e Jirau e as Compensações Sociais.

Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia. Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Cumprimentar aqui o nosso Secretário Chefe da Casa Civil, representando aqui o Governador do Estado, Dr. Marco Antônio. Cumprimentar a nossa Secretária de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, a Nanci; o Dr. Aluildo Leite, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; Dr. Francisco Junior Ferreira da Silva, Conselheiro Substituto, representando o Tribunal de Contas do Estado; O Coronel PM Pimentel Coordenadoria de Defesa Civil da Prefeitura, representando o Prefeito do município de Porto Velho; Sr. Antônio de Pádua, Diretor Técnico da Santo Antônio Energia; Sr. Edio da Luz, Consultor representando a ESBR (Energia Sustentável do Brasil) e do companheiro Vereador Jair Montes, Presidente da CPI das Compensações das Usinas na Câmara Municipal. Cumprimento todos os meus colegas Deputados; Deputado Adelino, Deputado Maurão, Deputado Ribamar. Cumprimentar os nossos Vereadores, o nosso Bengala, o Chico Lata, o Din Din. Cumprimentar os nossos sindicalistas em nome do Itamar da CUT; os nossos professores, em nome do nosso professor da UNIR, o meu companheiro Adilson Siqueira. Cumprimentar aqui os nossos engenheiros, todos, os nossos servidores, a imprensa, também todos os nossos ribeirinhos, todos os trabalhadores. Eu estava vendo, daqui a pouco nós vamos ter de mudar porque o nosso Hino de Rondônia vai passar a está mentindo, porque o que

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

era bonito, o que era tão bonito não está mais tão bonito assim. Eu tenho dito o seguinte: Qual é a nossa preocupação? Na época que começou a discutir essa questão da construção dessas barragens, aqui no Madeira venderam uma ilusão para o povo de Rondônia, inclusive, nós fomos à Brasília todo mundo querendo as usinas, uma minoria, talvez, tinham mais razão do que a maioria que se colocava ao contrário. Nós fomos iludidos de que a vida do rondoniense iria mudar, que isso aqui iria virar um paraíso, principalmente para nós aqui da região de Porto Velho, da região aqui do Rio Madeira. E o que a gente ver hoje, infelizmente, se tem, eu acredito que deve ter tido uma meia dúzia de pilantras que se deu bem nessa estória, porque a maioria do povo deste Estado foi atingido. Uns são atingidos diretamente, rápido, que são os ribeirinhos, os pescadores, as pessoas que foram de forma covarde... e quantas Audiências Públicas não fizeram, tudo uma maravilha naquela época. É igualmente o cara quando quer pegar a mocinha. No começo é uma conversa bonita danada, depois... ficou do jeito que está. Mas, hoje a vida dos rondonienses, quase todos os rondonienses, hoje, são afetados de uma forma ou de outra por este empreendimento, e está ficando só os pepinos para o povo, não está ficando nada de positivo para o nosso Estado. E qual é a nossa preocupação? Agora a poucos dias... e aqui neste Estado você não vê uma autoridade deste Estado falar nada. A imprensa não fala, os políticos não falam, a justiça não fala, só quem fala, mas ninguém não escuta são os nossos ribeirinhos, que não têm espaço, são quem reclama. Aí, passa na mídia nacional aquela situação do Rio Madeira, porque o Rio Madeira já tem, o Rio Madeira já tem esta questão do desbarrancamento natural, mas ele desbarranca a passos de tartaruga, pela natureza. Com os empreendimentos, já está andando como Fusca, o trem está, e tem gente que fala: não, é a natureza. Mas que natureza é essa? A natureza, a prainha de Jaci era a coisa mais linda do mundo. Qual é a nossa questão aqui, Nanci? Eu tenho dito o seguinte: Nós não podemos Davi, nós não podemos, o Estado de Rondônia não pode ser... O que estão fazendo com Rondônia é criminoso. O que estão fazendo com o Estado de Rondônia é criminoso, e ninguém fala nada.

Estou vindo do interior de Rondônia, vindo lá do Cone Sul do Estado, eu paro em um restaurante em um posto de gasolina ali antes de Ji-Paraná, estou lá e tá passando eu não sei se é no Jornal Nacional ou no Fantástico, a reportagem aqui da TV Rondônia e da TV Globo mostrando toda aquela situação. Aí, eu pensei: Eu sou Presidente da Assembleia, nós somos políticos e a gente não está sabendo de nada, para eu saber eu tenho que estar assistindo a Globo, assistir Fantástico e o Jornal Nacional para ficar sabendo, porque ninguém está nem aí. E essa Audiência Pública, aqui, doutor Aluísio, é exatamente para isso. Eu queria Nanci, eu sei que você está aqui, o nosso Chefe da Casa Civil está aqui, são pessoas que eu tenho o maior apreço e carinho, mas eu sei que vocês não tem muita autonomia para resolver muita coisa, até para decidir as coisas aqui pelo Governo. Até porque eu acho que quem decide as coisas lá não é o Governador Confúcio, não sei nem quem decide as coisas por ele. Mas o que está faltando? Porque a gente sabe o que já fizeram não tem mais jeito, mas pelo menos tem que compensar Rondônia de alguma forma. E o que eu tenho dito? Primeiro a questão dos nossos trabalhadores, dos atingidos pelos ribeirinhos, diz que é o IBAMA, o IBAMA nós chamamos aqui e ele não veio, não veio. E outra coisa, na época da eleição ninguém vota em IBAMA. O IBAMA não vai pedir voto do povo, quem vai, e quem manda no IBAMA não é... quem é que manda no IBAMA? São os políticos. Se é o IBAMA que está enrolando, é porque tem político mandando enrolar, porque se os políticos chegassem e dissesse: Está aí IBAMA, trata como deve tratar o povo, indenize com dignidade as pessoas que foram... Por que eu sei que resolver

voltar às praias de Jaci, voltar a nossa Mutum velha, que era velha, era simples mas era digna, não tem mais jeito, mas nós não podemos deixar o Estado ser destruído, é criminoso, é criminoso o que a União está fazendo com Rondônia. Eu não culpo a Presidente Dilma, não culpo a Presidente Dilma, porque com certeza eles devem está dizendo todo o dia para os Ministros e para Dilma que Rondônia está uma maravilha, que isso aqui está uma maravilha, porque quando a Dilma esteve aqui só via um bando de puxa-saco lá do lado dela e ninguém fala nada, fala que é tudo beleza. Mas o que queremos nesta Audiência Pública aqui: nós não podemos deixar, nós, a sociedade de Rondônia, não podemos deixar fazer isso com o nosso Estado. O nosso Estado de Rondônia não merecem isso, não merece. Ai o quê que nós queremos aqui Secretária Nanci? Eu falei para o Governador Confúcio Moura e falei para o Vice-Governador: "você dois não tem coragem de defender o nosso Estado e fazer a União cumprir o que deve para Rondônia, vocês não tem coragem de fazer..." porque nós não queremos favor da União não, nós queremos o nosso direito, o direito que nós temos, inclusive falei, exigir nosso direito não precisa pedir para empresa pintar escola ou reformar postinho de saúde não. O Estado mesmo faz isso, só cumpra, principalmente tirando das costas do Estado de Rondônia essa dívida criminosa e a transposição até 91 que foi vendida, que falava que todos os servidores de Rondônia iriam ser transposto até 91, é uma economia, essa dívida do BERON que é uma dívida covarde, uma dívida maldita, quase cem milhões/mês, é mais de um bilhão/ano que Rondônia... Nós, com esse dinheiro não precisávamos pedir para a usina ou não sei pra quem pintar nossas escolas, os nossos postinhos de saúde não, nós mesmos fazíamos. E a questão, eu falo: "Governador, viaja, pegue o Vice-Governador viagem, me dá uns 20 dias essa caneta para vê se eu não pego a SEDAM,..." porque a SEDAM, a nossa Nanci, com os técnicos que tem lá na SEDAM, só não fazem porque não dão ordem para eles fazerem. Se disser: "SEDAM vai lá, junto com a Secretaria Ambiental do Município vai lá e faça um levantamento do arregoço que foi feito no nosso rio Madeira" para vê se não vai chegar dentro de poucos dias dados para nós embargarmos, dentro da Lei embargar todos os crimes que esses empreendimentos estão fazendo no nosso Estado, no nosso rio Madeira, de forma, sem ter nenhum tipo de compensação, porque já que fizeram isso, que procurasse uma forma de recompensar, pelo menos para ficar igual para o povo, porque diziam que iria ficar uma maravilha, mas eles não fazem isso, eles também não viajam, é lógico que eles não vão deixar eu com a caneta, eles não vão deixar, porque não dá, é como falei para vocês, cada um de nós, cada um de nós que dizemos que amamos tanto e adoramos tanto esse Estado, se nós ficarmos no jeito que nós estamos no mínimo nós somos covardes. Rondônia não merece, um Estado tão maravilhoso que é saqueado, saqueado por esses políticos que mandam nesse Estado que sempre mandaram nesse Estado, que saqueiam, que vende, que vende e entrega porque tem uns que vende e não entrega, quando eu falo que os nossos aqui são piores que os outros, porque os outros lá dizem: que ainda rouba, mas faz, vende e não entrega", aqui vende e entrega e parece que rouba e faz. É lógico que a gente não defende isso, mas quando eu falo eu cito exemplo de Roraima, Roraima não tem usina, lá não tem barragem não, o Estado foi criado com a cópia da Lei que foi criado Rondônia, criaram primeiro Rondônia, copiaram a Lei que criou Rondônia para criar Roraima e Amapá, lá há mais de 20 anos que foi transposto todos os servidores de lá até 91, aí eu cito: lá tem um Jucá, Romero Jucá que não é nenhuma Brastemp, não é nenhuma Brastemp, inclusive, é do PMDB, não é nenhum Santo não. Mas lá, ele usa o poder dele, a influência dele lá em Brasília, lógico, que é para se dar bem também Deputado Ribamar, mas

ele consegue levar alguma coisa para o seu Estado, os Magalhães na Bahia fazem isso, até o Sarney do Maranhão faz, mas muita coisa para o bolso dele, mas de vez em quando faz uma média com o povo, os daqui nem isso faz, porque num momento desse nós não termos barganhado da União; “não, mas nós autorizamos tudo”. Nós autorizamos, mas vamos resolver com dignidade, vamos tirar a dívida do BERON, vamos transpor os servidores, não deixar os nossos ribeirinhos na mão dos caras que não atendem eles. Quem tinha que está negociando lá com os ribeirinhos era a Prefeitura, era o Estado. Agora, não tem um político lá e as empresas não atendem, aí ele fica dizendo: “não, eu só posso fazer o que o IBAMA manda”. É como eu falei, tudo de uma forma tão, sabe tão, daqui a pouco vamos passar um documentário aqui, depoimentos de algumas pessoas... é uma situação, é criminoso o que eles estão fazendo com Rondônia, e parece que para a maioria de nós, a não ser para os nossos ribeirinhos que estão sofrendo o pão que o diabo amassou o restante do povo de Rondônia parece que está tudo acovardado, tudo acovardado, e a nossa intenção aqui Nanci, nosso doutor, Promotor, nossos Deputados e toda a sociedade vamos fazer a União compensar a gente, tem que fazer. Se tiver um movimento sério neste Estado, um movimento do povo, não precisa ser um movimento de quebrar, de matar, não. Movimento de indignação, por respeito ao nosso Estado que é maravilhosos, e eu tenho certeza que Rondônia deve está com vergonha do povo dela, porque estão deixando eles arrebitarem o nosso Estado e a gente fica caladinho, quietinho. Eu espero que essa Audiência seja para isso, pelo menos, que saiba que tem alguém que não aceita isso calado, isso é o mínimo que a gente tem que fazer. O que eu estou tentando fazer é chamar... porque se eu tivesse meus companheiros, se eu tivesse poder, porque do mesmo jeito que vocês são enrolados por esse povo nós também somos, eles enrolam todo mundo, eles enrolam todo mundo, eles enrolam todo mundo. Em parte os nossos representantes das Usinas, não têm culpa de transposição, de dívida de BERON, mas com relação, apesar que eles dizem que é o INCRA, só faz o que o INCRA manda, o INCRA não, o IBAMA. Mas vamos fazer, é tão fácil a gente fazer, fazer o correto é tão fácil, e as coisas vão ser diferentes. Se nós fizermos a cosia de forma correta, aqui todo mundo é brasileiro, se precisa da energia do nosso rio Madeira tudo bem, ninguém está sendo contra isso, mas que pelo menos respeite o nosso Estado, porque eu tenho certeza, eu não acredito que a Presidente Dilma tenha nada contra o Estado de Rondônia, o problema são os nossos representantes, representante que eu falo, são quem? Governador, Ex-Governador, Ex-Prefeito, são os principais, os principais, Cassol e Roberto Sobrinho dois principais responsáveis por isso tudo e o Confúcio porque também assumiu e não tomou nenhuma medida, e ele poderia ter tomado, mas ainda está em tempo, nós temos... agora, na hora que eles terminarem, que ligarem esse trem, que eles foram embora, aí meu amigo pode esquecer, pode esquecer. A nossa luta é para... ainda está em tempo de nós fazermos eles respeitarem Rondônia, nós ainda temos meios de barganhar, para barganhar para o nosso Estado, e resolver essas questões e é isso que eu espero que saia a partir de hoje daqui Nanci. Eu queria que você chegasse..., quando eu falo para o Governador, primeiro eu falei para o Governador: Governador, vamos fazer isso, os 24 Deputados vão com o senhor, o Ministério Público vai com o senhor, a sociedade deste Estado, os trabalhadores, os empresários, os comerciantes vão todo mundo com o senhor apoiar, no dia que o senhor pegar os nossos técnicos do Estado a nossa SEDAM e embargar essas duas obras, todo o Estado vai apoiar o senhor e eu vou abraçado com o senhor se o senhor fizer isso eu vou abraçado com o senhor. Agora, ele não faz não, não faz porque ele não tem coragem,

não tem coragem e talvez não tem moral, esse povo é todo comprometido. Quando eu falo para o Governador Confúcio Moura que ele é um homem bom, como o Roberto Sobrinho também era um homem bom, mas ele se junta com tanto mala, com tanta tranqueira, que aí meu amigo, se perde, se perde, eles são engolidos pelo sistema sujo. É triste você vê pessoas como o Dr. Confúcio, como o Professor Roberto Sobrinho, envolvidos em tanta coisa, e dizer que não sabem de nada, da esculhambação que é o nosso Município e o nosso Estado. Já falei muito, mas a intenção nossa aqui é essa, vamos tentar sair daqui com alguma coisa Nanci. O nosso Promotor, o nosso Chefe da Casa Civil, vamos tentar sair daqui com alguma coisa encaminhada para que nós não sejamos, nós que eu falo, são os nossos ribeirinhos, o nosso Estado não seja tratado da forma que está sendo. O Estado é quem tem que conduzir essas questões, não deixar os nossos ribeirinhos serem humilhados pelos diretores de empresa. O Estado e o Município é que tem que conduzir isso, isso é o mínimo. A questão das compensações, dos atingidos diretos, afetaram no mesmo dia a vida desses trabalhadores.

Quanto a questão dessa transposição e essa da dívida do BERON, no mínimo é um direito de Rondônia. Só para complementar um pouquinho aqui, só para deixar um dado bem claro aqui: 1996 quando Rondônia, quando o Valdir Raupp, entregou a divi da do Banco BERON para o Banco Central, a dívida do BERON era quarenta e oito milhões, dívida que não foi nós quem fizemos, foram eles que fizeram. Mas só era de quarenta e oito milhões, entregou para o Banco Central por seis meses, para o Banco Central sanear. O Banco Central devolveu com seis meses? Não. Entregou com três anos, uma dívida que já era de trezentos milhões. E sabe quem aumentou a dívida? foi o próprio Governo Raupp, saqueando, pagando campanha política, aquela coisa toda. Venderam o Banco, venderam o Banco. Nós já pagamos, desde 1998 que a gente paga, Itamar, nós já pagamos, isso são dados do Governo mesmo, nós já pagamos um bilhão e duzentos e setenta milhões, já foi pago de 1998 para cá. Hoje é dezesseis milhões/mensal o valor da parcela. São trinta anos, nós já pagamos quinze; quinze anos, que já está pago, um bilhão e duzentos e setenta milhões. E falta ainda até 2028, falta ainda pagar um bilhão e trezentos milhões. Dá 56 vezes, se a dívida era de 48, nós vamos pagar 56 vezes, nós já pagamos 26, e ainda falta 30 vezes para pagar, o que era o valor, o que eles dizem que era o valor da dívida. Isso, as consequências desse tipo de política é danosa demais... Não, isso não é problema não, parece que a gente não está nem aí. Mas quantas pessoas estão aqui, o Prefeito de Guajará-Mirim... Então, porque é uma maravilha fazer barragem aqui, porque é uma moleza fazer barragem aqui em Rondônia. Eu estava falando das consequências dessa política perversa, professor Adilson, meu amigo; quantas pessoas não são assassinadas pela violência, por falta de oportunidade. Os nossos jovens se metem na violência, e aí matam, morrem, quantas pessoas não morrem á mingua nos hospitais, quantas pessoas não morrem nesse trânsito maluco, mal sinalizado, as ruas cheias de buracos, cheia de lama, cheia de capim? isso é consequência disso. Não, o nosso ribeirinho está sendo atingido, é problema dele. Eu estou aqui, estou numa boa, no meu condomínio fechado. Mas ele não sabe que o filho dele pode ser refém de marginal, de marginais, os quais não nasceram marginais. Essa política, a política brasileira que não dá oportunidade, que muitas vezes nossos jovens seguem o caminho do crime, não porque nasceram bandidos, às vezes o crime é que dá oportunidade para ele, porque o Estado, o país não dá. É por isso que cada um de nós temos que parar de se preocupar somente conosco. Achar que se está bom, tá beleza para mim, o resto que se dane. Vivemos em comunidades, todo mundo é afetado de uma forma ou de outra, todo mundo.

Vamos abrir o debate, está aqui a nossa Mesa, mas todas as pessoas que quiserem contribuir no debate, a gente vai tentar, é lógico que sendo muita gente, e de repente o trem vai ficar muito esticado, fica um pouco cansativo, mas por mim não tem pressa. Mas, todos que estiverem aqui para contribuir... espero que essa audiência não fique só no bla, blá, blá, que realmente saia coisas práticas. Porque o que queremos é isso, é respeito por nosso Estado, é que se cumpra o prometido, nós não queremos esmolas, não queremos favor, nós queremos o nosso direito, porque isso é o mínimo que temos que exigir para nós.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Sr. Presidente queremos saudar os Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais; Ribamar Araújo, Adelino Follador, Maurão de Carvalho, Zequinha Araújo. Também cumprimentar o senhor Clayton Kussler, advogado da Santo Antônio Energia. Senhor Ivan Silveira, Coordenador Fundiário da Santo Antônio Energia. Senhor professor Adilson Siqueira de Andrade, representando a reitoria da Universidade Federal de Rondônia. Excelentíssimo senhor Dulcio da Silva Mendes, Prefeito do Município de Guajará-Mirim. Excelentíssimo senhor doutor Francisco Cândido; Defensor Público Geral. Doutor Leonardo Werneck; Presidente da Associação dos membros da Defensoria Pública. Senhor Itamar Ferreira, Presidente da CUT/RO. Excelentíssimo senhor Guilherme Ornelas; defensor público. Excelentíssimo senhor Marcos Edson de Lima, Defensor Público. Doutor Mário Jorge Sobrinho, Delegado de Polícia, representando a Direção Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia; Doutor André Roberto, Delegado Gerente de Planejamento, representando a SESDEC; o senhor Coronel PM Fernando Luiz Brum Pretz, Assessor Militar aqui na Assembleia Legislativa; Engenheiro Jorge Luiz da Silva, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia – SENG; senhor Edson Silva de Sousa, Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Joana D'arc III; Excelentíssimo senhor Vereador Chico Lata, da Câmara Municipal de Porto Velho; Excelentíssimo senhor Vereador Din din, da Câmara Municipal de Porto Velho; Excelentíssimo senhor Vereador Everaldo Fogaça, da Câmara Municipal de Porto Velho; Excelentíssimo senhor Vereador Leo Moraes, da Câmara Municipal de Porto Velho; 1º Sargento Alves, representando a Marinha do Brasil; Dr. José Raimundo de Jesus, advogado dos assentados, senhor Erivaldo Alves de Brito, líder Comunitário de Nova Mutum Paraná; senhor Márcio Santana de Lima; representando a Comunidade de São Carlos; integrantes do MABE; senhor Jonir Tavares de Souza, Presidente da Associação dos moradores de São Carlos; Professor Josiel Rabelo, representando a comunidade de São Sebastião; senhor João Marcos Rodrigues Dutra; representando a Coordenação Estadual do Movimento dos atingidos por Barragens; senhor João Batista, Presidente da Associação Comunitária das Comunidades Pesqueiras e Extrativistas de São Carlos; Senhor Wallison Rodrigues, Daniela Lorenzo, da Coordenação Estadual do Movimento dos atingidos pela Barragem; senhor Luiz Pires, Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Porto Velho; senhor Adilson Alves, Presidente da Associação da Vila Jirau; senhor Edson Silva de Souza; Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Joana D'arc III; senhor Josenias de Macedo, representando o Assentamento Nova Vila Teotônio, senhor Edilson Pereira da Silva, morador do Bairro Triângulo, senhor Marcos Antônio Alves de Farias, integrante da CUT, senhor Raimundo Andrade, Presidente da Associação da Associação de Produtores e moradores de Porto Chuelo Porto Velho, senhor Artur Duarte, Presidente da Associação do reassentamento Santa Rita, senhor Wilson Reis, Presidente da Associação Comercial do Distrito de Jaci-Paraná, senhor Elivaldo de Brito, líder Comunitário, representando a Comunidade Nova Mutum; senhor Zeno dos Anjos;

Presidente da Cooperativa dos Produtores e Agricultores do Lago do Cujubim Grande; Doutor Rochilmer Melo da Rocha Filho, advogado da Energia Sustentável do Brasil; senhor Itamar Ferreira, representando o Excelentíssimo senhor Deputado Federal Padre Ton, senhoras e senhores da Santo Antônio Energia; Moradores do Assentamento Joana D'arc; Moradores do Assentamento Morrinho; senhor Milton Alves Pereira, Presidente do PSD; moradores do Assentamento Santa Rita; senhores moradores do Distrito de Jaci-Paraná; moradores da Comunidade São Sebastião; senhores integrantes do MABE, Movimento dos Atingidos por Barragem; Excelentíssimo senhor Vereador Bengala da Câmara Municipal de Porto Velho; senhores Assessores da Empresa Energia Sustentável do Brasil; Excelentíssimo senhor Vereador Leo Moraes da Câmara Municipal de Porto Velho.

Sr. Presidente nós temos neste momento um vídeo a ser apresentado, um vídeo que foi produzido pelo Departamento de Comunicação Social aqui da Assembleia, mas antes, porém, queremos cumprimentar o senhor Eustáquio Chaves, responsável pela Divisão Fundiária do INCRA. Lembrando como o senhor Presidente disse agora pouco, nós temos vários oradores, então vamos estipular dentro de instantes um tempo para que todos possam fazer uso da palavra.

(Apresentação do vídeo)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Esse foi um vídeo produzido pela Assembleia Legislativa.

Senhor Presidente, queremos saudar ainda e agradecer a presença da Exma. Sra. Vereadora Fátima Ferreira, da Câmara Municipal de Porto Velho; Dr. Celso Nobre, representando a OAB, Seccional Rondônia e o Sr. Ruslan Magalhães, diretor do Conselho de Segurança Comunitária – CONSEG, setor 16.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Tem muita gente inscrita, portanto pedimos para que todos, sejam bem objetivos na mensagem, para que todos tenham oportunidade, de usar a palavra.

Eu quero chamar primeiro para fazer uso da palavra, o nosso Vereador Chico Lata. Você ver os depoimentos das pessoas, a gente fica até com vergonha. Acontecendo tudo isso no país e ninguém faz nada, e é verdade mesmo, ninguém faz nada, ninguém faz nada. Nós políticos, eu fico com vergonha de dizer... e não é só nós que somos atingidos não, são todos. É uma brincadeira, as pessoas sofrem e eles só vão lá na época da política, mentir muito, pedir voto, em compensação o nosso povo também é difícil, às vezes vota mal para caramba. Com a palavra o Chico Lata.

O SR. CHICO LATA – Obrigado, Senhor Presidente.

Boa tarde a todas e a todos, Vossa Excelência está de parabéns, Deputado Hermínio, em marcar essa Audiência. Estou vindo aqui a Santo Antônio e a Jirau aqui presente, porque lá na Câmara um dia nós marcamos a Audiência chamando a Santo Antônio e a Santo Antônio não compareceu. Eu quero parabenizar Vossa Excelência Hermínio Coelho, o Deputado Maurão, o Líder do PP, obrigado Deputado Maurão, o partido que mais cresce no Brasil, o PP. Quero parabenizar o Dr. Aluísio do Ministério Público, está de parabéns, estar nos ajudando, sempre que vamos lá ao Ministério Público tenta solucionar o máximo possível.

É muito bonito todo esse pessoal aqui, para somarmos juntos, trabalhar junto, porque eu tenho certeza que nós venceremos. Eu quero em nome do Vereador Leo Moraes, Fogaça, o Vereador Din Din, o Vereador Bengala e a Fátima Ferreira. Em nome do Deputado Ribamar Araújo, quero cumprimentar a

todos que estão aqui presentes. Isso é muito bonito, viu gente, eu tenho certeza se nós somarmos juntos e trabalharmos juntos... nós temos muitas coisas a resolver, não podemos deixar acontecer o que está acontecendo; Joana D'arc está aí sofrendo, o pessoal estão há dois dias de pé correndo atrás dos seus direitos. Vocês estão três dias, não é? Vocês estão de parabéns. Fico muito sentido, eu e o Vereador Bengala, moramos lá em Jaci, o pessoal fica cobrando da gente: Vereador, você não resolveu o nosso problema? Nós temos ido às autoridades competentes, mas eu acredito, se nós somarmos, todos, as autoridades competentes, os Deputados, Câmara de Vereador, Prefeito e o Governador, para nós chamarmos a Santo Antônio e a Jirau e eles fazerem o que a população de Porto Velho merecem, que é direito deles. Tenho certeza que o pessoal que estão aqui, não estão visando indenização, eles querem um lugar digno para estarem, para dar sustento a famílias deles. Isso é lamentável, vocês do Joana D'arc, do Santa Rita também, eu acompanho o Santa Rita, eu vi o Artur falando agora a pouco no vídeo, eu acompanho o Santa Rita, eu tenho pena do pessoal de Santa Rita, porque Santa Rita daqui um ano eu tenho certeza que não tem mais nenhuma pessoa morando lá porque lá não tem como o pessoal sustentar não, a terra é fraca e o incentivo é pouco também. E aqui eu vou falar um pouco de Jaci. Em Jaci nós tínhamos várias praias, não era só uma praia. Foi feita uma praia artificial e essa praia não agradou a população de Jaci. Eu gostaria de pedir ao meu colega Presidente da CPI, Jair Montes, para montar uma CPI e cobrar o direito que a população de Jaci também tem. Fizeram um campo de futebol, no papel estava dizendo que tinha iluminação, tinha arquibancada, no entanto quando dar um sereno, lá só anda sapo. Foi feita uma praia, também uma praça, dizendo melhor, em área de risco. Foi feito uma delegacia ambiental também em área de risco porque eu acompanhei em 2011. Quando a obra estava no começo, escavava um metro, quando tirava a boca de lobo a água subia. Foi feita uma Delegacia Ambiental e eu tentei até impedir mais quem era eu, um pequeno Vereador, para chegar e impedir uma obra daquela? Fiquei calado. E hoje Jaci... Estão terminando uma UPA também em área de risco. Aquela UPA eu acredito que quando eles terminarem não vai dois anos tem que mudar para outro lugar porque não tem condições de ficar na beira de um rio. Também em Jaci, fiz um levantamento na vigilância sanitária, deu 45% de água contaminada, hoje Jaci está dando muita gente com Hanseníase e eu acredito que é a água contaminada, viu gente? eu peço a vocês, Presidente, para nos ajudar, o Governador, todos os Deputados para nos ajudar, somar juntos e vamos nos unir, vamos cobrar o direito que nós temos, direito sim, hoje está aí os representantes de Santo Antônio, tem da Jirau, e eu peço a vocês de todo coração, se a população de Porto Velho tem direito, vamos olhar para eles, aqui é o nosso lugar e Porto Velho tem gente digna, tem gente honesta e tem gente trabalhadora.

Era o que tinha a dizer. Obrigado a todos.

Obrigado Presidente, está de parabéns.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Quem tem, pelo menos eu penso o seguinte, quem tem que resolver essa questão política, as empresas? não, quem tem que resolver isso são os políticos de Rondônia, os políticos de Brasília, Governo Federal, o Governo de Rondônia e o Governo do município de Porto Velho, esperar que empresário resolva esses problemas, pode esquecer. Quem tem que conduzir isso é a política, são os políticos que têm que conduzir isso. Não é IBAMA, não é INCRA, que tem que fazer isso, é o Governador, é o Prefeito junto com o Governo Federal. Não é pedir favor, é fazer cumprir a obrigação com Rondônia. Nós não podemos entregar o nosso Estado para eles fazerem todo esse estrago e ficarmos... eu falei para eles, obrigado por eles

terem vindo, mas eu tenho certeza que eles não vão... tive reunião com eles na Câmara, já tivemos aqui, e é muito difícil eles terem solução para alguma coisa aqui, quem tem que dá solução são os políticos. Infelizmente não está aqui o IBAMA, foi convidado, não está aqui o Governo Federal e o Governo de Rondônia, está aqui o nosso Chefe da Casa Civil, a nossa Nanci, daqui a pouco nós vamos ouvi-los. Peço para o nosso Governador: Governador, vamos lá, vamos fazer esses caras respeitar Rondônia. Está feito o convite, chamar o povo desse Estado que vai apoiar ele cem por cento para fazer o Governo Federal cumprir o que ele deve para a gente. Eu vou passar a palavra agora para o Presidente da Associação da Vila Jirau, Adilson Alves.

O SR. ADILSON ALVES – Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer aos Excelentíssimos representantes que se encontram aqui, e por essa oportunidade de podermos divulgar um pouco da nossa indignação contra o que está ocorrendo na comunidade de Vila Jirau com referência as obras da Usina de Jirau. Eu tenho um pequeno relatório, vou tentar ser breve. Nós somos uma comunidade humilde, antes éramos em torno de 8 a 10 famílias, hoje já estamos constatando em média de quase duas mil pessoas. Isso é referente ao impacto ambiental e social causado diretamente por essas obras. E é absurdamente aprovado por nossos governantes federais, estaduais e municipais, que se dizem competentes agindo como quem construiu o planeta, destruindo a exuberante natureza a qual todos tem testemunhado as margens do Rio Madeira, e todos tem sido vítima dessa destruição que eu chamo de terrorismo ecológico protocolado. Estão violando os nossos direitos, desrespeitando o direito as informações verdadeiras, o direito de ser compensado por danos ocasionados sem que antes nos torture, pois na realidade eu digo, são golpistas aproveitadores que recusam conhecer nossos direitos avaliando-nos segundo o que lhes convém. Acabando com as nossas matas, tirando do nosso povo e de nossa fauna a tranquilidade e a sustentabilidade, nos manipulando e nos oprimindo como se fossemos forasteiros, quando na realidade os verdadeiros forasteiros são quem está causando essa destruição. E os governantes federais, estaduais e municipais que assistem e não fazem nada, sabe o que está acontecendo mais não se movimentam, e o que nós queremos é praticidade. As deformações a qual tem ocorrido a natureza que cujo impacto ambiental se manifesta dia a dia visivelmente testemunhado por nós que somos moradores da região de Vila de Jirau às margens da BR 364, com grande quantidade de animais silvestres encontrados mortos, vítimas de atropelamento. Surpreendentemente até uma onça pintada já encontramos morta, vítima de atropelamento por que a água está invadindo o habitat natural desses animais. A nossa comunidade hoje se encontra invadida por cobras peçonhentas fazendo vítimas e eu digo não adianta só conversa, tem que ter praticidade. O IBAMA que fiscaliza crimes ambientais será que não tem conhecimento do que está acontecendo? Ou não tem nenhum competente para fiscalizar com responsabilidade ou de certa forma estão compartilhando desses ataques terroristas protocolados, se não, prove-nos o contrário.

Ultimamente escuta-se falar muito em compensação social, mas de certa forma creio que essas compensações sociais só estão beneficiando os cofres públicos, porque as nossas comunidades, as nossas regiões afetadas, não tem manifestado nenhum tipo de compensação social que nos dá sustentabilidade e vida digna. Portanto, o que queremos é o reconhecimento e a competência das autoridades, que tenham respeito próprio e exerça a cidadania com dignidade, principalmente com referência a nossa comunidade que se desenvolveu muito por efeito dessas obras, mas de certa forma não temos nenhum benefício. O único posto de saúde que

funcionava, hoje já não funciona mais; não temos médico, não temos policiamento, o índice de criminalidade aumentou, também os nossos peixes estão contaminados, estão afetados, a área de extrativismo aonde era mantenedora de grande parte da população dessa região, foram destruídas, hoje não tem mais açaí, os peixes não tem mais, os mineradores não tem mais o que fazer, porque as águas invadiram toda aquela área de trabalho. E também eu peço as autoridades, Vossas Excelências que não só analisem, mas que ponha em prática algum projeto para que seja mudado essa realidade caótica, porque isso é um terrorismo ecológico protocolado. Nós somos os verdadeiros donos de Rondônia porque somos moradores, conhecemos as nossas necessidades, lutamos e crescemos aqui e queremos respeito e os nossos direitos.

Agradeço a todos, agradeço a comunidade Vila Jirau que está representada aqui com trinta e uma pessoas.

Quero dizer que nós só somos visitados em época de eleição. Só em época de eleição, aparece políticos hipócritas que vão às nossas casas dizendo serem conhecedores de nossos problemas, prometem que vão resolver e solucionar, mas na realidade não fazem nada. Eu quero que um Vereador me mostre um projeto que foi feito com relação às nossas comunidades, principalmente em Vila Jirau, e isso é porque nós já estamos no 3º, e no 4º mês de mandato. Então eu peço que tomem uma iniciativa e que façam valer a pena nós virmos aqui para esta Assembleia. É isso que quero pedir a vocês, e quero agradecer o Presidente pela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado a você Adilson, obrigado por contribuir com nosso debate e eu espero que a partir dessa Audiência realmente aconteça alguma coisa prática. Só é difícil, infelizmente, nós Deputados e Vereador, por isso que eu falo vamos pelo menos denunciar e criticar porque, poder de fazer alguma coisa sozinho realmente o vereador e o deputado não tem não, mas todos juntos temos, todo mundo junto, juntar tudo, cassar o Prefeito, juntar todos e cassar o Governador, isso tem, infelizmente não faz, tem que começar a fazer, porque motivos eles dão toda hora, motivos tem de toneladas. Vamos ouvir primeiro o nosso povo, depois ouviremos os companheiros da Mesa.

Com a palavra o Representante da Coordenação de Estado do Movimento de Barragens, companheiro João Marcos Rodrigues Dutra.

O SR. JOÃO MARCOS RODRIGUES – Agradeço ao Presidente da Casa pela oportunidade, e cumprimento principalmente aos companheiros e companheiras que são atingidos por estes projetos que são ambiciosos, são desumanos que vêm à região a qualquer custo, a custo de rio, de peixe, de floresta, de vida humana, e não foi o único lugar onde isso aconteceu. Hoje, sofremos na pele aquilo que já sabíamos que iria acontecer. Hoje só temos que exigir que os nossos direitos sejam garantido, que nós sejamos reconhecidos como atingidos por esses projetos da Santo Antônio que é dominada pela Empresa ODEBRECHT e o projeto de Jirau do Consórcio Energia Sustentável do Brasil que é dominado Empresa SUEZ, uma empresa que é considerada uma das piores do mundo no tratamento aos atingidos e aos trabalhadores. Foi isso que vimos nas obras de Jirau, foi isso que vimos na Usina de Estreito em Tocantins, onde nenhum canal para os peixes passar foi construído na Usina de Canabrava. Há mais de 20 anos por todo Brasil, em diversas barragens de todas as regiões, a gente constata, a gente comprova que as mesmas empresas têm violado e negado os mesmos direitos humanos, e isso se repete em Rondônia de forma, talvez, ainda pior do que nos outros locais. Foi

uma pena, mas foi uma boa oportunidade, que o vídeo durasse tão pouco e que nós tivéssemos poucos dias para contribuir com a coleta deste material, foram apenas três dias, foi semana passada, portanto esses são dados da realidade de hoje, esses impactos estão acontecendo hoje, mas esse pequeno vídeo aí é só a pele do câncer que se instalou no Rio Madeira e no povo de Porto Velho/RO.

A Empresa, desde o início planejou a violação desses direitos, ela negou o reconhecimento dos atingidos desde o estudo. Nós dizíamos que sem o conceito na lei do que é o atingido por barragens, de quais são os direitos são a sua forma de tratamento a empresa é aqui ia fazer o que faz nos lugares, ia determinar assim como ela quer escolher arbitrariamente quem reconhecer como atingido e como tratar esses atingidos. Que conceito de atingido é esse, que não reconhece pescadores, que não reconhece garimpeiros, que não conhece os agricultores que plantavam na margem do Rio Madeira e que até hoje negam o estrago que eles fizeram e estão fazendo no bairro do Triângulo, que conceito é esse? Uma das táticas deles para iludir a população, é dizer... Outra idéia além do conceito que eles criaram dos atingidos é dizer que a responsabilidade deles só está na área do polígono, um quadrado que eles inventaram em volta da obra. Nós sabíamos que aquelas quatro audiências públicas nunca iriam contemplar os povos acima de Jirau até o final do baixo madeira. Hoje todo mundo está sendo atingido e toda a população jusante das obras não são realmente reconhecidos como atingidos pelas barragens e mesmo eles negando esse reconhecimento, prometeram a partir do plano de ações jusante cinco agroindústria que até agora não entraram em ação, nenhuma foi feita. A de São Carlos que eles falaram que iria beneficiar, a castanha, até hoje não tem nem o terreno comprado. Eu vou trazer um dado e mostrar como que o discurso dessas empresas é incoerente e não tem crédito nenhum. Olha só, no PBA a Santo Antonio Energia estimava que 561 famílias seriam atingidas, em 2009 eles afirmaram publicamente que 1.145 famílias faziam parte do programa de remanejamento, em 2011 eles já passaram para outro número, 1.729 famílias e hoje já passam mais de duas mil, contando as da Joana D'arc que estão sendo novamente atingidas, no reassentamento que a própria empresa fez. As famílias estão sendo atingidas novamente, elas vão ser outra vez remanejadas? Elas vão para onde? Para uma área barata em volta do lago, com uma terra ruim que não planta nada, que os fazendeiros não queriam mais, eles não iam querer nunca ficar ali. Então o que faz? Jogam as famílias nestes locais? Hoje já passa de duas mil reconhecidas pelas empresas, mas sabemos que tem muito mais. Qual é a estimativa do número de pescadores? Até 2011 eles não tinham uma lista oficial dos pescadores atingidos na área de influência direta do empreendimento. Como é que eles fazem isso? Eles falam que eles só vão reconhecer as famílias do polígono a partir das etapas de enchimentos do reservatório. Isso quer dizer que eles fazem o estudo, mas só vão reconhecer, só vão garantir os direitos, depois que as famílias que vão ser atingidas? Ah, não, primeiro ele vai ser atingido e depois a gente vê o que vai fazer. E vai fazer quando? E como é que vai fazer? As famílias vão participar desse debate? Porque no relatório de 2011, o relatório ambiental da empresa, eles disseram que discutiram com o Movimento dos Atingidos pelas Barragens os reassentamentos. Se a gente tivesse discutido esses reassentamentos com as empresas, a primeira coisa que a queríamos saber é para qual terra as famílias vão? Porque elas não escolheram nem a terra para onde elas iriam. E vocês viram? Pé de bananas que há três anos não dá nenhum cacho, não nasce nada naquela terra, as famílias não estão tirando nada de lá. Os reassentamentos foram criados sem nenhum padrão, tem casa de cinquenta, sessenta,

setenta, até cem metros quadrados, as terras não têm nenhum padrão, tem terra de cem hectares até terra de quatrocentos metros quadrados. O que um agricultor vai fazer com uma terra de quatrocentos metros quadrados? Ainda longe do rio, sem peixe, é lógico que ele vai passar fome. É isso que está acontecendo nos reassentamentos, às famílias estão dependendo de uma verbazinha de manutenção. Verba essa que tinha sido cortada e só voltou porque a gente botou o pé na rua e fez uma luta, o Santa Rita lembra disso, lembra que não teve padrão no tratamento dos atingidos. O maquinário agrícola que foi para os outros reassentamentos só foi para o Santa Rita quando a gente pressionou a empresa, quando a gente fez luta. Porque eles tratam cada um de uma forma diferente, é arbitrária, é a forma onde tem menos custo, é a forma como a empresa consegue o maior lucro e mesmo com o subdimensionamento do reservatório, com as áreas que estão sendo atingidas em Jaci, a partir do lençol freático, a contaminação dos poços d'água, a contaminação da água a partir do apodrecimento da mata, o encharcamento das terras no Joana D'arc, onde as famílias não conseguem mais plantar, eles ainda querem mais lucro pedindo para aumentar a cota do nível da água de um lago que já foi subdimensionado. Os impactos foram menosprezados.

Em relação à pesca, praticamente quase nenhuma ação do plano de apoio às atividades pesqueiras naquelas reuniões das ditas ações emergenciais foram realizadas, não há nenhuma medida que repare em realidade o universo dos pescadores hoje e eles mostraram isso. Eles mostraram ali que aquelas dívidas que eles obterem para ter material de pesca antes da Usina, mostra que o peixe acabou, porque eles não pegaram dinheiro, eles pegaram material de pesca diretamente. Quem é o pescador que quer se endividar à toa? Nenhum, e são muitos que estão endividados, porque o peixe acabou, não tem mais peixe para sobreviver no Rio Madeira, os pescadores estão comprando peixe de viveiro que vem do interior. Portanto é urgente e necessário um outro estudo de monitoramento das atividades pesqueiras. Os pescadores negam e repudiam o resultado que tem sido apresentado neste programa. E isso foi solicitado no triângulo. Quando o laudo do Santo Antônio se contradizia com o laudo da Defesa Civil, foi dito no TAC que teria que ser feito um outro estudo para fazer um desempate. E hoje é necessário outro estudo no Rio Madeira, um outro estudo que mostre que a realidade dos pescadores tem expressado, que o peixe acabou e que hoje não tem para vender e que está difícil até mesmo para comer. E os barrancos. No Triângulo, na época dos estudos ambientais foi dito que teriam que ser feito estudos dos mais profundos, esses estudos foram negados, caíram cento e vinte casas, destruíram o triângulo velho e mais casas vão cair. O problema se alastra até o final do baixo madeira, Calama, porque o desbarrancamento aumentou, São Carlos aumentou, está quase sumindo, em Nazaré onde isso nunca acontecia; no São Sebastião; no bairro Arigolândia, e vai ficar cada vez pior, porque tem muitas turbinas para começar a funcionar nessas barragens. Diante disso eu queria dizer que tem sim um movimento sério de luta aqui em Rondônia, porque quando as obras vieram nós fizemos uma marcha da Ponta do Abunã até Porto Velho com os atingidos da Samuel, a memória viva de que os direitos são violados e não são garantidos sem luta, e fomos passando nas Comunidades avisando o que iria acontecer com eles, se eles não se organizassem e fossem para a luta. O que está acontecendo é a mesma coisa. Hoje, solicitada pelo MABE tem pelo menos 1000 famílias cadastradas no INCRA que estão sem terras por terem sido atingidos por barragens. O passivo aqui no Madeira vai ser muito pior. As feridas aqui são muito mais profundas, a gente precisa sim, hoje, de ações imediatas para reparar esses problemas. Agora, sabemos que vai demorar anos

para curar isso que foi feito no Estado de Rondônia. Por isso pedimos o apoio aqui dos presentes das diversas instituições; Ministério Público Federal, aos Parlamentares da Casa, apoio para a gente poder amarrar essas ações imediatas, que é o pagamento da dívida dos pescadores, que é formar um grupo com SPU com defesa Civil, com Prefeitura para a gente discutir como é que vai ser a ação imediata em relação ao desbarrancamento. Precisamos sentar com os atingidos dos reassentamentos para perguntar como é que a gente vai solucionar a situação deles, porque, hoje, eles não tem de onde tirar o pão para comer, a gente precisa, logo, de um outro estudo da pesca, que não seja financiado por empresas, porque todo mundo sabe que esse sistema de transposição não funcionou porque não passa peixe nenhum ali. E, além disso, temos uma proposta para médio e longo prazo, até porque tem outras barragens para vir aqui em Rondônia. Já desde 2009 a gente vem num diálogo estreito, de muita cobrança e muita luta com a Secretaria Geral da Presidência, encaminhando uma pauta que foi acordada em 2011, a partir de uma jornada de lutas do movimento, onde o ponto central é a criação de uma política nacional de direitos às populações atingidas por barragens. Uma política que tenha um conceito de atingido para que ele não seja determinado arbitrariamente pela empresa, que diga qual é a forma de tratamento, de participação social dos atingidos, para determinar esses direitos nessas formas, que tenha um modelo padrão de reassentamento, que tenha um fundo específico para que essa política seja implementada, que tenha o órgão específico para tratar dessa dívida histórica, pois são mais de um milhão de atingidos no Brasil e eles jogam para o IBAMA, jogam para as empresas, jogam para o INCRA e ninguém resolve esse problema. Tem que ter um órgão específico para tratar das situações dos atingidos. Não é admissível que a pessoa que sai do lugar para construir a barragem seja a mais prejudicada com isso, seja a que menos ganhe com isso, isso não pode mais acontecer. E, em São Paulo em junho nós vamos reunir cinco mil atingidos por barragens, vão ter comissões de atingidos aqui de Rondônia, onde a gente vai discutir com o Governo Federal, vamos lá cobrar no escritório de vocês isso. Porque quando a gente faz reunião com vocês o documento está sendo analisado lá em São Paulo, mas a obra é aqui e os atingidos estão sofrendo aqui. Portanto vamos cobrar de vocês as pautas dos atingidos e vamos construir essa política nacional com a Secretaria Geral da Presidência. Pedimos apoio da Casa para isso, porque o relatório da Comissão Especial dos Atingidos por barragens que foi instalado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos a partir da solicitação do MABE em uma reunião em que foram apresentadas denúncias de violação de direitos humanos de Santo Antônio e Jirau, infelizmente, não foram contemplados. No estudo, comprova que no Brasil existe um padrão de violação de negação em direitos humanos na construção de barragem, desde o processo de planejamento até a operação, e Santo Antônio e Jirau não fugiram desse padrão, muito pelo contrário, aqui nós temos situações ainda muito piores. Obrigado pela palavra.

Companheiros, vamos à luta! Vamos à luta! Porque em mais de vinte anos do movimento em todo o Brasil, vimos que só a luta faz valer os nossos direitos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado meu companheiro, isso aí a gente sabe, o MABE e outros companheiros alertavam muito sobre essa enrolação e os problemas que essas barragens sempre trás. Infelizmente os políticos, principalmente os principais que tem poder fácil de enganar o povo, de iludir o povo com conversas bonitas, de progresso, de um monte de coisas e a gente sabe que para o final o progresso deles sempre o resultado é esse, é piorar a vida, a vida das pessoas que já é

difícil, dos trabalhadores, piorar mais ainda. Parece nós não aprendemos nunca, os exemplos estão aí, e parece que achamos bom mesmo é sofrer.

Vamos chamar aqui para usar a palavra o nosso Professor Adilson Siqueira.

O SR. ADILSON SIQUEIRA – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde Presidente desta Casa, Deputado Hermínio Coelho. Chefe da Casa Civil, Dr. Marco Antônio; Nanci, Secretária da SEDAM; vereadores, representantes da Prefeitura e Srs. Deputados e os movimentos sociais.

Eu ouvi nesta Casa, um tempo atrás, da primeira Legislatura um Deputado contar a seguinte história: - Era uma vez um escorpião e uma paca, o escorpião tentava atravessar o rio e não podia porque a água era muito rápida e apareceu uma paca e ele pediu uma carona, disse: “me transporte para o outro lado”. Ela disse: “não você vai me ferrar”. Ai ele disse: “não, vamos fazer um pacto, você me leva para o outro lado do rio e eu não te fero”. Fizeram o pacto, quando a paca atravessou para o outro lado do rio na ribanceira ele a ferrou, ele é mortífero, quando ela estava arquejando como se diz, ela disse: “mas você disse que não ia me ferrar”. Ele disse: “Mas você esqueceu que a minha natureza é ferrar”. E ela morreu.

Eu acho que está claro que nós estamos discutindo e eu queria inverter a discussão. Quem é responsável pelas obras? Quem deu autorização para construção das hidroelétricas? O Governo Federal, o Governo Federal. Qual é a natureza das empresas dos Consórcios, quer sejam aqui ou em qualquer lugar do mundo? É ganhar dinheiro. É a natureza do capital. Qual é a natureza do capitalismo? Ferra. Não tem discussão. Só se negocia com quem tem forças, essa é a máxima que a gente estuda e ensina para os nossos alunos. Deveria, e aí o Governo Federal tem um projeto que é signatário que é o IRSA, é um Projeto de Integração Latino Americana, que desenha toda integração Sul-Americana, inclusive, essa ponte aqui, a ponte do outro lado, Guajará-Mirim, mais duas hidroelétricas, a Calha do Tapajós lá de cima da discussão, a Belo Monte, isso tudo é previsto, está tudo previsto, quem deu a concessão foi o Governo Federal, as empresas vieram para cumprir o convite. Estou colocando claro porque de repente o que eu estou vendo aqui, e não estou defendendo, eu sou estou dizendo para a gente inverter a ordem das reivindicações, quem deveria primeiro: fiscalizar? Autorizar e fiscalizar? O Governo Federal, o Governo do Estado e a Prefeitura de Porto Velho. Certo? É com esses que precisa ser dialogado porque se deixar para os movimentos eles não terão forças, não terão forças. Para onde vai essa energia? Eu não quero perguntar para os consórcios. Essa energia vai servir para uma rede de integração para atender o grande capital de eletro intensivo, é para isso que vai servir. Veja Tocantins, onde tem umas das tarifas mais caras, aqui também, mas não está em discussão à comunidade, o que está em discussão é atender a ALCOA, é atender o ferro do Carajás, é atender o minério do Trombeta, é atender o eletro intensivo, não é para atender a comunidade, mas eu preciso cobrar do Governo Federal, do Governo do Estado, do Ministério Público, dos Poderes, civilização ou barbárie?

Essa é a outra pergunta. Na barbárie nós iríamos para o confronto? na civilização criou-se as instituições para que pudesse defender a sociedade, eu não quero discutir com as empresas, eu quero discutir com o Governo do Estado, o Município, com as instituições que são responsáveis, é com esses que eu quero dialogar, é com esses que eu quero discutir, se a Prefeitura, o Estado for incompetente, eles vão responder nos tribunais.

A Dona Dilma fez campanha, o Lula veio aqui, se elegeram, enganaram a população, eu participei de todas as Audiências

Públicas antes, discutir, fui tratorado como outros companheiros da Universidade, fomos tratorados, mas dissemos, o Jorge estava lá, lembra Jorge? Mas não interessava, eu escutei um dia desses um líder sindical dizer: em nome do progresso pode se sacrificar a população. É isso? Vamos, uma coisa é progresso, outra coisa é desenvolvimento Presidente, nós queremos desenvolvimento que se refere à qualidade de vida, queremos energia, queremos habitação, queremos direito a escola, queremos a saúde pública. Progresso? São tecnologias. Queremos tecnologias. Não sejamos hipócritas em dizer que o homem do campo precisa de tecnologia, de transferência de tecnologias, o importante é a qualidade de vida nossa, está certo? Então nesse sentido para finalizar, eu entendo que devemos tratar com seriedade os encaminhamentos, os encaminhamentos, daqui pra frente temos que discutir, é compensação?

Com a palavra o Chefe da Casa Civil. Quais são as negociações, Secretário, que estão sendo feitas para que protejam as pessoas pobres que não têm voz, o Governo do Estado está sentando para discutir o quê? Essa é a questão. A Prefeitura do Município de Porto Velho, certo, compensação da Praça? Não me interessa, não me interessa aquela praça, o que ficou para a comunidade? O que a Prefeitura vai dizer? Eu quero saber da Prefeitura, qual a negociação feita até hoje com os Consórcios? Os dois estão no Município de Porto Velho. Com a palavra a Prefeitura de Porto Velho. Eu não quero dialogar com Consórcio. Eu quero dialogar com as autoridades que autorizaram, me digam, me digam! Essa é a questão, essa é a questão.

A Universidade estar se colocando aqui, eu estou representando a reitoria da UNIR, estamos nos colocando à disposição para ajudar no âmbito da discussão, no debate, estou propondo que se faça um seminário qualificado para que a gente possa discutir. Por quê? Eu não tenho dados confiáveis sobre os impactos ambientais, sobre a força da água, eu não tenho, porque eu não confio nos estudos que foram feitos, não são confiáveis. Eu estou propondo um seminário que possa discutir do ponto de vista do impacto ambiental, do impacto humano, da questão física da força da água para responder o clamor desse povo. foi muito feliz, o filme. Eu estou propondo Procurador e sei da sua preocupação, acompanho, inclusive na discussão de compensação com a Universidade, portanto, promovamos um debate técnico, científico, e a partir dali subsidiará tanto os poderes públicos, quanto aos movimentos, para gente não fazer panfletagem, chega, ficar falando; coitados quem falou aqui. É verdade, mas eles são mais uma voz, eu quero que um cientista diga que sim, o quê está acontecendo em Calama, o quê está acontecendo aqui, os dados que estão sendo apontados, que a força d'água está vindo por baixo seja verdadeiro, mas com quem seja autoridade academicamente, é isso.

Muito obrigado. Está certo a Assembleia fazendo esse debate.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Professor Adilson.

Só queria, só para ver, o negócio é tão esculhambado, Professor, que não precisa nem a gente, o Governador chegou, apesar de que ele vai deixar de falar as coisas no meu ouvido, mas ele chegou ao meu ouvido bem baixinho e falou: Hermínio, construíram uma barragem em cima da outra, sem ordem de ninguém, sem autorização de ninguém. Eu disse: mas Governador, o Senhor é o Governador, vai lá e prende esses homens, pára esse trem; ele falou baixinho no meu ouvido: que tem uma quadrilha dentro da Procuradoria do Estado, entre os Procuradores e os Auditores do Estado, uma quadrilha que assalta esse Estado

todo dia, falou baixinho no meu ouvido. Nunca denunciou, nunca falou, nunca tomou nenhuma providência. É como eu falei para vocês, quando eu falo, não precisa qualquer... o que foi autorizado, que já foi mal negociado no início, mas o que foi autorizado que eles diziam que era uma coisa, dobraram todo o impacto sem ordem de ninguém. O IBAMA, se um trabalhador derruba um pé de pau lá no sítio dele, as vezes até que não dá fruto nenhum, o IBAMA está lá para multar, multas milionárias e até prende. Aqui faz essa esculhambação toda, e o IBAMA não vai lá, por isso Professor Adilson, vamos discutir com o IBAMA, com o INCRA. O IBAMA e o INCRA tem que fazer o que o Presidente da República, os Ministros, o Prefeito, o Governador manda. Agora não, deixa os representantes das Usinas, os quais não resolvem nada mesmo, não resolve nada, por isso que eu falo: agradeço a presença deles, bom vir aqui, acho legal, mas não, estamos esperando aqui, porque não é com esses que temos que exigir. Eles é que tem que dizer: olha, tem que ser desse jeito. Por isso que eu digo para vocês, a minha preocupação é exatamente isso, eles sabem de tudo, porque quando o Governador fala um absurdo desse e não toma nenhuma atitude... eu falo toda hora, eu não gosto muito de andar abraçado com macho não, mas eu não tinha nenhum problema, eu vou abraçado Governador, contigo até a porta dessas duas garagens para trancarmos elas, dentro da lei. Para fazer a Dilma, o Governo Federal vir aqui cumprir o que eles devem para Rondônia. Porque isso, esse negócio de estudo, se for esperar eles pagarem, contratar gente para fazer isso tudo, meu amigo, nós vamos morrer afogado, doente, e não vai ser resolvido nada. E para provar a esculhambação, não precisa de estudo nenhum, está claro, todo mundo sabe, sabe Secretário.

Vamos passar a palavra ao nosso Presidente da Associação do Assentamento Joana D'arc, Edson Silva de Souza.

O SR. EDSON SILVA DE SOUZA – Boa tarde a todos da Mesa, Deputado Hermínio, Presidente da Casa; Secretário da Casa Civil, Doutor Aluildo; Secretária da SEDAN, todo mundo.

Tenho algumas palavras para falar a respeito de Santo Antônio Energia, porque eu posso falar de Santo Antônio Energia. Quanto aquela comunidade que está lá atrás, toda pode falar de Santo Antonio Energia. Sabe porque nós podemos falar de Santo Antônio Energia? Por que nós sentimos na pele o que a Santo Antônio Energia faz conosco, entendeu? Não foi ninguém que contou para nós o que a Santo Antônio Energia vai fazer, não. Não é a primeira vez que a gente vem a Porto Velho atrás de justiça, não é a primeira vez. Eu vou falar uma coisa de coração mesmo, para vocês: se eu fosse um juiz eu prendia todo mundo, eu ia levar todo mundo para a cadeia, porque o crime que eles cometem com a gente é crime pra ser preso, de ir para cadeia, porque isso é um crime. Mas eu não sou um juiz. É tanto que a gente procurou a Santo Antônio Energia há tempos, e a Santo Antônio Energia disse para nós procurar a justiça. Procuramos a justiça. Porque nós não podemos fazer justiça com as próprias mãos, o que podemos fazer é o que estamos fazendo, é o último recurso, é se manifestar, vir para a rua se manifestar. A única coisa que podemos fazer é isso, se manifestar. E graças a Deus, parece que estamos sendo ouvido.

O que eu tenho para dizer aos senhores, que são muito mais do que eu, porque eu sou um simples agricultor, eu moro na Linha 17, sou pai de sete filhos, sou representante da comunidade. Eu quero dizer para vocês, que pelo o amor de Deus não deixem acontecer isso com a gente não. Porque uma hora vocês vão levar todos nós presos, porque lá dentro a gente não vai morrer, a gente vai se manifestar, até a polícia pegar a gente e levar para a cadeia. Porque só ouvem, só ouvem, só ouvem e ninguém faz nada. Nós vamos para a cadeia uma hora. Vocês vão, igual

acontece, como já soubemos hoje, que quando a Santo Antônio Energia soube que íamos nos manifestar, foi lá e chamou a Força Nacional e jogou lá. Então o que acontece? Vocês acham que a gente vai aguentar isso até quando? Até 2050? Nós não vamos aguentar isso até 2050. E eu não estou aqui para mentir, eu estou aqui para falar a verdade, doa a quem doer, é a verdade. Se o Lula estivesse aqui na minha frente agora, ele ia ouvir a verdade é o que nós sentimos, é o que nós sofremos. Você já imaginou, quando eu não tiver condições de colocar o meu filho para ir para a escola? vocês já imaginaram quando eu não tiver condições de mandar o meu filho para a escola, sendo que a Prefeitura colocou um ônibus escolar lá, e a Santo Antônio Energia meteu o caminhão de madeira, acabou com a estrada, voltou lá fez uma recuperaçãozinha, jogou um cascalhinho dessa grossura, hoje está pior, muito pior do que estava. Para a gente poder sair de lá, Presidente, são 100 quilômetros daqui até onde a gente mora, de lá para Porto Velho. Nós saímos as vinte horas e chegamos aqui quatro e meia da manhã, puxado por trator para vir se manifestar, porque um mentiroso da SEMAGRI, um mentiroso que se diz Secretário da SEMAGRI, eu não sei como um prefeito coloca um camarada desse para ser Secretário da SEMAGRI, prometeu para nós que ia lá concertar os buracos e fez foi publicar uma mentira no jornal. Publicou uma mentira no jornal, dizendo, que inclusive, eu acho que ele está ali, o seu Leonel. É o senhor, que é o seu Leonel? Não, é não. Chama-se Leonel, eu conheço por Leonel, ele disse no jornal que a Linha 5 do Projeto Joana D'Arc estava indenizada, que o povo estava querendo receber a mais e colocar a Prefeitura contra a empresa, e nesse jogo eles não iam cair.

Eu votei no Prefeito para ele socorrer a comunidade, não foi para ele apoiar a empresa não. Nós votamos no Prefeito, ele está lá porque nós colocamos, então, no mínimo ele tem que ter pelo menos a consideração com quem trabalha na roça, no mínimo, no mínimo ele tinha que ter respeito. Então, eu digo para vocês; enquanto nós tivermos essa empresa nos humilhando lá no sítio, e não tiver uma autoridade para ver, só acredita... olha, nós pedimos está aqui, isso aqui é um documento. A gente conseguiu, o Ministério Público foi lá, processou a Santo Antônio Energia. Nós ganhamos, nós tivemos uma liminar a nosso favor. A Santo Antônio foi lá e recorreu. Nós continuamos na mesma coisa. Aí eu digo para vocês, o Ministério Público trabalha, um advogado, bem pago, logicamente, vai lá e paga, e nós que não temos dinheiro para fazer nada, temos que simplesmente abaixar a cabeça e concordar com a miséria que está acontecendo naquele local. Eu quero dizer para o Deputado Hermínio, quero dizer para todos os Deputados desta Casa, para o senhor Governador, eu quero dizer para os senhores, que o Joana D'Arc e as demais localidades que estão sofrendo com essas barragens aqui, não vamos parar com nossa luta não. Vocês podem ter certeza disso. Se for para alguém morrer que morra no meio da rua, porque aí todo mundo está vendo, porque lá, se matar, ninguém vê. Lá, a cobra picou? Picou porque tinha que acabar e acabou. Aqui não, é diferente. Se a alguém matar, alguém vai ver. Então nós preferimos morrer no meio da BR, mas não vamos morrer lá dentro. Eu digo para essa comunidade que eu tenho certeza que está unida, eu digo para vocês, ou toma providência ou então vai pegar a gente, levar para a cadeia, fazer alguma coisa com a gente, que de graça não, de graça, chega.

Outro ponto que eu quero colocar. Vocês já imaginaram adoecer num local onde não tem posto de saúde? Não, minto, tem o Posto de Saúde, mas não tem um médico, não tem uma enfermeira, não tem um enfermeiro, não tem um assistente, não tem nada. Aí, como é que vocês querem que a gente more num local desses? Aonde a gente planta uma planta e a água mata,

aonde nossos filhos vão para a escola e tem vez que chega a pé, porque o ônibus atola e não tem como chegar, aonde a Justiça foi prender um bandido, que geralmente lá é esconderijo de bandido, os bandidos fazem alguma coisa aqui em Porto Velho e correm para lá, para se esconder e nós temos que conviver com tudo isso. Além de conviver com todo tipo de insetos, ainda com bandidos. Aí o cara pega e mata a mulher, corta a mulher no meio com facão, aí dizem: lá no Joana D'Arc! Por que isso acontece com o Joana D'Arc? Porque alguém fez alguma coisa para esse povo estar lá. Quero dizer uma coisa muito triste, o nosso Estado, hoje, recebe haitiano, boliviano, paraguaiano, todo tipo de gente. O nosso Estado recebe e nós abraçamos esse povo, todos eles, inclusive Santo Antônio Energia, Jirau, todo mundo, foram abraçados aqui no nosso Estado. E o que nós recebemos em troca? Me explique o que é que nós recebemos em troca. Uma punhalada, daquela bem dada. Vou dizer mais uma vez, o governo do Estado, o Prefeito... não estou aqui para falar mal de governo e mal de Prefeito não, estou aqui para dizer para vocês tomarem atitude, porque vocês são o poder, se vocês tomarem atitude e socorrer aquelas comunidades, porque não é só o Joana D'Arc, não, vocês reparem bem o pessoal que está aqui, a maioria é Joana D'Arc sim, mas não é só Joana D'Arc, não. Agora chegou um rapaz lá de União Bandeirantes, o IBAMA que fiscaliza e que da licença de operação para Santo Antônio Energia, foi lá, invadiu sua propriedade e deu tiro com um 367, se eu não me engano o nome da arma, que é só a Força Nacional e o IBAMA que usa e matou o gado do rapaz, e arrombou a cerca do rapaz. E a prova está lá, as fotos estão ali. Então eu quero dizer, quero pedir para vocês, pelo o amor de Deus, ajudem a fiscalizar, vamos resolver essa situação porque senão vai ter guerra. Guerra do povo contra a empresa, porque já foi declarada essa guerra há muito tempo e força nós não tivemos. Agora, nós não estamos para ouvir um blá, blá, blá, não. Nós estamos esperando sair daqui com uma decisão. Ou vocês fazem ou prendam a gente. Olha, outra coisa, quando nós chegamos na rua, segunda-feira quando chegamos na rua. Todos sabem que nós fechamos a rodovia, imediatamente a Santo Antônio Energia publicou. A gente já doou para lá seis milhões de reais. Doou para duas pessoas. Eu não tenho segredo não. Eu falo a verdade e doo a quem doer. Um se chama Geraldo Crispim e o outro se chama Welington de Azevedo. Procurem eles e vejam onde eles estão. Um está preso na cadeia e o outro está com um processo desse tamanho nas costas, por quê? Porque roubou a comunidade lá, a comunidade não recebeu nada, não. Vai lá e procurem para ver se alguém recebeu alguma coisa. Agora, se eles pagaram seis milhões para a recuperação de estradas, eu não tenho culpa. Se ela está recuperada, vai lá e olha se ela está recuperada. Recuperaram parte, verdade. Que doaram esse dinheiro, que está no papel aqui, também é verdade, mas tem um velho ditado: "quem paga mal, paga duas vezes", porque eles pagaram para irresponsável, para bandido, vão correr atrás do bandido e pegar o dinheiro e devolver para o povo, porque o povo não tem culpa deles terem dado dinheiro para bandido. É só isso que eu tenho para falar.

Eu quero dizer para os senhores que a gente está ali acampado, na frente, nós não somos bandidos, nós não cometemos nenhum tipo de crime e nós estamos sendo tratados iguais a bandidos, àquele que não tem direito à escola, àquele que não tem direito à saúde, àquele que não tem direito à estrada, àquele que não tem direito a nada. Quer dizer, eu sou um bandido? Então procure o meu nome aí e vejam se eu já fiz alguma injustiça nesse País. Se eu fiz me prendam que eu pago, se eu não fiz então façam o que tem que se fazer, que é justiça.

Obrigado a todo mundo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Eu queria também, deixar ali, nós convidamos toda a bancada federal, todos os Deputados e Senadores, não tem nenhum aqui. Não tem nem coragem de vir aqui. Agora, na época da eleição eles vão lá. E vão ter um caminhão de voto, porque sempre tiveram. O menino falou que vai preso, eu já falei para o Dr. Everton lá no Ministério Público: Dr. Everton, quem vai terminar indo para a cadeia somos nós, e nós não vamos sair só com um dia de cadeia não, vamos ficar um monte de tempo preso. Por que, essa PEC 37, é para quê? É para nós irmos para a cadeia. Porque quem vai para a cadeia são as pessoas que lutam, o que tem coragem de abrir a boca para pelo menos, esculhambar esse bando de político pilantra que tem no nosso Estado, no nosso país. São esses que vão para a cadeia ou para o cemitério.

Quero chamar o nosso Luiz Pires, Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Porto Velho.

O SR. LUIZ PIRES – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde Presidente. Em nome da Secretária Nanci eu quero cumprimentar toda a Mesa. Em nome do nosso prefeito de Guajará-Mirim Dulcio, eu quero cumprimentar todos os Deputados, todos vereadores. Em nome do Din din quero cumprimentar todos agricultores e agricultoras.

Sr. Presidente depois de nós vermos uma imagem dessa não tem o que falar, uma imagem vale mais do que mil palavras. A única coisa, que nós como sindicalistas, os senhores como Deputados, as autoridades de Rondônia, nós temos que criar vergonha e tomar uma decisão, nós temos que tomar... Eu tiro o chapéu para as palavras do professor. Santo Antônio, eles estão na deles porque parece que encontrou um Estado que não se preocupa com os agricultores. Com todo respeito e quero dizer para o Senhor Presidente e louvar a sua atitude, mas essa Casa também tem culpa porque essa Casa votou muitas coisas a favor de Santo Antônio. Essa Casa tem poder para dizer não para a Santo Antônio, não vamos só culpar o governo, vamos chamar governo, vamos chamar prefeitura, vamos chamar essa câmara de Vereadores, vamos chamar a Assembleia Legislativa, temos a CUT, temos o sindicato, vamos sentar e, pelo o amor de Deus, que não seja mais uma audiência pública nesta Casa sem efeito nenhum, vamos deixar de encher lingüiça, desculpem as minhas palavras. Eu quero propor para essa Casa o seguinte: junto com a Câmara de Vereadores, junto com a OAB, junto com o Ministério Público, vamos formar uma comissão com deputados, com vereadores, com OAB, com Ministério Público, vamos passar dois dias atolados lá em Joana D'Arc levando ferrada de carapanã para ver quem é que está mentindo, está tão fácil descobriremos, e não estarmos só culpando Santo Antônio, está tão fácil. Eu não vejo, por que está difícil? Porque me parece que as autoridades de Rondônia estão comprometidas com a Santo Antônio, está tão fácil, e eu admiro a sua atitude, Deputado Hermínio, como Presidente da Assembleia, tem hora que tu fala que eu fecho os ouvidos, eu digo – amanhã esse Presidente vai estar na cadeia. Não, sinceramente, é verdade, mas não vamos só culpar o governo do Estado, vamos chamar a responsabilidade do Ministério Público estadual aqui, Federal, vamos chamar a responsabilidade do prefeito, dos vereadores, desta Casa de Leis, que tem poder sim, chamar a responsabilidade dos 24 Deputados que estão aqui e olhar os senhores os Deputados que estão acompanhando essa audiência pública para vocês verem que é quem. Eu proponho isso, Sr. Presidente, que saia daqui um encaminhamento. Nós queremos que desta audiência pública encaminhemos alguma coisa, pelo o amor de Deus, pelo respeito que eu tenho pela Nanci, pelo respeito que eu tenho por nosso amigo da Casa Civil

que tem nos recebido muito bem, pelo respeito que eu tenho pelo Governador do Estado; que essa audiência pública não seja mais uma audiência pública nesta Casa sem efeito, eu espero, não vai ser, eu acredito no senhor, agora que as usinas aplicaram seis milhões em Joana D'Arc. Uma propriedade hoje estão indenizando mais do que seis milhões, Presidente. Tem propriedade aqui, só uma propriedade, pagaram mais de seis milhões. A compensação social de Joana D'Arc das estradas, eles mesmos fizeram mas eles mesmos estragaram puxando madeira. A compensação da Joana D'Arc das estradas eles fizeram para eles puxar madeira para fora. Então, Sr. Presidente, eu espero que os vereadores que estão aqui, Jair Montes está aqui, eu espero que essa audiência pública não seja mais uma audiência pública nesta Casa de Lei.

Fiquei muito entristecido, ontem, me doeu quando vi uma criança de seis anos chorando para mim e perguntando: "Sr. Presidente, o senhor já arrumou a janta para a gente?" Uma pessoa de 70 anos, será que vai vim lá de Joana D'Arc com febre mentir aqui? Não. Eu espero, eu espero que esse dinheiro que a Santo Antônio falou que aplicou em Joana D'Arc, eu espero que esta Casa, veja onde que está aplicado, e se aplicou para líder corrupto, que meta na cadeia.

Tenho dito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Passar a palavra agora para o Presidente da CUT, Itamar.

O SR. ITAMAR FERREIRA – Boa tarde ou boa noite a todos e a todas. Saudar aqui o nosso Presidente do Poder Legislativo, Deputado Hermínio; Marco Antônio, representando o Governo do Estado; Dr. Aluildo do MP; O Pimentel representando nosso prefeito; o Vereador Jair Montes, da nossa Câmara de Vereadores. Também os representantes dos dois Consórcios que estão aqui presentes. Saudar, principalmente os trabalhadores e as trabalhadoras do Joana D'Arc, do Baixo Madeira, de Mutum, Nova Mutum. Enfim, os atingidos pelos impactos ambientais e sociais desses mega empreendimentos, que convenceu a sociedade de Porto Velho de que eles eram necessários e até mesmo inevitáveis. Nós vimos que em Belo Monte numa região muito mais complicada, atingindo reserva indígena diretamente e tudo mais e a obra está sendo feita, então realmente ela ia acontecer, não é. Agora, nossas autoridades e a sociedade é que teriam e tem ainda que tomar a iniciativa de resolver esses problemas que efetivamente estão acontecendo. Nós vimos a situação dramática das pessoas, não está se inventando problemas, e concordo com a boa parte do que disse o nosso querido professor Adilson, mas numa questão eu discordo do ponto de vista da estratégia de como a gente conseguir isso. Não podemos deixar as empresas, os empreendimentos de fora, não adianta nos acamparmos na frente lá do palácio do Governador ou da prefeitura, nós podemos ficar lá dois anos que não vai resolver, mas de repente se acampar na frente das entradas das usinas por quinze dias seja diferente o impacto. A questão é a seguinte: as empresas têm um segmento aqui em Porto Velho que até que elas não tratam tão mal porque eles se organizaram e negociaram com os empreendimentos condições de trabalho. Quando eles chegaram aqui a média de salários para o ajudante, pedreiro, meio oficial era em torno da metade do que é hoje, eles chegaram aqui final de 2008 início de 2009. Então em três anos dobrou, não tinha nenhum direito, conseguiram vários direitos, só que para isso esses trabalhadores agora mesmo, eles pararam uma semana, e aí conseguiram fechar aqui um dos melhores acordos do país. Então o Deputado Hermínio, falando, várias pessoas aqui manifestando, muitas audiências...

CPIS e outras iniciativas foram feitas, eu acho que todos tiveram a sua importância, mas efetivamente não resolveram o problema. Como sindicalista nós estamos acostumados a organizar, mobilizar, negociar e procurar resolver, se não resolver as nossas alternativas é manifestação, mobilização, greve e tudo mais. Então Presidente, eu gostaria de apresentar porque eu não vou falar sobre o drama das pessoas, sobre o que está acontecendo que isso todo mundo está vendo. O Mirante III onde eu adorava tomar tacacá, cheguei nesses dias lá, estava fechado. Está desbarrancado, o Café Madeira a mesma coisa, imagine até o Baixo Madeira todo. Nós vimos aí a filmagem eu vi fotos onde era pasto agora a água está surgindo. Então vejam bem, os trabalhadores apresentaram, chegou a vossa mão aí Presidente? Os problemas que eles estão enfrentando e as reivindicações que é uma ajuda de custo que foi dado para aqueles que foram reassentados, isso eu estou falando no caso do pessoal da Joana D'arc. Baixo Madeira e outras regiões, são outras reivindicações e também tem que ser consideradas, mas nesse caso pagamento da indenização, das benfeitorias, da cobertura florística e terra nua, fornecimento de assistência técnica, máquinas agrícolas, adubos, calcário reassentamento numa área que o INCRA diz que tem disponível e construção de nova propriedade, de nova casa nessa propriedade. Porque a convicção das pessoas é de que lá no Joana D'arc, por exemplo, falando do Joana D'arc, não há condição de permanência, mesmo que se fizesse uma estrada asfaltada para lá, se conseguisse manter não ia adiantar porque essas pessoas não iam sobreviver naquele solo porque não tem como plantar, não tem como colher. Então vai ter que tirar essas pessoas de lá, se não for resolvido agora aqui Pimentel, e Marcos Antônio, daqui a dois anos, três anos esse problema todo vai cair em cima do Estado e do Município porque não vai ter mais empresa aqui não, e aí é um problema social que o Estado vai ter que enfrentar. Então nós temos que negociar agora com os empreendimentos. O que eu proponho Presidente, é que a gente crie uma mesa de negociação com representantes, primeiramente, é lógico, com os consórcios, representantes dos atingidos, representantes da Assembleia Legislativa, do Governo do Estado, do MP, da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, isso aí nós temos que negociar concretamente, essa coisa está cheio de problemas. Só falar que existe um monte de problemas, não vamos resolver nunca. Olha pessoal, consórcio está aqui o problema, tem esse problema aqui, quarenta famílias é da Linha 15, está nessa situação, vamos negociar, vamos resolver esse negócio numa mesa permanente de negociação que vai durar uns seis meses, um ano, dois anos, eu não sei, convidar representante do Governo Federal, porque se não, não avança, nós temos experiência disso. Nós vamos ficar fazendo audiência até o último operário sair de dentro da usina e não vai ter resolvido. E aí nós vamos fazer um apelo para os consórcios para que venham para esse processo negocial. Nós vamos fazer um apelo, fazer um apelo para que venha para esse processo negocial com disposição para negociar, e num processo desse a assessoria técnica do lado das empresas, assessorias acadêmicas da Universidade, outros especialistas do lado dos atingidos, nós vamos mensurar o que realmente é devido e não é devido. Eu faço apelo para que busque essa negociação porque se não, eu vou até revelar aqui pessoal, vou até revelar aqui que isso aí já está até cogitando porque o pessoal está pensando o seguinte: olha se nós não temos aonde se reassentar, que tal a gente fazer uns seis, oito acampamentos nas cinco entradas de Santo Antônio, nas duas, três lá de Jirau, vamos se acampar lá nas entradas. Porque se é para ficar à míngua, isolado lá no meio do mato vamos então vir para cá, onde o problema vai ser resolvido. Se a sociedade toda se mobilizar, isso não é uma ameaça, isso é uma questão plenamente factível de direito legítima, nós vamos ter que chamar atenção das empresas

e do Governo Federal até paralisando as obras, porque não tem como esse povo ficar desassistido. Então, a minha preposição é que a gente tenha uma mesa de negociação concretamente. Que se reúna quinzenalmente, uma vez por mês no início, não sei, mas que a gente tenha uma mesa de negociação. Chega de enrolação.

Obrigado.

O pessoal está falando que a negociação tem que começar hoje. Companheiros só colocando o seguinte: essa negociação para ser efetiva a empresa tem que se preparar, nós temos que nós preparar, temos que trazer essas pautas todas. O que não pode, é ficar é para daqui a um ano, daqui a seis meses, mas a proposta sendo acatada, vamos discutir qual é a data. Até hoje nós não tivemos nenhuma negociação efetiva concreta, uma mesa de negociação, se ela começar em quinze dias, em vinte dias não sei, dez dias, nós já estamos avançando muito em relação ao que foi no passado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vamos convidar aqui o Josenias de Macedo, representando o assentamento de Nova Vila de Teotônio.

O SR. JOSENIAS DE MACEDO – Boa tarde! Eu quero agradecer Vossa Excelência, Deputado.

Pelo conhecimento de uma matéria que eu tenho do Jornal Estadão do dia 22 de março em relação ao asfalto da nossa estrada que dá acesso a Cachoeira do Teotônio... Eu tenho aqui essa matéria, e dos políticos que até agora se manifestou em relação ao nosso assentamento justamente é o asfalto que nós brigamos. Em Janeiro, eu enviei um documento para o Gabinete do Governo, para o seu Valdemar, solicitando que esse asfalto é viável para que a nossa comunidade se estabeleça porque outrora nós tínhamos uma área de turismo que era a cachoeira de Teotônio, muita potência em questão de desenvolvimento, e hoje na nossa comunidade só vai gerar renda lá dentro se tivermos o asfalto. Agora cobrando como muitos já falaram da irresponsabilidade dos governantes, isso é verdade, os governantes não estão nem aí para nenhum assentamento, inclusive dentro da cidade nós temos esse problema.

Outra coisa, em 2011 nosso prefeito, ex-prefeito esteve na nossa comunidade inaugurando uma escola, e nós falamos das nossas ruas por se tratar de uma cascalheira, comentamos a questão de melhoria lá dentro, e outra, nada disso foi feito, inclusive, o coordenador de assentamento, nós cobramos muito do empreendimento as melhorias para dentro. E ele questiona aqui o seguinte: as compensações foram destinadas, o prefeito e o governo disseram: manda para cá que daqui eu determino para onde vai, quer dizer, ele nos deixou desamparados, não só aqui na Cachoeira de Teotônio como os outros assentamentos que estão passando pelo mesmo problema.

Quero deixar bem claro aqui que nós temos uns projetos de turismo desenvolvido pelo empreendimento, graças a Deus, eles tem contribuído. Nós temos um projeto para desenvolver dentro da comunidade, mas só que a estrada, por se tratar de aumento de mais dez quilômetros... está com uma buaqueira doida. Uma parte que o empreendimento alega que é responsabilidade do Prefeito. Eu já estou com um documento desde janeiro, e essas coisas não acontecem. Nós temos esses problemas? Temos. Queremos que os governantes possam está fazendo algo para que essas coisas se resolvam, inclusive citando a sua matéria. Eu fiquei muito agradecido, e até que essas coisas possam acontecer, daqui para frente com apoio, esse asfalto possa sair, porque isso aqui já é pendenga de muitos anos. Há muitos anos que esse asfalto está para sair e hoje nós só dependemos

desse asfalto e da melhoria da praia para que a gente venha se estabelecer, gerar renda lá dentro.

Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Muito obrigado. Quanto a questão do asfalto temos pedido para a Prefeitura e o Estado fazer. Infelizmente a Assembleia não tem... o problema é que nós muitas vezes quando nos candidatamos a vereador, a deputado estadual, a gente chega no povo e diz que vai asfaltar rua, vai asfaltar estrada, vai fazer escola e depois... porque eu nunca falei isso, nós não temos poder, é por isso que tem hora que cansa da gente ser legislativo porque as pessoas, principalmente se não tiver uma maioria na Casa, a maioria na Casa é importante sim, para punir o Executivo por não está cumprindo o papel dele, mas poder de fazer essas coisas nós não temos, infelizmente, eu não posso, eu não posso colocar uma carrada de cascalho numa rua, é por isso que eu tenho falado que o cara fala que é a segunda maior autoridade do Estado, mas autoridade de quê? Aí a gente tenta fazer a nossa parte, pelo menos denunciando, criticando, esculhambando, porque esses caras merecem críticas, merecem, porque é terrível.

Convido o nosso companheiro João Batista, Presidente da Associação Comunitária das Comunidades Pesqueiras Extrativistas de São Carlos, para fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO BATISTA - O poder nasce do povo e pelo povo deve ser exercido, está escrito isso na Constituição.

Boa noite para todos.

Quero cumprimentar a Casa em nome do nosso Presidente Hermínio Coelho, parabenizar pela iniciativa de mais uma audiência. Me recordo Senhor Presidente, que numa outra audiência que nós tivemos nesta Casa, Vossa Excelência dizia que o povo de Rondônia quer ser enganado pelos empreendimentos. E me deixa aqui um tanto preocupado é que os dois empreendimentos estão aqui juntinhos hoje. E está tendo uma divergência entre os dois empreendimentos para que eles não discutam o projeto de jusante juntos. Separaram as comunidades do Baixo Madeira e aí estão fazendo agora, a cada segundo, as promessas de fazer os empreendimentos separados. Santo Antônio Energia, por exemplo, não quer que nem os técnicos passem mais pelo rio em direção a São Carlos e Nazaré, tem que ir para Humaitá para vir descer até a demarcação. Mas, eu, como questão de encaminhamento, Senhor Presidente, nós queremos dizer ao nosso colega do Ministério Público, que precisamos de um estudo alternativo de impacto social e econômico para as famílias de jusantes, porque foi feito um estudo que diz respeito à pesca do rio Madeira pela UNIR e esse estudo diz que a quantidade de peixe aumentou e o estudo pago pelos dois empreendimentos, que escolhe a banda, também escolhe a música. Então, o estudo diz aquilo que eles querem que o povo ouça, mas o estudo é completamente irresponsável da parte tanto da UNIR, quanto dos empreendimentos, que pelo estudo fantasiou no Baixo Madeira. Então, nós queremos Senhor Presidente, exigir desta Casa, clamar na verdade, clamar a esta Casa, que se faça um Projeto de Lei que garanta as famílias de jusantes que sejam reconhecidas como atingidas pelas barragens, porque até hoje na história do Brasil famílias nenhuma foram reconhecidas em área de jusantes pelos empreendimentos, nenhuma família da história desse Brasil, desse país, foram reconhecidas como atingidas.

O outro questionamento, é quanto ao estudo que foi feito pelos dois empreendimentos dizendo que o solo do Baixo Madeira é o solo mais fértil do Brasil. Beleza, é verdade. Mas esse solo está comprometido com a situação da água, esse solo está submerso e não se consegue produzir nada, eu não conheço

nenhuma planta que seja anfíbia, não conheço. Então, como é que o solo é o melhor solo e está submerso. Então, é um tanto quanto complicado. Aqui dizia assim, que os órgãos ambientais Sr. Presidente, eles trabalham, não a favor do povo, como Vossa Excelência falou. Lá no Baixo Madeira não se pode mais tirar uma vara para fazer um canço para os pescadores pescar, porque a SEDAM está lá presente multando as pessoas, e chegando, já houve até prisão de pequenos extrativistas que existe nas comunidades de jusante. E essa questão do cumprimento da Lei, a gente quer reforçar Senhor Presidente, que se faça uma Lei para as famílias de jusantes para que sejam reconhecidas como atingidas. Esta Casa, a Câmara dos Vereadores, aqui tem bastantes vereadores, que se faça um Projeto de Lei para que as famílias sejam reconhecidas.

Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Meu companheiro, se nós pudéssemos... aqui nós não temos poder de fazer lei, a não ser leizinha que não vale praticamente nada. Qualquer lei que interessa para o povo é inconstitucional. Vereador e Deputado inventa de fazer uma lei, é inconstitucional, quando é para beneficiar a maioria do povo, principalmente o povo mais simples, infelizmente nós não temos, e se nós propusermos de fazer... foi igual quando eu fiz o Projeto de Lei para que o nosso Ministério Público tivesse autonomia, que enquanto eles querem calar o Ministério Público lá em cima, nós aqui no Estado propomos para dar mais autonomia para o Ministério Público. Propomos a questão da autonomia para eles elegerem o seu representante, o seu Procurador Geral, mas o povo mesmo me critica dizendo que é inconstitucional. Todo mundo gosta de ser advogado sempre, e a lógica é sempre porque não é baseado na Constituição Federal, e tudo que a gente quer fazer no Estado que não é mesma coisa da constituição federal, que não é copiado, porque nós só podemos copiar a Constituição Federal. A Constituição é simples, quando diz que todo cidadão tem que ser tratado de igual modo. Deveria ser cumprido somente esse artigo, não precisava mais de outra Lei, não precisava mais de outra lei, porque lei se faz todo dia nesse País. Contudo o povo está cada vez mais... as injustiças cada vez maior contra o nosso povo. É isso que a gente tem falado.

Quanto a questão... quando falaram da Assembleia convidar, nós convidamos todos, convidamos toda a sociedade do Estado, convidamos o Governo, convidamos os governos municipais e estadual, convidamos os deputados federais, os senadores, convidamos as usinas, nós convidamos todo mundo. Eu graças a Deus, nunca, nunca fui, nunca entrei nessas usinas a não ser em greve de trabalhador quando está lá, eu nunca tive contato com nenhum diretor de empresa e nem vou ter, eu não tenho negócio com esse povo. Mas o culpado disso, o culpado da desgraceira não são eles não, inclusive tem uns comentários aí que as obras em Rondônia é mais cara, porque quem nos apresenta, que nos vende e quem nos representa nessas negociações, não é o vereador não é o deputado não, é o Governador e Prefeito, esses dois principalmente. Quando se ver, quando se ver o Governador dizer: olha, eles dobraram o impacto ambiental, dobraram a capacidade de alagamento da barragem, e dizer isso no meu pé do ouvido e não tomar atitude nenhuma, tu quer o quê? É como eu lhe falei, o poder de resolver, nós não temos poder de ter solução. Aqui nessa Mesa não tem ninguém que pode dar solução dessas questões. Eu não tenho, a Nanci não tem, eu acho que o Marco Antônio não tem, eu não acredito que tenha, mas o que temos que fazer? Outra coisa, o Itamar fala em fazer greve. Quando a gente era sindicalista o papel nosso era fazer movimento mesmo e fechar. Mas nós, quando estamos política é exatamente para

não deixar, nós é que temos que resolver isso. Agora, nós expormos o nosso povo, até porque vai uma minoria lá, vai uma minoria, vai aparecer alguns trabalhadores e você tem que levar de ônibus, tem que dá comida, porque hoje para o povo fazer movimento é necessário fazer todo um atrativo, porque se não, não vai. Ai meu amigo vai apanhar depois da força nacional como eles falam, quem tem que fazer isso é a Justiça, é o Governador, provando que eles estão cometendo crime, dentro da lei, não precisa fazer greve como faz o trabalhador por aumento de salário ou coisa parecida, é dentro da lei. É com esse entendimento que temos que sair daqui, exigir do Governo, junto com o Ministério Público, o Tribunal... nós vamos pedir, se o Governo... no final nós vamos propor, mas pedir para o Ministério Público, a Assembleia vai encaminhar pedindo para o Tribunal de Justiça. Vamos ver se a Justiça manda embargar esse trem, o Tribunal de Justiça manda embargar, já que o Governo não tem coragem de fazer isso.

Passo a palavra para o nosso companheiro Jorge Luiz da Silva Alves, nosso engenheiro que desde o início das Audiências Públicas, sempre alertando dos problemas que nós estamos enfrentando hoje.

O SR. JORGE LUIZ DA SILVA ALVES – Boa noite Senhores, Senhoras.

Primeiramente quero parabenizar o nosso companheiro Hermínio por ter tido a coragem de fazer essa Audiência Pública com mais envolvidos tecnicamente e cientificamente que são universidades e outros. Na pessoa do senhor Marcos Antônio, cumprimento todas as autoridades aqui presentes. Do colega Erimar que está aqui presente também, a todos os colegas atingidos.

Senhores e senhoras, todos sabem que o Sindicato dos Engenheiros o qual eu estou Presidente, tem lutado muito, não só pelas hidroelétricas, não estou defendendo, não sou advogado de ninguém, mas bem sabemos senhores, como o próprio colega Edson falou a quantidade de pessoas que foram atendidas, e sabíamos também de todos esses impactos que iam acontecer. Sempre desde o início, está o colega Adilson Siqueira que sabe, participamos de todas as audiências e falamos, levamos as teses, dissemos que o município de Porto Velho precisaria de um bilhão duzentos e oitenta milhões, daí o Ministério Público fez outra comissão, e disse que não, era mais um bilhão e meio, mais ou menos. Falamos também das questões do trânsito, falamos das questões que necessitaria ser atendidas. O nosso saudoso Eduardo Valverde conseguiu a questão da água e do esgoto, senhores precisa ser lembrada essa pessoa, e infelizmente não atendido por causa de interesses outros, tanto de Governo como de Município. Nós vimos aqui todo mundo falar das dificuldades, das necessidades que estavam acontecendo. Senhores nós sabemos o que sobrou das hidroelétricas, está aqui tudo está dizendo ai... Mas nós precisamos ver também pessoal, do que adiantou para nós; nós tínhamos uma população de trezentos e cinco mil habitantes e temos hoje em torno de quatrocentos e vinte e cinco mil habitantes. Os atingidos realmente estão aqui, estão reclamando, mas os outros que foram beneficiados não estão nem ai para ninguém, principalmente, Deputado Hermínio, o senhor participou inclusive da ida a Brasília, nós fomos lá, reclamamos e dissemos o que ia acontecer se a coisa fosse do jeito que era. Mas mesmo assim, nós, outros companheiros, não nos organizamos, quem se organizou foram os empresários, se deram bem. Um dos empresários que sofreu muito, lutou conosco, o Dr. Pacheco, não ganhou nada. Outro que não moveu um dedo, se dizia líder, foi junto com as hidroelétricas e conseguiu dinheiro para alugar automóvel, conseguiu alugar equipamentos e calou a boca quando dissemos que o município precisaria de apoio...

Senhores nós temos aí a questão da supressão vegetal que em torno de oitenta e seis milhões de reais. Esse dinheiro deveria ser aplicado para atender as comunidades atingidas, nós levantamos essa tese. Quanto a questão dessa supressão vegetal... o nosso antigo Prefeito construiu uma empresa e foi explorar essa riqueza, e onde é que está esse dinheiro? Esse dinheiro é para atender os atingidos, nós temos a Vila de Penha, comunidade de Araras, a comunidade de Ribeirão, sofrendo também e esse dinheiro era para isso. Temos aí o Prefeito de Guajará-Mirim com projeto para atender a questão do patrimônio histórico, a questão turística para sobreviver dentro dessa luta toda. E nós do sindicato dos engenheiros, além de lutar pelas hidroelétricas apontamos item por item junto com as Universidades, do grupo das Universidades que realmente queria que a comunidade fosse atendida. Existe outro grupo que queria só trabalhar para ganhar o seu dinheiro, mas, está o professor Adilson que não nos deixa eu mentir, ele foi dos únicos que ligou e brigou por aquelas que iam ser realmente atingidas. Então a proposta, Senhor Presidente, seria realmente montar uma auditoria independente, levantar esses eventos todos. Quanto custa isso? Quanto vai custar? nós temos gente no Governo do Estado que pode fazer isso, se não, tem o Sindicato dos Engenheiros com dois mil e seiscentos e cinquenta profissionais, tem um profissional para isso, e vamos levantar isso, quanto realmente vai custar isso? E levar a conta. Não só a transposição que também tem que ser vista, não só a questão da dívida do BERON que também tem que ser vista. O senhor vê hoje, só o ano passado o município de Porto Velho recebeu das hidroelétricas um milhão cento e setenta mil reais de compensação financeira. Onde foi aplicado? Como foi aplicado? E nós sabemos que a compensação financeira, no final das duas obras, vai ficar em torno de cento e sessenta milhões de reais para cada um. Nós queremos também saber, a população que está aqui presente, nós técnicos do município e do Estado, como vai ser aplicado isso, tanto pelo Estado quanto pelo município de Porto Velho. Porque esse dinheiro pessoal dá muito bem para atender as nossas comunidades atingidas, mas se nós deixarmos nas mãos deles simplesmente não vai adiantar nada, porque ninguém briga. A questão toda foi gestão, senhores, é gestão. Se nós não participarmos disso em verdadeiras Audiências Públicas, comunicados pela imprensa, o povo realmente participando... Eu sou sindicalista, façam o que o companheiro da CUT falou, a gente fecha, participamos das greves da CERON, mas nós só conseguimos assim. Mas nós do povo, o nosso Sindicato dos Engenheiros, é um pouco diferente, nós lutamos para a melhoria da qualidade de vida da população também, não somente pelos nossos profissionais. Então é por isso que nós dissemos que é uma auditoria independente, convidar os profissionais para trabalharem, chamar o Governo do Estado, porque também é responsável pelo assunto, do município que não utilizou certo dinheiro que deveria ser utilizado, não pode livrar a cara de ninguém. O que foi feito, foi um montinho de pessoas conforme o próprio Presidente falou, que se deram bem, calaram a boca e deixaram o povo se lascar todinho. Desculpe até a expressão. Então a ideia é essa Sr. Presidente, é essa auditoria independente, trazer a responsabilidade, essas autoridades, verificar Dr. Aluildo, essa questão da supressão vegetal, para saber onde está esse dinheiro. Por que chamar os malasianos para levar a madeira? essa madeira que alguém falou que está jogada lá, é porque eles não conseguiram tirar, companheiro, foi toda vendida para a Malásia. Agora, e o dinheiro onde é que foi aplicado? Está escrito nas condições específicas das hidroelétricas, o recurso tinha que ser aplicado para atender as comunidades atingidas. Não é comprar carro, aumentar o número de cargos, aumentar salário de assessores, para atender em projetos que viriam junto com a comunidade, então nós levantamos isso. E aqui nesta Casa, tem

responsabilidade Sr. Presidente, na época o senhor era vereador, foi um dos que mais levantou essa questão, e nós vimos isso, por isso sempre estávamos do seu lado. Como vereador, lutou muito, está o Bengala de Jaci-Paraná, como é que está Jaci-Paraná? Que isso companheiros? Que é isso? Então o colega Bengala vem lembrar, o próprio Chico Lata, na época, foi um dos que lutou muito pelas hidroelétricas, mas nós queríamos a parte boa, mas sabíamos da parte ruim, portanto não é culpa só de empresa ou empreendimento, é culpa nossa também, porque ficamos de braços cruzados.

Na época das Audiências Públicas tinha que ser falado isso e cobrado. Estava o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. Então, a ideia é uma auditoria independente com técnicos do Estado, profissionais nossos que possam fazer isso junto também com as empresas que tem responsabilidade no assunto, e as nossas autoridades maiores; Governador, bancada federal. Aqueles que não quiserem cobrar deixa. O ano que vem é eleição pessoal, a gente não reelege ele, está aí, é só isso. Então é essa a nossa proposta... mas o dinheiro da compensação financeira é grande pessoal, é pouco para o Estado, mas para o município e as comunidades atingidas é muito dinheiro.

Obrigado Senhores.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Jorge. Passo a palavra ao senhor Edilson Pereira da Silva, morador do Bairro Triângulo.

O SR. EDILSON PEREIRA DA SILVA – Boa noite a todos.

Eu quero agradecer essa oportunidade que nos concede. Agradecer a Presidência e a todos responsáveis; Mesa Diretora e autoridades presentes; advogados, representantes das usinas e todas as comunidades atingidas, sofredas pela situação atual. Meu apelo aqui e minhas considerações são muito diretas.

Eu estou aqui como morador, há mais de 40 anos desse bairro, bairro onde nasceu a cidade de Porto Velho e onde mora toda minha família. Venho a essas autoridades presentes pedir que faça valer, que se faça reconhecer, quem tem que pagar, quem tem que se responsabilizar. Temos aqui homens de competência que possam ver os nossos direitos. Vemos aqui pessoas, vindo de longe, sofrendo com sua família em busca de seus direitos. Enfim, muitas situações. Estamos ali praticamente a quatro, cinco quilômetros de frente para as usinas, onde as pessoas do lado direito já foram retiradas devido as consequências das usinas, coisa que nunca aconteceu desde que estamos ali. Eu moro ali desde criança, nunca aconteceu o que está acontecendo. Então são situações verídicas como vimos aqui no vídeo, não só aqui, mas todas as regiões que estão atingidas.

Aqui fica o meu apelo, minhas considerações para que as autoridades, principalmente autoridades dos governos, que saiam de seus Gabinetes; Deputados, Vereadores, saiam dos seus gabinetes e vá in loco, vê realmente a situação. Porque não custa nada sair um pouco do seu aconchego, da sua tranquilidade e ver realmente o que está acontecendo com o povo brasileiro. Porque todas essas construções que foram feitas pelo Governo Federal, nós brasileiros cidadãos é que sustentamos o governo. Porque o governo só está de pé, creio eu, pela minha capacidade, o governo existe pelo cidadão, porque nós pagamos impostos, pagamos os nossos direitos, mesmo quando não queremos, mas pagamos nossos direitos, e hoje o Governo vive em prol do cidadão e dos impostos. Portanto, deixamos o nosso apelo para que as autoridades reconheça a situação do cidadão, dos moradores, principalmente, nós aqui do triângulo, toda essa região que está sendo atingida. Agora mesmo, nesta semana, para finalizar, essa semana mesmo, atrás da minha casa, chamamos o corpo de

bombeiro, matamos cobra sucuri de mais de 12 metros de comprimento e o bombeiro por outras atividades não pode ir lá, tivemos que matar, porque lá tem crianças de várias idades, 2 e 3 anos, inclusive a minha filha com 7 anos. No outro dia vi um jacaré no Bairro Triângulo. Então são inúmeras situações que o povo vem sofrendo. Ali o povo está cansado de matar cobras, insetos. Então, fica aqui o meu apelo e a minha indignidade. O ser humano tem que ser reconhecido e valorizado, pessoas que estão vindo aqui de longe e nós que moramos também aqui dentro da cidade estamos sofrendo muito.

Agradeço as entidades que se levantaram e que estão apoiando, que isso não fique só nesta audiência pública, como outras pessoas já falaram aqui, mas que possam fazer valer, e que possa ter resultados positivos, e que possamos ter esse resultado com nossas compensações, de que forma, eu não sei, mas temos que ser valorizados como seres humanos e como moradores desta cidade desde criança e muitos que vieram para cá e foram acolhidos por essa cidade.

Agradeço a todos essa oportunidade, e que as autoridades possam nas suas competências, Senhor Presidente, que fez essa audiência pública, e a Santo Antonio Energia e a outra usina, as autoridades presentes possam tomar atitudes que façam acontecer e ter resultados positivos.

Meu muito obrigado. Fica aqui as minhas considerações.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado.

Quero dizer para o nosso companheiro da Cachoeira do Teotônio, que fizemos, nós encaminhamos para o DER pedindo que o DER arrumasse a estrada que atende toda a comunidade lá do Teotônio e toda vizinhança. Infelizmente a maioria de nossos pedidos, dos vereadores e dos deputados, raramente é atendido, principalmente o meu, porque eu bajular e fazer para ele, o que muitas vezes existe... a gente que critica, parece que muitas vezes quando a gente reivindica e cobra, é aí que eles não fazem mesmo. Ele já não faz mesmo, e quando é eu que estou pedindo, é que eles fazem questão de não fazer, porque os nossos políticos são mesquinhos.

Quero chamar o nosso companheiro Márcio Santana de Lima, representando a Comunidade de São Carlos. Peço ao senhor que seja bem objetivo para depois ouvirmos as autoridades aqui da Mesa para encaminhar proposta da Audiência Pública.

O SR. MÁRCIO SANTANA DE LIMA - Boa noite, companheiros e companheiras. Eu vou tentar ser bem breve, porque já foi contemplado na fala de muitos companheiros aqui, mas só reforçar ao Senhor Presidente, que admiro muito o seu trabalho e venho, já várias vezes estive aqui. Em outubro estivemos aqui na ELETRONORTE... após a saída tivemos algumas audiências e essas audiências não resolveram nada, eu sei que a Assembleia pode não ter esse poder de elaborar leis, mas ela juntamente com os seus deputados e juntamente com aquele povo sofrido ali, tem um poder muito grande que algumas Instituições não tem. Então o poder está na mão do povo, não está muitas vezes na lei. Então, é isso que eu quero chamar atenção e fazer essa parceria companheiro, porque o que aqueles companheiros estão falando ali, e está certo. A prioridade de criar essa comissão que os senhores querem, que também eu quero porque eu também sou do Baixo Madeira, porque dificilmente vai ser possível juntar esse pessoal que está aqui, porque estou há cinco anos dentro do movimento dos atingidos por barragens e nenhuma audiência está o principal responsável por alguma instituição, sempre vem um mandante dele, e aquele mandante não tem poder nenhum de resolver nada, e aqui está o pessoal que pode fazer. Por isso eu digo, essa comissão tem que sair daqui com uma condição, 50% da entidade

e 50% da população, e por favor, companheiro, não deixe advogado nenhum representar vocês, porque quem sabe a dor que vocês sentem são vocês mesmos, são vocês que moram, são vocês que passam fome, somos nós que sabemos disso. Então está aparecendo, o pobre já está lascado, sofrendo, passando fome e ainda tem uns advogados oportunistas se aproveitando da situação. Então está aqui a SEDAM, o Ministério Público, pessoal da CPI, Governo, Prefeito. É a hora de pelo menos encaminhar uma comissão para sair daqui, e já essa comissão pelo menos mastigada para discutir o direito, não só dos que estão defendendo aqui, mas de toda a população, de toda área, tanto da montante, como da jusante. Então era isso que eu tinha.

Eu só queria fazer uma pergunta. Quem é que vai ficar responsável por este material que está sendo feito aqui? Vai sair um encaminhamento daqui. Com quem a gente procura essa pessoa, ou é a Assembleia mesmo que vai estar responsável?

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – No final o culpado de tudo vai ser eu mesmo, eu sou culpado de tudo. Pessoal, já falei para vocês, se nós tivéssemos, eu falo todo dia, o problema é que... talvez, nós políticos falamos que nós temos poder e muitas vezes mente até nisso, nós não temos. Nós não temos, eu não tenho, se nós tivéssemos a maioria de nossos Deputados, a maioria dos nossos Vereadores com objetivo de responsabilizar os que têm o poder de resolver... Nós não podemos, nós políticos não podemos chamar o povo para ir fazer greve para resolver os problemas, nós temos que resolver, nós fomos eleito para isso. Mas o problema é, por exemplo, eu vou pedir voto: eu quero ser Deputado, porque eu vou resolver os problemas de vocês, todinhos! Não resolve. Agora, cabe a nós responsabilizar quem tem o poder de defender e de fazer políticas decentes para o povo, que é o Executivo, e é exatamente quem faz o contrário. Toda bagaceira, toda esculhambação vem de lá. Se o executivo desse exemplo bom, todo o resto era melhor, porque a maioria da corrupção que tem nos outros poderes é lá que assedia, a que fomenta a safadeza, aí vira uma esculhambação. Mas muitas vezes nós gostamos mesmo de ser enganados, nós gostamos mesmo de sofrer. Mas se Deus quiser, a partir de hoje, eu espero, porque se não vai passar o tempo, ainda está em tempo de nós barganarmos para o Estado. E não é resolver o problema só dos nossos ribeirinhos, mas do Estado inteiro. O problema dos ribeirinhos foi agora, na hora, porque já afetou a vida direta deles. O povo no geral, no Estado inteiro, está sendo afetado, e se nós fizermos a transposição como foi dito, e tirarmos essa dívida do BERON, nós não vamos precisar nem dessas compensações, o Estado tem condições de indenizar e de colocar eles em lugar decente, o próprio Estado. Se acabar essa dívida; são cem milhões por/mês, um bilhão/ano... Essas compensações das Usinas foram só para enrolar, só para encher o bolso de vagabundo. Não teve compensação, eu estava discutindo com eles ali na sala e eles falaram: "Não, foi Santo Antônio quem coordenou tudo". Eu digo: "Foi, não, foi Pedro Beber, que coordenou tudo". E ele: "Não, foi a empresa que contratou". Eles mandavam três cartinhas já dizendo a que ia ganhar. Eu sei porque o Pedro Beber era lá na tal da Secretaria que nós criamos para coordenar os trens das Usinas, as compensações, era isso. Aí, vem dizer que o dinheiro foi pouco, e esse pouco foi jogado na vala. Mas a gente sabe onde é a vala. Com certeza não é vala que algum cidadão tivesse acesso e de repente pegava alguma nota. É vala que nós não tivemos e nem temos acesso. É bom o nosso prefeito de Guajará-Mirim ir aprendendo a ver como é o trem, para depois, não cair no canto da sereia.

Vou chamar o nosso Presidente da Associação de Moradores de São Carlos, Jonir Tavares de Souza.

O SR. JONIR TAVARES DE SOUZA – Senhoras e senhores, boa noite.

Senhor Presidente Hermínio Coelho, o qual tive o prazer de trabalharmos juntos em seu mandato de Vereador. Quero agradecer a Vossa Excelência, Deputado Hermínio, por ter dado esta oportunidade para as comunidades, e dizer que infelizmente eu me sinto envergonhado de ouvir essas empresas falarem que nós do Baixo Madeira, não somos atingidos. Eu escrevo sobre, eu sou professor, tenho 45 anos de idade. Há 27 anos sou professor da rede municipal de ensino. Eu escrevo, Deputado Hermínio, poemas maravilhosos, que falam sobre o Rio Caiari, como eu queria continuar escrevendo, mas hoje eu não posso fazer isso mais, porque, infelizmente, não é Batista, a gente que mora ali em São Carlos, a gente não tem mais essa oportunidade de ver aqueles peixes enormes, aquela quantidade de fartura, vemos apenas a nossa vila ir por água a baixo. Eu não posso escrever mais, porque aquelas coisas boas acabaram. Eu queria que essa empresa provasse para nós... há três anos eu saí de São Carlos, me formei e voltei para a minha comunidade para trabalhar, e há cinco anos eu estou observando. Há três anos, Deputado Hermínio, há três anos nós estamos para perder o nosso patrimônio histórico que é a Igreja de Nossa Senhora Aparecida. É um patrimônio histórico que foi construído no começo do século, do século passado, não foi desse e nós estamos para perder, sabe por quê? Há três anos os barrancos começaram a cair, são dezessete metros. Quando eu voltei a São Carlos para lecionar, trabalhar, porque eu já tinha saído e retornei, senhores, comecei a observar, foi medido, foi medido na frente da Igreja está lá à prova, dezessete metros de barranco foi embora. Por quê? A velocidade do rio se for observar, ela é imensa e a enchente desorganizadamente... como o povo estava planejando a trabalhar, hoje ninguém sabe se seca ou enche lá. É verdade! Então, nós do Baixo Madeira, esses colegas que estão ali, esses companheiros, será que eles, essas empresas, realmente, têm como comprovar isso?

Um apelo que eu faço a esta Casa, porque eu acredito muito, principalmente, não só por você, que é uma pessoa séria, mas por outros Deputados que aqui se encontram que são sérios também, que provaram ser homens sérios, nos ajudem, porque nós estamos esquecidos.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Professor Jonir.

Temos trabalhado muito, para que a nossa Casa, nós Deputados possamos fazer o nosso papel, porque se fizermos o nosso papel não resolvemos o problema do Estado, mas pelo menos responsabilizamos essas pessoas que fazem mal ao Estado. Esse poder nós temos. Nós temos que punir, sabe Deputado Maurão. Porque quando eu falo que eu tenho vergonha porque está aí a esculhambação e nós não tomamos providência nenhuma contra o Executivo, enquanto temos esse poder. Quando eu falo "nós" não adianta, porque eu sozinho não... eu preciso da maioria dos Deputados na Casa para responsabilizar as pessoas que não cumprem, esse é o papel nosso. O Ministério Público e a Justiça Federal, muitas vezes passam anos para poder responsabilizar um político que erra. Quem tem o poder de parar os atos de políticos que trabalham contra o povo, quem tem esse poder rápido é o Legislativo, mas infelizmente, no Brasil o Legislativo vive de pires na mão, se humilhando para o Executivo, isso é geral no Brasil, começando pelo Congresso Nacional que é uma vergonha, e os exemplos estão aí. E a nossa luta é para que esta Casa, graças a

Deus está melhorando, mas ainda está muito longe do ideal, essa Assembleia aqui está melhorando porque tem muita gente boa e nós estamos fazendo, tentando fazer o nosso papel. Mas não é fácil tentar fazer, fazer a política simples, fazer a política do respeito, fazer o nosso papel. É tão fácil a gente exercer a nossa... qualquer função que desempenhamos é fácil ser honesto, ser verdadeiro, mas parece que na política não se pode ser verdadeiro e nem honesto. Quer dizer, na política você tem que ser mentiroso e desonesto, e era para ser o contrário, era para ser verdadeiro, porque o político tem a obrigação máxima de ser verdadeiro, e honesto. Infelizmente parece que no Brasil essa cultura da malandragem começa, principalmente, na política.

Quero chamar o nosso advogado, Dr. José Raimundo de Jesus, Advogado dos Assentados.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO DE JESUS – Boa noite, Presidente.

Eu quero agradecer a todos os que estão aqui reunidos, lá do outro lado do vidro, porque eles precisam realmente de representação. Eu quero deixar uma situação meio colocada aqui até para responder o rapaz que fez uma menção desonrosa aos colegas advogados. É que desde 2008 eu venho acompanhando esse processo, eu fui, talvez, o primeiro advogado que começou a fazer reuniões junto com os ribeirinhos a convite, esclarecendo para eles os direitos que eles tinham, e quem eles deveriam procurar para poder fazer valer esse direito. Eu falei muito sobre esta questão da ausência do Poder Público no acompanhamento desse processo indenizatório, em relação a essas pessoas que estão ficando numa situação indefinida. Falei para eles procurarem os seus representantes na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa, dentro das Secretarias, porque eles precisavam de ajuda. E não apareceu ninguém. Não apareceu um Deputado, não apareceu um Vereador, não apareceu um Secretário que pudesse ajudá-los. E foi esse advogado aqui que abriu caminho para que outros colegas pudessem auxiliar essas pessoas que estavam numa situação muito desvantajosa. Eu quero colocar para vocês, que eu costumo sempre falar isso nas minhas reuniões, que as pessoas mais honradas, mais destemidas, mais empreendedoras que eu conheci estão ali do lado de lá daquele vidro, porque para fazer o que eles fazem, ficar nos lugares que eles ficam e encarar o desafio que eles encaram, contra todas adversidades tem que ter muita fibra, tem que ter muita coragem, tem que ser muito trabalhador e determinado, senão você não consegue. Eu já fui em local, Senhor Presidente, que eu não acreditei como que um ser humano conseguia levar a vida ali, mas ele levava, a despeito de todas essas adversidades. Eu costumo dizer que essas pessoas trazem o progresso. Primeiro chegam elas, vão abrindo a mata, vão produzindo, saindo um pequeno pedaço, depois vão ampliando, vão trazendo o progresso, vão trazendo cidade, vão trazendo povoados e depois que chega o progresso os primeiros que são expulsos dali são eles, sem ter direito absolutamente de nada. Eu digo isso porque eu vivencio essa realidade. Eu vou lá para dentro do Joana D'Arc, vou na Linha 19, na Linha 17, na Linha 15, eu vou lá dentro do Porto Seguro, vou ao Jaci, vou lá no Santa Rita e vejo as dificuldades deles e sempre acreditando que um dia alguém vai olhar por eles, e como o colega ali falou que advogado é oportunista, eu quero dizer que não é, porque é por conta desses advogados que muitas coisas que estão acontecendo com vocês de forma positiva, estão acontecendo, porque as duas empresas que estão aqui dentro, elas contrataram dois dos melhores advogados aqui da cidade, a Santo Antônio contratou o escritório do Dr. Clayton, que é um escritório competentíssimo; a Jirau contratou o escritório do Dr. Rochilmer, que é um advogado importantíssimo aqui nesta cidade, sabe para quê? Para contestar

vocês em todas as ações que vocês empreenderem. E o quê nós fazemos hoje? Nós sabemos que existem duas formas de negociar, existem duas formas de resolver o problema de vocês. A primeira forma é administrativa, a segunda, como não existe possibilidade de avançar, é a Judicial, e quando chega à fase judicial não tem jeito o advogado tenta atuar. O Dr. Aluildo, embora seja representante do Ministério Público, entrou com uma Ação Pública porque ele tem essa competência e esse direito constitucional para ajudar todo mundo que está lá no Joana D'Arc, e o Juiz determinou que no prazo de 90 dias tirasse todo mundo, mas o Advogado, da Santo Antônio, o competente Dr. Clayton, ele quebrou essa medida e o pessoal continua lá dentro. Então, meu amigo, o advogado é importante sim, ele auxilia você nesse momento de infortúnio, de desagrado, de desesperança. É ele que está fazendo a promoção da Justiça, porque os movimentos são importantes, mas não adianta, se a gente não implementar algo de concreto, de positivo.

Eu quero colocar aqui Senhor Presidente, que existem dois tipos de afetação: afetação direta e afetação indireta. Num primeiro momento as usinas afetaram diretamente aquelas pessoas que ficaram debaixo d'água, que ficariam debaixo d'água, e foram retiradas. Do Joana D'Arc, a Santo Antônio retirou 176 famílias, esses seriam os afetados direto. Só que existem também os afetados indiretos, porque hoje inclusive, alguns deles são afetados diretos porque estão embaixo d'água, o que nós queremos propor aqui, não é só a discussão, nós não queremos ficar aqui discutindo, fazendo audiências públicas, sabe, mandando comissões, levantando, nós queremos discutir, hoje, uma solução imediata, porque as pessoas que estão lá no Joana D'Arc, que estão lá dentro, que estão lá no Santa Rita, que estão lá no Porto Seguro, estão lá no entorno do reservatório, estão sofrendo, é agora, eu já fui em área lá dentro que um cidadão chegou para mim chorando e falou: Doutor, eu estou abandonando, porque eu não tenho como levar o meu filho para escola. Na Linha 19 está desse jeito. A dona Neuza abandonou o lote porque está tudo debaixo de água. Então, é isso que nós devemos ver agora, o que nós queremos da empresa, nós não somos inimigos delas, muito pelo contrário, nós sabemos que o progresso precisa existir para que nós possamos nos desenvolver. O que nós queremos dela, é que ela cumpra os compromissos assumidos nos programas de compensação social e ambiental. Existe um projeto básico ambiental que diz: que as pessoas vão ser remanejadas e vão ser compensadas e aqueles que não seriam remanejados seriam de uma forma ou de outra assistidas. E nós queremos exatamente isso, que essas pessoas sejam assistidas, que elas realmente recebam o tratamento devido que não recebeu até hoje, porque infelizmente o poder público se omitiu. O senhor me perdoe, mas esta Casa se omitiu, o município se omitiu, o Governo se omitiu, o Prefeito se omitiu e é por isso que eles estão sofrendo hoje. Nós temos colocado Senhor Presidente, só para o senhor ter uma ideia, eu mandei uma relação, essa relação aqui de nomes de pessoas que estão lá dentro do Joana D'Arc como INCRA, para que o INCRA pudesse fazer vistoria em cada um desses lotes, verificasse in loco o que essas pessoas estão passando e o INCRA infelizmente não vai porque diz que não tem recursos, eles estão aguardando recursos para mandar pessoas fazerem verificações em 90 lotes lá dentro, sabe-se quando vai sair isso. A Santo Antônio encaminhou para o INCRA há uns dois meses uma relação com os 35 assentados que ela reconheceu agora, embora tardiamente, daqueles que vão ter que sair de lá de qualquer forma e muitos de vocês sabem quem são. Essa semana o INCRA devolveu a resposta para Santo Antônio, isso na pressão. Vamos lá todo santo dia, eu já encontrei vários de vocês lá dentro cobrando o INCRA, falando que ele tem que ser mais ágil para que dê logo uma resposta para Santo

Antônio, porque as pessoas estão morrendo de fome lá dentro. Então, a gente não pode só acusar, a gente tem que ver o que está acontecendo e o advogado nesse ponto, amigo, é importantíssimo, porque ele faz esse elo, ele faz essa ligação que vocês não têm.

Eu vou colocar uma situação aqui, Senhor Presidente, quando eu comecei esse trabalho, eu tive uma dificuldade absurda para dar encaminhamento, porque isso? Porque as empresas não tinham interesse nenhum que advogado entrasse no processo. Por quê? Porque nós conhecemos da Lei. Eu fui obrigado a me dirigir até o Dr. Aluildo, em 2008 se não me falha a memória, e falei: Dr. Aluildo, eu estou com uma dificuldade absurda. Ele perguntou: O quê que o senhor tem doutor? Eu quero saber onde estão aqueles cadernos de preços que a empresa utiliza como referencial dos valores daqueles bens que são afetados para que a gente possa comparar, para ver se realmente aqueles valores estão sendo colocados nas propostas, se corresponde com a realidade. O Dr. Aluildo falou para mim: Doutor, o senhor não é o primeiro que está fazendo isso, as pessoas vem aqui e pedem. Eu vou fazer uma reunião com os responsáveis das empresas, Santos Antônio Energia e Jirau e vou determinar que eles entreguem esse caderno de preço. E foi feito. Eu consegui o caderno de preço depois disso, eu pedi para distribuir para cada um dos Presidentes de Associações, para que na Associação vocês pudessem pegar esse caderno de preço e verificar se realmente o que estava sendo oferecido correspondia com a realidade. A Santo Antônio e a Jirau tem duas particularidades; a Santo Antônio é muito mais acessível, eu posso dizer isso porque eu trabalhei com as duas e trabalho com as duas. A Jirau, ela fazia as propostas de preço Senhor Presidente, e não entregava o laudo dizendo o quê que foi avaliado ali. Então, você não sabia se foi contado a mais ou a menos. Se a metragem da sua casa era assim ou era assado, não fazia isso e até hoje não faz e obrigava as pessoas aceitarem daquele jeito. Eu lembro que na época eu mandei uma relação de 70 pessoas que estão nessa situação junto a Jirau, eu queria que ela passasse para mim o laudo de cada uma dessas avaliações, sabe o que ela fez? Ela pegou essa relação de 70 pessoas e colocou lá no escritório, no Mutum, e mandou avisar para o pessoal que chegava lá, que aqueles clientes do Dr. Jesus, seriam os últimos a receber. Eu não conheço forma de coação pior do que essa, porque todo mundo correu de mim, com medo de ser o último a receber. Então o que acontece, Presidente? Na verdade o trabalho que a gente está fazendo, tem feito ao longo desses anos todos. Deu para identificar vários problemas ao longo desse processo. Nós temos no Santa Rita, por exemplo, uma situação que me deixa consternado. Quando a Santo Antônio tirou o pessoal lá do Joana D'Arc, eu acompanhei esse processo de perto, foi prometido para cada um desses assentados que seria entregue um lote de 50 hectares, que eles poderiam produzir no lote e fazer o manejo deles. Logo depois eu soube que não seria bem assim, não seria num lote contínuo, seria apenas uma área de dez hectares e a reserva legal seria separada. Eu lembro perfeitamente que na época eu comentei com o pessoal da Santo Antônio, que se eles fizessem daquela forma eu iria ingressar na justiça. Aquilo para mim, parecia que estava havendo uma quebra de contrato, e não era isso que o pessoal esperava receber. E o que aconteceu? O pessoal foi jogado lá dentro do Santa Rita, num lote de dez hectares, alguns menos, outros um pouquinho mais. Cobramos da Santo Antônio o lote de 50, que não foi entregue. Eu ingressei, Dr. Aluildo, com quase 70 ações de execução, cobrando em dinheiro o valor dos 40 hectares que não foram entregues, ou a entrega dos 40 hectares contínuo ao lote que já havia entregue a eles, aos 10 hectares. Mas é aquilo que eu falo meu amigo, o Dr. Clayton, advogado da empresa,

dentro da competência dele, embora eu ganhe essas ações em primeiro grau, os juízes estão dando sentenças favoráveis, ele consegue ingressar com recursos e suspender essa execução. Então o que acontece pessoal? Eu agradeço a manifestação. Então o que acontece? No Judiciário existe uma coisa chamado contraditório. Não sou só eu que falo, o outro tem que falar, e quando o outro fala, e se não aceita uma sentença ele pode recorrer. É isso que nós queremos evitar, nós não queremos ficar a vida toda litigando na justiça, porque qualquer processo, o Dr. Aluísio sabe disso porque ele ingressou com uma Ação Civil Pública, e ganhou num primeiro momento a liminar, está suspenso. Ele não conseguiu efetivar órgão no Ministério Público. Então, o que nós queremos na verdade, senhores, é que a Santo Antônio, que a Jirau reconheçam essas afetações indiretas, reconheçam que pessoas estão passando por necessidades, reconheçam que essas pessoas têm que ter um tratamento devido, reconheçam que o Plano de Compensação Social deveria dar todo o apoio a essas pessoas para que nós possamos resolver de uma forma imediata. É isso que nós queremos. E nesse sentido eu tenho certeza que de uma forma ou de outra nós vamos conseguir sensibilizar.

É isso aí senhores. Obrigado, Presidente.

(às 19 horas 23 minutos o Senhor Hermínio Coelho passa a Presidência ao Senhor Adelino Follador)

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Agora temos o próximo inscrito, é o senhor Edivaldo Alves de Brito, Líder Comunitário de Nova Mutum Paraná, está com a palavra, mas peço que seja breve porque nós temos três inscritos mais, a Mesa, e já são 19 horas 30 minutos. Então gostaríamos que fosse breve, se possível.

O SR. EDIVALDO ALVES DE BRITO – Boa noite a todos, boa noite à Mesa.

Senhor Presidente o que eu tenho para falar é breve, até porque muitas das reivindicações já foram feitas por outras comunidades. Muitas pessoas devem estar se perguntando o que estou fazendo aqui por ser reassentado de Mutum Paraná e estar vivendo hoje em Nova Mutum Paraná. Muitas pessoas passam diante da Vila de Nova Mutum e vêm aquela beleza de empreendimento imobiliário, várias casas bonitas. Mas isso é só para encher os olhos, para inglês ver. Quem realmente mora lá dentro é quem sabe o que passa e o que ganhou; um presente de grego. Eu tenho aqui em mãos uma matéria de alguns meses atrás, onde fala e retrata o que está acontecendo em Nova Mutum. A empresa Energia Sustentável do Brasil passou para o Governo do Estado através da CAERD, o sistema de tratamento de águas e esgotos. O Governo do Estado não teve a preocupação de vistoriar esse trabalho, essa doação, para ver se estava tudo a contento como deveria ter sido feito. Então, hoje com menos de um ano daquele trabalho feito, a comunidade passa a sofrer com o esgoto transbordando, escorrendo pela sarjeta, desaguando num córrego, poluindo as nascentes e afetando diretamente as casas, as residências dos moradores. Fizemos uma denúncia, o Ministério Público do Estado esteve, verificou, onde a CAERD estava retirando, deu problema na bomba, retirando o esgoto, bombeando num carro pipa, e estava despejando num córrego, numa nascente mais a frente. E esse córrego corta a Nova Mutum, eu não sei qual foi a punição que deu para a CAERD nem para a empresa, porque a empresa hoje fala que não tem mais responsabilidade com aquela comunidade. Só que nós sabemos que a empresa tem responsabilidade sim, ainda não acabou.

Outro fato que nos deixa bastante indignado, eu gostaria que a Vereadora que há pouco estava aqui no início, ela estivesse

presente, mas ela já se ausentou. Porque na época ela era Secretária de Educação do Município, e nós ainda estávamos morando em Mutum Paraná, em uma reunião com a comunidade, ela garantiu que a escola não mudaria no meio do ano, esperaria encerrar o ano letivo para mudar para Nova Mutum. Num golpe sujo o acordo dela, a prefeitura e Secretaria de Educação com a empresa Energia Sustentável do Brasil. No meio do ano foi feita essa mudança, afetando diretamente a comunidade que não tinha sido remanejada ainda, por completo. Forçando assim, alguns moradores a terem que aceitar aquelas propostas. A escola até hoje está com os ares-condicionados, as centrais de ar todos guardados dentro de banheiros, dentro de algumas salas, porque não podem ser instaladas, a rede de instalação elétrica feita dentro do prédio da escola é incompatível para receber aqueles equipamentos. Tinha uma empresa contratada pela Energia Sustentável do Brasil para fazer o monitoramento e verificar cada empreendimento daquele que fosse entregue, para ver se estava de acordo com o que estava previsto. E tudo foi dado por aceito, estava tudo ok! Agora o que ganharam, o que receberam com isso, eu não sei.

Outra situação. Na mesma data que foi entregue o sistema de tratamento e esgoto para a CAERD, a empresa Energia Sustentável, entregou mais ou menos, se eu não estou enganado, nove ambulâncias UTI, para o Corpo de Bombeiro, para o Governo do Estado. Nenhuma dessas viaturas ficou na nossa comunidade para atender. Não sei se vocês sabem, hoje aquele trecho que compreende de Jaci-Paraná até a Boca da Usina de Jirau, é onde está acontecendo mais acidentes. No entanto temos apenas naquele trecho a ambulância de Mutum Paraná, que é para atender a comunidade, e Jaci-Paraná. E os acidentes quando acontecem ali, essas ambulâncias têm que sair e deixar a comunidade desassistida, nenhuma das ambulâncias de resgate do Corpo de Bombeiro que poderia estar lá para prestar esse socorro, ficou para a nossa comunidade. A nossa comunidade só está recebendo as mazelas.

Outra coisa, eu tenho aqui em mãos um requerimento encaminhado pela Indústria e Comércio de Madeira Santa Rita, empresa remanejada de Mutum Paraná, para Nova Mutum Paraná, onde ela requer que seja cumprido o contrato que foi feito da Energia Sustentável do Brasil com a empresa a qual foi remanejada. A empresa quando estava no Mutum, fica a 300 metros da margem da BR, uma estrada toda encascalhada, o acesso perfeito, tinha energia elétrica, tinha telefonia, tinha acesso à internet. Hoje, no remanejamento, onde ela está, na localidade onde ela está assentada, a estrada, se os senhores forem verificar in loco, é uma vergonha, intrafegável. A empresa teve que gastar vinte mil reais do caixa dela, para encascalhar a estrada de acesso que deveria ser obrigação da Energia Sustentável do Brasil. E eu tenho aqui em mãos a resposta da Energia sustentável do Brasil assinada pelo senhor José Lúcio, que é Diretor Institucional. O Presidente Hermínio teve o desprazer de conhecer esse cidadão na Câmara de Vereadores quando ele era Presidente. Ele diz aqui que não tem responsabilidade, que a responsabilidade seria da própria empresa fazer essa questão da iluminação pública, o acesso, mas nós temos um e-mail aonde a empresa Energia Sustentável do Brasil se compromete a fazer essa linha de acesso. E não é só para atender essa empresa aqui não. É para atender as outras empresas que ali estão instaladas. E são essas empresas que estão gerando emprego e vão continuar gerando emprego e manter a comunidade de Nova Mutum viva, sobrevivendo, porque esse empreendimento, tão logo termine a construção da hidrelétrica, as empresas que estão gerando emprego vão embora. E são essas nossas empresas rondonienses que vão ficar gerando emprego. Hoje, a empresa está instalada e não tem telefonia,

não tem rede de telefonia, não tem iluminação pública, o acesso é precário, os carros das empresas que ali estão instaladas, vivem o tempo todo dando problema por conta da estrada e nós não temos, hoje, dentro de Nova Mutum, um escritório aberto do Consórcio Energia Sustentável do Brasil para atender e receber uma reivindicação que seja da nossa comunidade. Estamos cansados de estar participando de Audiência Pública, de estar participando de debates e a empresa nada faz. Na Justiça, como o doutor falou aqui, o advogado que me antecedeu, eles estão sempre recorrendo. Portanto é necessário que esta Casa de Leis, junto com a comunidade afetada tome uma providência e quando eu falo tomar providências é ir para a rua sim, é fechar a porta daquelas Usinas e paralisar... Porque eles só atendem, só ouvem a gente quando eles têm prejuízo, quando mexe no bolso deles. Então, era só isso que eu tinha a dizer.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Tem mais um representante da comunidade São Sebastião, Professor Josiel Rabelo, e depois nós temos o Prefeito de Guajará-Mirim. Aí vamos encerrar. Vamos ouvir a Mesa para concluir os trabalhos.

O SR. JOSIEL RABELO – Boa noite a todos.

Vamos ser bem breve, e eu quero parabenizar o Senhor Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia o qual passei a admirá-lo a partir de hoje. Uma pessoa que tem atitude e tem iniciativa e fala aquilo que vem na cara doa a quem doer e tem que ser dessa forma.

Quero dizer que a comunidade de São Sebastião não ficou alheia esperando que a Santo Antônio viesse reconhecer que está errada. Porque já fomos ao Ministério Público Federal, com a Dra. Valquíria, e agradeço pelo o empenho que ela está tendo conosco. Temos um laudo do IBAMA, favorável a nós; temos um laudo da SEDAM favorável a nós, temos um laudo da Capitania dos Portos nos favorecendo também, temos um laudo da Câmara dos Vereadores. Agradeço ao Léo Moraes, ao Marcelo Reis que está conosco. Aquela matéria que o Presidente viu, no começo da sua fala, foi uma denúncia nossa que foi até o Jornal Nacional. A Dra. Valquíria pediu que viesse o Dr. Murilo, da Defesa Civil Nacional Federal in loco, também para fazer essa perícia. E ele nos deu causa ganha, confirmando que o desbarrancamento, o assoreamento da nossa comunidade é culpa da Santo Antônio. Falta uma execução agora do nosso Juiz, na qual a Dra. Gisele está à frente porque a Dra. Valquíria está saindo, está em transição. A Ambiental também nos deu parecer favorável. Somos agradecidos, mas não ficamos à mercê de políticos, porque dentro da nossa comunidade tem pessoas que são capazes de se fazer ouvir, através da mídia, televisão, TV Rondônia, TV Allamanda que também foi muito amiga e denunciou e fomos atrás. E agora falta... tem dois engenheiros que em 2009 foram fazer a reunião, dizendo que a jusante, tanto margem esquerda, quanto margem direita, eles garantiram que não seria afetado. E hoje o bar de dona Rosária, que funcionava, de onde ela tirava o seu sustento, a metade está toda arrebatada. Já foi a Defesa Civil, já interditou duas moradias. O Professor Adilson Siqueira, já foi meu professor na UNIR, eu discordo dele plenamente, quando ele falou cientificamente. A minha cientista é minha avó, que tem hoje 90 anos e reside lá, ainda é viva, ela disse que nunca viu em nenhum momento desbarrancamento da forma como está acontecendo. A nossa comunidade é quase centenária, tem 85 anos... A Santo Antonio toda vez contesta com seus advogados, com seus representantes legais. Tem um tal de Chamon que presta serviços para a Santo Antônio, ele vai lá e ri da cara dos moradores, simplesmente ri. Ele simplesmente ri como o doutor advogado está rindo agora. É inaceitável, é indigno, porque nós temos, eu

sou ribeirinho, nascido e criado prestando serviço lá. Podemos não sair de lá, mas calar a nossa boca, jamais vamos calar, porque nós temos voz. Eu sou professor e sou digno disso, tenho poder de mudar opinião e assim eu vou fazê-lo até que eu esteja lá, independente da forma como for feito. Vou ficar lá, porque lá é minha moradia. Uma tal de Santo Antônio, em três anos que aqui está, simplesmente fala que nós não somos nada, simplesmente somos nada para eles. Não, somos humanos, somos seres humanos e nós somos.... Nascemos, nos criamos, temos filhos lá. Sou professor, formado pela UNIR, como o Professor Adilson falou, infelizmente ele foi embora, mas eu queria falar para ele, que foi comprado, porque tem funcionários lá, professores, que infelizmente fizeram pesquisa em relação aos peixes e acabou. A área de pesca dos pescadores era de mais ou menos, dois mil, três mil quilômetros. Hoje reduz-se a quinhentos metros, quinhentos metros para o pescador. Como é que a criatura vai sobreviver? Já pedimos reunião com o Dr. Ivan que compareceu à nossa reunião, ali está ele, pedimos soluções pacificamente, conversamos, perguntem-me se tem alguma coisa para a comunidade de São Sebastião? Absolutamente nada, e nós ficamos a um quilômetro e meio da tão grandiosa obra de Santo Antônio, um quilômetro e meio, dois quilômetros no máximo.

Temos um festejo, o festejo de São Sebastião, que está no calendário do município de Porto Velho há 22 anos; não são 22 dias como o meu primo, Anderson, acabou de falar e simplesmente, Santo Antônio não leva nada em consideração. Chamamos, já conversamos e não adiantou nada. Não adianta nada porque eles não conversam. Simplesmente, moradores centenários, para eles, não são nada. Eu escrevi aqui, falando mais ou menos: somos famílias ameaçadas pela construção da tão grandiosa obra de Santo Antônio, agricultores do campo, ribeirinhos, moradores. Estamos mobilizados e contamos com o apoio de todos os órgãos governamentais e civis.

A barragem construída tem provocado exclusão social, negação aos direitos humanos, negação aos direitos humanos, é aquilo que está sendo nos negado. Diz um advogado que quando nós temos um local onde nós moramos, que construímos e se saímos nós temos que ser tratados igual ou melhor daquilo de onde nós estávamos. Mas hoje estamos sendo nada, não é senhores advogados contestadores? Isso é revoltante, é humilhante, até. Eu tenho o poder da voz e não vou me calar nunca, por mais que nada aconteça. Tenho uma admiração enorme, hoje, pelo senhor a partir de hoje, porque eu não o conhecia pessoalmente, por aquilo que o senhor fala e é autêntico naquilo que fala, sem medo de represálias e é assim que tem que ser, homem naquilo que faz e naquilo que defende.

Parabéns pela sua iniciativa. Eu falei no começo que quando o Senhor falou que estava lá em Jaci, viajando para Porto Velho que viu a matéria, fomos nós da comunidade de São Sebastião que fizemos com que aquela matéria através da Câmara dos Vereadores, Léo Moraes, e mais uma comissão, Marcelo Reis, fez com que chegasse até o Jornal Nacional e aí o senhor viu, porque nós não nos calamos, fomos atrás e corremos atrás, se vai dar certo eu não sei, porque os advogados vão recorrer, os advogados da tão grandiosa Santo Antônio Energia vão recorrer, tenho certeza disso. Mas vamos estar lá para contestar novamente e ir atrás, correr atrás, não sei até quando, porque a nossa comunidade está sumindo. Já são cem anos de vida dela. Onde nós moramos é uma comunidade que tem mais ou menos sete, oito famílias tradicionais.

É isso, obrigado pelo o espaço para estamos fazendo, usando a nossa voz para que todos saibam da realidade. É assim que tem que ser.

Muito obrigado, valeu.

(Às 19 horas e 43 minutos o Senhor Adelino Follador passou a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado companheiro. Quero dizer que aqui, o ambiente é nosso, o ambiente aqui não é das usinas, não é do Confúcio, não é do Cassol, não é da Dilma, o ambiente aqui é nosso. Aqui pelo menos a Tribuna nós temos para falar.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Sr. Presidente, o Sr. Luiz Pires, do Sindicato, pediu para que agradecesse a V. Ex^a. porque na emoção de falar aqui em público ele esqueceu. agradecer a V. Ex^a. pelo acolhimento através dos servidores desta Casa que estavam de serviço ontem a noite. Os servidores acolheram todos aqueles que estavam aqui na frente da Assembleia no momento em que chovia em Porto Velho, ele se sentiu na obrigação de agradecer a V. Ex^a. e especialmente aos servidores desta Casa que demonstraram o perfil que tem V. Ex^a, em acolher a todos.

Queria também registrar a presença do Fabrício Francis da Silva Figueiredo, ele que é advogado das famílias do Joana D'Arc.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falar das pessoas que vem fazer movimento e protesto aqui na Assembleia. Eu falei para o pessoal da assessoria, o nosso capuccino da Assembleia é famoso, o pessoal aqui prepara um capuccino e eu falo – atende com cafezinho, água, capuccino, atende. Que aqui é como eu falei, a gente não tem... para nós é importante que a população venha sim, infelizmente, muitas vezes nós não temos poder sozinhos de resolver os problemas, mas aqui nós podemos encaminhar, podemos e com certeza vamos ajudar, fazer o nosso papel e resolver os problemas que nós temos no nosso Estado. Passo aqui a palavra para o Prefeito de Guajará-Mirim, Dulcio da Silva Mendes.

O SR. DULCIO DA SILVA MENDES – Boa noite a todos e a todas.

Sr. Presidente, Deputado Hermínio, cumprimento e louvo a iniciativa que o Senhor tomou, talvez um tanto tardia como estamos percebendo pela queixa de tantos, mas sempre oportuna. Na sua pessoa eu cumprimento todos os componentes da Mesa, e quero abraçar a cada um daqueles que já usaram a palavra de forma adequada, também oportuna, e a todas as comunidades que se fazem presentes, boa noite.

O que se constata aqui é que as obras estão na sua conclusão final e as pendências são muitas, quando elas já deveriam estar sanadas, e só podem ser sanadas se houver discussão, se as duas partes se aproximarem para conversar e daí por consenso ajuizam-se as coisas e a partir daí cumprem-se as coisas. O que se percebe pelas queixas, que ainda não vi ninguém daqueles que representam os dois consórcios, mas pelas queixas parece que nada está sendo cumprido e não estou aqui para julgar ninguém, até porque eu também me proponho, me ofereço para ser julgado, mas a razão de que Guajará-Mirim tem como proposta duas compensações principais apontadas pela comunidade. Uma delas a revitalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no trecho Guajará-Mirim até Vila Murtinho, no valor de dois milhões e oitocentos, tido como sustentação um laudo de viabilidade e por isso mesmo proposto que a negociação fosse levada à frente. Logo depois apareceu um outro laudo dando como inviabilidade. Negociou-se não sei de que forma, mas o prefeito atual até hoje não tomou conhecimento de nada porque não foi buscado e é interessante que as duas partes, prefeitura e consórcio, se aproximem, especialmente o Consórcio Santo Antônio, aproximem-

se para que haja realmente uma possibilidade de trabalhar com a verdade. Ainda ontem estávamos falando e o governo conduzindo uma reunião para a construção de dois barcos, um hospital e um cidadão para atender os ribeirinhos do Vale do Mamoré/Guaporé, e com custo ou com os custos dos consórcios, e nessa reunião, não sei se os senhores foram convidados, mas não compareceu ninguém que representasse os consórcios. Também isso não fica bem. Eu me proponho à discussão, eu estou aqui mais para isso, não estou julgando nada, me proponho à discussão a partir de agora como novo prefeito que tem a responsabilidade e quer fazer com que ela se valha, de toda representação que eu tenho por trás, assim como o nosso Presidente também está fazendo esta atitude pela representação que tem dos votos que teve, para que a gente possa avançar no sentido de encontrar um consenso, uma forma de que a gente possa ressarcir aquela comunidade dos impactos. E eu digo e repito, observo pela pertinência do discurso de cada um, que todos sofreram impacto, não iguais, mas todos sofreram e é preciso que a gente também tenha isso em mente, custear, ressarcir dentro daquilo que foi prejudicado. Eu quero contribuir, por isso que eu me proponho, e aqui eu me dirijo às duas representações dos consórcios. Eu quero me propor uma discussão, sentar e conversar, porque ainda dá tempo, até porque eu cheguei ontem e quero ter isso como uma grande vantagem, uma discussão, uma proposta nova de avançar nessa discussão. Sou extremamente satisfeito a formação de alguma figura jurídica, quer seja da UNIR, quer seja representado pela sociedade. Enfim, mas que tenha realmente essa coisa de ser impar, de ser independente dos dois interesses, porque quando se discute interesses, geralmente as pessoas não querem ficar para trás e perder, tá bom? Proponho que isso seja levado à frente Presidente, porque foi uma das melhores ideias que surgiu. E repito começamos hoje o que deveríamos ter começado muito lá atrás.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Senhor Prefeito Dulcio.

Vamos passar a palavra para os nossos Membros da Mesa, começando pelo nosso Vereador Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES - Boa noite a todos e a todas, é um momento de muita alegria e até um sonho está aqui pela primeira vez usando está Tribuna Presidente. Eu quero cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Coelho. Não vou citar todos os nome da Mesa, mas em seu nome cumprimento a Mesa. Em nome do meu amigo e vereador Léo Moraes, que é o relator da CPI das Compensações das Usinas, eu quero cumprimentar cada vereador que se encontra aqui presente, e em nome do Deputado Adelino Follador, cumprimentar os Deputados. Senhoras e senhores, imprensa aqui presente.

Eu pensando hoje Deputado Hermínio, antes de vir a esta Casa, Deputado, como Deus é tremendo. Em 2008, eu vi candidato a vereador, e eu sou o sétimo colocado das eleições de Porto Velho, mas infelizmente por conta do coeficiente eleitoral eu não me elegi, naquele momento o senhor se tornará reeleito, e depois se tornará Presidente daquela Casa de vereadores, e hoje graças a Deus conduz esta Casa, tão belamente, a Assembleia Legislativa como Presidente. E era meu grande sonho de ser até então um vereador, porque eu sabia que as usinas estavam se instalando em Porto Velho, e precisávamos montar uma tropa de choque para podermos assim trabalharmos em prol da comunidade de Porto Velho. Sou de Humaitá, mas vi para cá com um mês de nascido, então acompanhei Porto Velho, tenho quarenta e um ano de idade, eu sei do desenvolvimento desde início até onde

chegou. Vim também de uma família muito humilde como o senhor veio, cobrador de ônibus do Ceará para cá, e eu lavador de peixe, e hoje me tornei, hoje um agente político. Graças a Deus, a minha família e ao povo que votou em mim.

Ontem eu vim até aqui e conversei com o Bigode, e conversei com várias pessoas que estavam acampadas aqui na frente da Assembleia, e são coisas que me revolta, que me deixam, triste, ver pessoas que por anos e anos trabalharam construindo sua casa, seu lar, aonde faz a sua plantação para tirar o seu sustento, e hoje estão largadas ao leu, as pessoas estão aqui uma parte delas do Joana D'arc, do assentamento Joana D'arc, que há muito tempo o INCRA deu esse assentamento e hoje está tomando com toda força, justamente por conta de dois grandes empreendimentos que são os maiores do país que recebemos da obra do PAC, mas infelizmente recebemos com uma mão e nos tiraram tudo com as duas mãos. Isso é triste. Mas aquilo que já foi falado aqui... nós viemos mais para criticarmos as usinas, não que sejamos contra as usinas, nós somos contra o dinheiro que foi mandado para Porto Velho, para o Estado de Rondônia, da maneira que eles destinaram esse dinheiro, da maneira que eles gastaram, eles não, da maneira que o ex-prefeito, o ex-governador gastaram esse dinheiro. E eu fico muito preocupado com a omissão dos nossos Deputados Federais. Eu nunca vi uma Bancada, Presidente Hermínio, tão ineficaz como a Bancada Federal, tão ruim com é nossa Bancada e são pessoas que vem anos e mais anos se elegendo e reelegendo, reelegendo e nada fazem, e nada acontece. Hoje, tanto é prova disso, que nós não temos um representante federal aqui nos representando. O Senhor fala que os políticos são responsáveis, eu concordo com o Senhor, são responsáveis, mas infelizmente um órgão chamado IBAMA é o maior irresponsável por tudo isso que vem acontecendo. Há pouco tempo eu, e o Léo Moraes, o vereador Fogaça, fomos até pegamos uma lancha aqui, um barquinho e fomos visitar, visitamos até a Comunidade São Sebastião, e ficamos indignados, a força das águas, os desbarrancamentos da beira do Rio, caindo àquelas árvores de milhares e milhares de anos, e quando um pequeno agricultor tira um pau, tira uma árvore, o IBAMA vai lá e pune, e as usinas que vêm fazendo conosco isso... é uma tremenda covardia, isso é um maior massacre que nós estamos recebendo. Por duas vezes fizemos uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores proposta por mim. Dessa audiência nós propomos a CPI, e das duas vezes que fizemos a Audiência Pública, convocamos duas vezes a Usina Santo Antônio, nunca essa Usina apareceu na Câmara de Vereadores, nessa gestão que nós estamos lá, e agora eu estou vendo o nome desse senhor que representa a usina, eu sei que não tem culpa, mas representa, trabalha, o seu Antônio de Pádua, quem é Antônio de Pádua, por favor? Seu Antônio de Pádua, a sua empresa é irresponsável. A empresa a qual o senhor trabalha fala que tem a energia limpa do país, mas na mão de vocês está o sangue, está o suor desse povo humilde que hoje não tem nem onde morar, tinha suas casas, seus lares, suas plantações não tem mais nada. Infelizmente seu Antônio de Pádua, o senhor trabalha em uma empresa incompetente, e irresponsável. Eu me dirijo aqui ao Ministério Público, na pessoa do Promotor Aluildo. Parabéns ao Ministério Público, Promotor, vocês fazem a parte de vocês, infelizmente aqueles que teriam que está na cadeia, porque foram irresponsáveis, foram pessoas que assaltaram os cofres do nosso município, a justiça manda soltar.

Essa CPI vai chegar muito longe, não vai acabar em pizza, vocês podem ter certeza disso, eu já quero fazer um apelo aos vereadores que se encontram aqui essa noite, que nós possamos visitar Joana D'arc. Eu recebi esse desafio, e eu quero passar para vocês. Vou está lá para visitar Joana D'arc, e pediram que nós ajudássemos apenas um dia, que nós dormíssemos lá e

acompanhassemos o sofrimento dessas pessoas, e não só Joana D'arc, mas acompanhar todo distrito, todo Baixo Madeira. O Ministério Público juntamente com o Tribunal de Justiça, com essa Casa, com a Casa de Vereadores, nós temos um compromisso, um dever moral de cuidar dessa população tão carente, porque nós somos eleitos e escolhidos para isso. Então proclamo Deputado Hermínio, a partir de agora Presidente, eu farei a minha parte juntamente com a Câmara de Vereadores em pegar o Prefeito Mauro Nazif, e o senhor pegar o Governador Confúcio Moura, e arrumar um corajoso, um macho lá em Brasília, Deputado Federal ou Senador, que pegue o IBAMA para que nós possamos... vamos deixar audiência pública de lado e vamos montar essa comissão e tratarmos da maneira mais eficaz que temos que fazer, porque o povo está cansado e enquanto nós discutimos em audiência pública, cada dia as terras vão ficando mais alagadas, vai se perdendo, O povo hoje está convivendo com animais dentro de casa, com jacaré, com cobra e com todos os tipos de animais peçonhentos. Então Presidente, saímos daqui com essa pauta montada, para que possamos a partir de já tomarmos essa posição, e se tivermos que parar essa usina, vamos fechar. Nós temos que fechar essas usinas, porque nós somos tratados como barriga de aluguel. Porto Velho, o Estado de Rondônia é tratado como barriga de aluguel. Esta Casa de Leis há tempos, o governador que saiu, mandou trinta milhões que era nosso, mandou para o escritório de Cacoal. E hoje nós temos aqui, há trinta anos quando a Usina de Samuel, foi construída nos deixou um patrimônio, o Hospital João Paulo II e até hoje esse mesmo hospital atende Rondônia, atende Humaitá, atende Rio Branco, atende Porto Velho. As Usinas Santo Antônio e a Jirau estão indo embora daqui, e não deixaram nenhum hospital para nós, para nada, estão deixando só o que está aí, o desmando e o caos. Hoje nós vivemos nos desmandos e no caos. Então eu sou indignado com isso como representante do povo legal, Presidente, portanto eu proponho que nós montemos essa comissão o mais rápido possível e me coloco a disposição.

Que Deus abençoe a cada um de vocês.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Vereador Jair Montes.

Convido a nossa Nanci, a nossa Secretária de Estado Desenvolvimento Ambiental SEDAM, Nanci Rodrigues da Silva. O Secretário o Chefe de Gabinete do Confúcio, está falando que a senhora tem até duas horas para falar, e no final eu conclui dizendo que vai fazer um laudo e provar para nós fecharmos aquele trem.

A SRA. Nanci RODRIGUES DA SILVA – Boa noite a todos. Eu vou ser bem rápida porque eu acho que não tem muito mais o que dizer, Presidente. Eu acho que as pessoas que estão aqui representando, que representam a comunidade retrataram bem de uma forma muito positiva e é notável nas falas, que há uma violação aos preceitos da sustentabilidade. Então, nós estamos falando de energia limpa e sustentável como foi dito aqui, mas é notável que há uma violação, porque senão nós não estaríamos aqui nesta Audiência. Eu estou aqui à disposição. Nós recebemos uma solicitação do Ministério Público há dois meses e como disse o representante da comunidade de São Sebastião, nós iniciamos um trabalho e estivemos na comunidade de São Sebastião e já havíamos ido à outra comunidade e o que nós constatamos é exatamente o que eles disseram aqui sobre o desbarrancamento do rio e o encharcamento das áreas que estariam disponíveis para a produção. E o relatório diz que existe uma ação erosiva, portanto corre risco as propriedades, as residências, os comércios que ali estão localizados. Lá existe um dano ambiental de média magnitude

e que faz necessário uma complementação de obras. Isso quer dizer que ocorre um desequilíbrio sedimentalógico da área por influência das usinas. Isso está no nosso relatório que foi encaminhado ao Ministério Público do Estado. Então é verdade o que foi dito aqui a respeito dos desbarrancamentos e do encharcamento e do alagamento que nós vimos aqui no vídeo. Isso não há o que negar, nós constatamos isso pelos nossos técnicos que foram lá na comunidade e a partir de então o Dr. Confúcio Moura, Governador do Estado determinou que a SEDAM fizesse uma avaliação de toda situação do dimensionamento.

Eu vou ler aqui como nós colocamos na nossa Ordem de Serviço designando uma equipe técnica que fizesse o dimensionamento dos valores que hoje estão gerando os conflitos socioambiental e econômico das comunidades. E aí fizemos um grupo de trabalho com três técnicos da SEDAM, que são insuficientes para fazer o trabalho, mas era o que nós tínhamos: um geólogo, um engenheiro civil sanitário e um gestor ambiental, são três técnicos da SEDAM que estão fazendo uma avaliação por determinação do Governador do Estado para que nós possamos dar encaminhamento e discutir para tomar uma posição, enquanto Governo do Estado. Isso foi uma determinação do Dr. Confúcio, a partir do resultado do relatório que nós fizemos e encaminhamos a pedido do Ministério Público e depois nós passamos essa situação ao Governador.

Nós estávamos falando aqui dos Deputados Federais e eu ali no meu celular, eu sai para atender uma ligação da Deputada Marinha Raupp, ela pediu que eu falasse aqui para os presentes, que a partir do que nós decidíssemos aqui, ela encaminharia ao Presidente do IBAMA. Então eu não preciso me alongar, até porque já é tarde, é preciso não ouvirmos os outros componentes da Mesa, os representantes da empresa, mas eu quero fazer uma sugestão, a exemplo de muitos que aqui estiveram falando, vamos, a SEDAM está com um grupo técnico fazendo um acompanhamento, dimensionamento e aqueles que quiserem se juntar, só são três membros da SEDAM que estão fazendo isso, é muito poucos. Poderíamos ter mais representantes, fazer uma comissão mista interinstitucional que nós pudéssemos, inclusive, com a presença da empresa, com a presença da comunidade, para que nós pudéssemos de uma vez por todas resolver conflitos que estão se estabelecendo e se agravando.

Obrigada.

(às 20 horas e 05 minutos o Senhor Hermínio Coelho passa a Presidência ao Senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda com a palavra o senhor representante do Tribunal de Contas, Conselheiro Dr. Francisco Junior Pereira da Silva.

O SR. FRANCISCO JUNIOR PEREIRA DA SILVA – Boa noite a todos.

Primeiramente eu quero fazer justiça a um órgão que em nenhum momento foi mencionado aqui e que tem uma grande importância para a República e para o sistema democrático, que é o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas desde o ano de 2011 numa ação conjunta com o Ministério Público vem realizando uma auditoria nas compensações sociais de responsabilidade dos empreendedores, usinas de Jirau e Santo Antônio. Então desde 2011 a gente vem desempenhando esse trabalho, é um trabalho lento, é um trabalho demorado, mas ele se pauta em critérios técnicos. Então nada do que eu vou dizer aqui, eu acho... Nada do que eu vou dizer aqui, eu penso que tem base técnica e eu consigo sustentar perante qualquer tribunal. Para que a gente entenda o que eu vou falar, nós precisamos fazer antes algumas

definições e precisamos entender como funciona o processo de compensação numa obra de grande porte como essas duas que nós temos aqui no Estado. Para entendermos nós precisamos saber como funciona isso. E todo funcionamento está atrelado a um órgão chamado IBAMA. É perante o IBAMA que o órgão vai solicitar as três licenças: a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Antes de solicitar qualquer dessas licenças, é preciso que o empreendedor, aquele que quer construir, faça um estudo e apresente esse estudo a um órgão licenciador, que é o IBAMA. Geralmente esse estudo se chama Estudo de Impacto Ambiental e que vem junto o relatório de impacto ao meio ambiente, é o EIA/RIMA e esses documentos foram feitos aqui na época 2004, 2005, 2006 e foram muito bem feitos. Depois desses documentos foi produzido o Plano Básico Ambiental, nesse Plano Básico Ambiental, estão previstas todas as ações de responsabilidades do empreendedor, tudo o que o empreendedor vai fazer para mitigar o impacto ambiental e social que a obra traz, está previsto lá no Plano Básico Ambiental. Ok? O Plano Básico Ambiental ficou pronto, salvo engano em 2006. A obra própria começou depois, as obras, salvo engano, a licença previa que é a primeira licença concedida pelo órgão ambiental, ela é de 2007, a 251, e parodiando o ex-presidente Lula, nunca na história desse país, tinha se feito o que se fez aqui em Rondônia. Por que o órgão ambiental na licença previa no item 2.23 determinou que fossem celebrados instrumentos, protocolos de intenções entre os órgãos públicos; notadamente Estado e Município, e entre os empreendedores para definir que ações são necessárias executar para mitigar os efeitos da obra. Todas essas ações a gente costuma denominar de compensações ambientais, dentro das compensações ambientais em particular as compensações sociais. Regra geral, as compensações ambientais, aquelas ações voltadas para a preservação e para a reestruturação do Meio Ambiente, a competência para fiscalizar é do órgão Federal, IBAMA, o que não quer dizer que a sociedade civil organizada possa participar disso. O Tribunal de Contas junto com o Ministério Público Estadual percebendo a questão da compensação social, formou uma equipe da qual eu sou Presidente, para fazer uma auditoria nas compensações sociais. Entendidas essas compensações sociais como todas aquelas ações que tem que ser praticadas para fortalecer o Estado e Município, com a finalidade de dar suporte em serviços públicos, porque a demanda por serviço público aumentou em função do aumento populacional. Então no nosso trabalho tratamos compensação social nesse aspecto, é tudo aquilo que tem que ser feito para compensar os danos ou a demanda por serviços públicos relacionados à saúde, a segurança pública, ao trânsito, a educação, que é causado pelo aumento populacional. É somente esse o foco do trabalho do Tribunal de Contas, por que? Porque O Tribunal de Contas não tem competência para fiscalizar a outorga do órgão licenciador, IBAMA, quem poderia ter essa competência é o Tribunal de Contas da União. Mas como nas compensações que designamos de sociais, todos os produtos seriam incorporados, são e serão, ao patrimônio estadual e municipal. Nós percebemos que aí sim o Tribunal tem competência. Aonde uma doação, um equipamento adquirido, um prédio vai ser incorporado ao patrimônio estadual e ao patrimônio municipal surge a competência para o Tribunal de Contas atuar, e nós atuamos somente nesse aspecto. Nós terminamos o trabalho no que concerne às compensações sociais da parte de Santo Antônio, estamos em fase de conclusão no que diz respeito às compensações sociais de parte de Jirau. Temos algumas conclusões que eu posso adiantar, mas regra geral, aonde é que eu vejo? Aonde é que eu posso, como cidadão comum consultar esses valores? No site do IBAMA, está tudo lá, só para termos uma ideia, eu fico até com vergonha de falar em mais

recursos, se eu não consigo nem administrar o que nós já recebemos. Só para termos uma noção em decorrência do protocolo de intenções celebrados entre os empreendedores, o Estado e o Município. Os empreendedores se prontificaram a repassar para o Estado só na compensação social, saúde, e educação, segurança, trânsito, serviços públicos, recursos da ordem de quase cento e cinquenta milhões, é muito dinheiro. Cadê? Calma aí, nós vamos já terminar, vamos já concluir, e não sou advogado do diabo, não estou aqui para defender ninguém, até porque o procedimento de auditoria é um procedimento pautado pela imparcialidade e pela independência. Então eu fico muito tranquilo para falar aqui o que eu vou falar porque eu não tenho comprometimento com político, com ninguém, e o cargo que eu ocupo é provido por concurso público e eu não tenho mais para onde ir, estou no final da carreira, então é imparcialidade total. Mas a verdade tem que ser dita. De tudo aquilo que nós examinamos, eu percebi um descontrole quase que total por parte dos órgãos públicos envolvidos. Desses cento e quarenta, cento e cinquenta milhões, que os empreendedores ficaram de passar para o Estado, quase 90% já foi repassado, e por que a gente não vê o resultado disso? Por que a gente não vê? Porque infelizmente, e isso não é privilegio do Estado de Rondônia, infelizmente o Estado não tem gestores competentes para administrar os recursos da sociedade como deveria. Ok. Então o que nós percebemos? Lá no Plano Básico Ambiental estava definido as ações, e eu me lembro muito bem de uma que, alguém aqui falou de hospital e eu me lembrou, e não estou fazendo defesa de ninguém porque não ganho para isso, ganho para desempenhar a minha função, devendo satisfação só a minha consciência. Tinha a previsão da construção de um hospital, lá no Plano Básico Ambiental e esse hospital não foi feito por quê? Porque o Governo do Estado, e eu falo de maneira genérica, não me reporto a Governador quem quer que seja, eleito, o ex, não me reporto a ninguém, Secretário. Eu falo de maneira genérica, o Governo do Estado preferiu desmanchar esse hospital em leitos para os hospitais já existentes, foi opção do Governo que vocês ajudaram a eleger, que nós ajudamos a eleger, por isso não existe o hospital. Comprou-se, e isso é fato, porque eu determinei que os servidores fossem verificar. Os empreendedores doaram inúmeros veículos, os veículos estão lá, mas quando se pensa em doação de veículo, em aquisição, eu tenho que pensar em manutenção, eu tenho que pensar em quem vai dirigir. O poder público se deixa seduzir por obras, a coisa mais linda do mundo é uma obra. Mas antes de fazer uma obra, eu tenho que saber quem vai trabalhar lá quando a obra tiver pronta. Nesse hospital, quem é que vai trabalhar? Eu tenho médico? Eu tenho enfermeiro? Eu tenho gente pra fazer a manutenção do hospital? Não basta construir o hospital, como de fato foram construídos inúmeros centros de saúde e UPAS. O empreendedor entregou como devia ter entregue. Por que não está funcionando? Porque o governo não soube pedir, porque faltou planejamento. Nas visitas que a minha equipe fez, nós nos deparamos com o absurdo de pilhas de ar-condicionado amontoado nas escolas. Por quê? Porque pediram equipamento para a escola, sem a escola ter rede elétrica com capacidade para suportar, então pra que pediu? Infelizmente, grande parte dos problemas, senão todos eles, foram causados por incompetência dos gestores. A título de exemplificação: Se asfaltou muito, a usina construiu muito asfalto, mas construíram aonde se determinou, aonde não existia saneamento básico. Como é que eu faço asfalto aonde não tem saneamento básico? Como é que eu faço escola onde já tem? Como é que eu faço UPA onde já tem? Houve falha na escolha do que seria feito e quem escolheu foi o Poder Público. O Poder Público apontava e o empreendedor ia lá e fazia, o Poder Público apontava e o empreendedor ia lá e fazia. Só que o Estado apontava

o Estado de maneira geral, Estado e Município, sem planejamento. Eu tenho que saber o que fazer, eu tenho que saber como gastar, recurso mal aplicado só gera mais despesa, a gente tem que saber aplicar. Então só pra se ter uma ideia, salvo engano, foi a Santo Antônio que forneceu equipamento de vigilâncias, quase 70 câmeras. Sabe quantas tem funcionando? Saiu no jornal esses dias, nove. Falta de manutenção. Mas por que eu não pensei na manutenção quando eu fui pedir? Então, a conclusão que a gente chegou é essa. Tem saída? Existe um jeito de virar o jogo? De tentar aproveitar os recursos que ainda faltam ser liberados? Tem, tem saída, sim. Qual é a saída que eu vejo, que eu vislumbro? Pessoal, a compensação social, se baseou na população atraída, então se nós conseguirmos provar que a população atraída foi maior que a prevista, os valores a serem repassados tem que ser recalculados, e eu tratei isso com o empreendedor e ele em momento algum se negou a isso. O próprio Dr. Ricardo quando eu tive conversando com ele me disse: olha essa conta da população atraída é uma conta aberta. Ok? Pelas minhas contas, veio mais gente do que estava previsto, então tem que aumentar o repasse. Agora, pra aumentar o repasse, nós temos que, nós sociedade como um todo, definir aonde vai ser aplicado. Nós temos que definir, aonde nós vamos aplicar? Pra gente ter uma ideia, um dos empreendedores construiu um presídio, está lá pronto o presídio, eu fui lá outro dia verificar se estava pronto. Está pronto, está fechado. Por quê? Porque não tem agente penitenciário concursado em condições de botar pra funcionar. E isso é culpa do empreendedor? Repito, não estou chamando ninguém de santo, nem estou advogado do diabo, o que eu estou trazendo aqui são fatos concretos e que eu tenho como comprovar. Qual é a saída? A meu ver, a saída é provocar o órgão ambiental com documentação robusta, eu acho, não resolve nada em lugar nenhum, não agüento um sopro lá no judiciário, com documentação robusta que comprove que a população aumentou além do que se esperava, esse é um argumento fortíssimo e tenho certeza que é acatado. Porque pelos dados do IBGE eu cheguei a uma conta maior do que o empreendedor chegou, e o IBGE não vai contar o peão que está hospedado lá, ele não vai contar o cara que mora em hospedaria, em hotéis, ele não vai contar o trabalhador que diz que a família dele está lá no Maranhão, no Pará, no Ceará, e tá aqui, mas vai visitar e vai voltar pra lá. Então, esse é um aspecto, é um argumento forte, robusto pra se renegociar. O outro argumento, é o que todo mundo falou nele. ora, se o lago vai aumentar, se a área alagada vai aumentar, se a produção de energia vai aumentar, é obvio, isso é obvio, é natural que o impacto vai aumentar, e se o impacto vai aumentar nós temos que refazer o estudo ambiental para prever novas medidas mitigadora, isso é obvio. Então o caminho da negociação é esse, é comprovar, e isso já tem documentação que comprova, o aumento da área alagada em decorrência até do aumento do potencial que as usinas vão passar a produzir. O outro é o aumento da população atraída. Com esses argumentos junto do IBAMA a gente consegue que o IBAMA determine que o órgão adote as providências necessárias. Agora, é lógico que tem que envolver a Assembleia, tem que envolver Governo, tem que envolver a Câmara Municipal, tem que envolver Prefeituras. E na hora que o dinheiro vir, que não tenha dúvida disso, se for bem estruturado esse argumento, mas vamos conseguir recursos. Agora se vamos conseguir, vamos fazer uma aplicação uma boa aplicação, porque o que se recebeu até agora, definitivamente foi muito mal aplicado, tá? Foi muito mal aplicado, e a culpa não foi do empreendedor. Eu fiz o trabalho com a minha equipe, com ajuda da equipe do Dr. Aluísio baseado em documentação existente, material, não é eu acho, eu ouvir falar, é coisa que eu posso provar. E me coloco a disposição de qualquer pessoa aqui da comunidade para me

questionar a respeito do que eu estou falando, e convido a comparecer em meu gabinete, lá no Tribunal de Contas que eu explico, vou ter o maior prazer de explicar tim tim por tim tim como é que funciona toda sistemática de compensação. Sei que só posso cobrar aquilo que eu entendo. Se eu não sei pedir, como é que eu vou receber, o que eu quero? Aprendizagem a gente já tem, porque esse não vai ser nem o primeiro e nem o último atendimento aqui no Estado.

Guajará-mirim vai receber dois empreendimentos. Qual foi o erro desses dois primeiros empreendimentos? Os órgãos de controle em nenhum momento foram consultados na hora de definir o protocolo de intenções. Na hora de definir o que vai ser feito, ninguém chamou Ministério Público, ninguém chamou Tribunal de Contas, ninguém chamou a sociedade civil organizada, ninguém chamou os representantes dos afetados por barragem, ninguém chamou o sindicato, ninguém chamou ninguém. Quem definiu? O Governo, o Prefeito e colocou na mão de pessoas que não possuíam capacidade técnica para executar aquela tarefa. E quando nós recebermos novos recursos o Conselho que eu dou ao Prefeito e Câmara dos locais que vão receber essas grandes obras é: chama o Tribunal de Contas e o Ministério Público, e deixem eles ciente: olha, vamos pactuar um protocolo de intenções com as ações que vão ser efetivadas e nós queremos ajuda para definir o que vai ser feito. E aí na hora de definir o que vai ser feito nós temos que ter planejamento, é a palavra de ordem, planejamento.

Já me dirigindo para o final da minha exposição, eu quero agradecer ao Dr. Hermínio, pela oportunidade e quero dizer para ele e para Câmara de Vereadores, a Assembleia e a Câmara têm muito poder, embora às vezes a gente não use, mas em passado recente o Tribunal de Contas do Estado julgou irregular, julgou não, melhor dizendo, deu parecer pela irregularidade das contas do Prefeito do Município de Porto Velho, por uma série de irregularidades encontradas. E o que a Câmara fez? Aprovou. Então, pessoal àquele que tem contas julgadas irregulares ele não pode mais se candidatar, o Tribunal disse: olha, reprova, a Câmara foi lá e disse: negativo, está legal. Foram os representantes eleitos de vocês. Então nós temos sim, que se registre, da outra legislatura. Mas o que eu estou querendo dizer, é que o Poder Legislativo pode impedir incompetentes de continuar na vida pública, julgando irregularmente as contas desses... O Poder Legislativo tem o poder de sustar contratos. Olha que legal, está lá na Constituição, não estou inventando não, artigo 71, parágrafo segundo, salvo engano. Sustar contratos, se o contrato trouxe prejuízo ao Estado, e no caso das Câmaras Municipais, se trouxe prejuízo ao Município. Pode, o Poder Legislativo, lógico, acatando a ampla defesa e o contraditório suspender contrato administrativo. E pode a qualquer momento solicitar, requisitar ao Tribunal de Contas que faça auditoria. Então é muito poder sim. Nós temos é que melhor utilizar esses instrumentos que a Constituição Federal nos deu.

Agradeço a atenção de todos, e me coloco à disposição para os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado, e boa noite.

(Às 20 horas e 28 minutos o Senhor Maurão de Carvalho passou a Presidência ao Senhor Hermínio Coelho)

O SR HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O que o nosso Conselheiro Francisco Junior Ferreira da Silva citou, eu falo palavreados simples, às vezes eu erro um erro de português um atrás do outro, mas eu acho que dar para as pessoas entenderem. Porque eu sempre falo que o Poder maior é o Legislativo, mas infelizmente quando você vê. Me cite um exemplo de uma Câmara de vereadores, de uma Assembleia Legislativa ou de um Congresso

Nacional, quando o executivo não tem a ampla maioria? E aí quando você ver um Prefeito ou um Governador sendo, sofrer o processo de cassação pode ver que ele é uma pessoa boa. Parece que o negócio, e aí tem algum movimento para tirar, porque na maioria dos casos, infelizmente, a política brasileira, parece que o político só sobrevive se for debaixo das asas do executivo, das picuinhas, dos favores. Isso temos dito todos os dias. Eu coloco a nossa responsabilidade, porque nós temos culpa nisso sim, porque nós podíamos conter esses abusos, punindo, mas para usar esse Poder temos que ter a maioria, porque se um deputado sozinho cassasse políticos safados aqui, eu já tinha cassado um bocado. Agora, infelizmente, eu não posso cassar ninguém, mas se eu pudesse cassar sozinho... É igual um amigo meu, cearense, meio maluco. Ele fala: rapaz, eu queria que Deus me desse um poder de um minuto para eu fazer um bando de filhos da mãe, de safados desses da política que tem nesse país... punir eles". Mas é difícil. Porque para começar todos nós, inclusive, eu falo isso, todos nós temos culpa no cartório, todos nós de uma forma ou de outra, temos culpa no cartório. Mas o maior responsável disso tudo... não adianta nós tirarmos a responsabilidade do Governador e do Prefeito e jogar nas nossas costas. Nós podemos até fazer, mas nós somos covardes, nós somos frouxos. Mas dizer que a responsabilidade é nossa, não dá para assumir isso, enquanto eles estão lá numa boa e nós estamos aqui feito besta, sabe? Com ilusão que nós vamos sair daqui com a solução, ninguém aqui tem o poder de sair com a solução. Nós podemos encaminhar, e esse negócio de fazer comissão para tá enrolando e as vezes alguns membros da comissão está querendo barganhar algumas coisas, isso é fria. É igual a comissão da transposição que ficou anos enganando o povo de Rondônia lá em Brasília. Nós temos que ter o poder de barganha. E o poder de barganha é travar essas duas usinas dentro da lei, travar. E aí sim eu quero ver se em três dias nós não resolvemos. Olha, vamos resolver todas as questões dos trabalhadores quanto as indenizações, porque foram atingidos. Vamos resolver a transposição e a dívida do BERON. Dr. Francisco, se o Estado tirar esses vinte e dois mil da folha de pagamento e tirar mais esses dezesseis milhões mensal da dívida do BERON, Prefeito, nós não precisamos destas coisinhas de compensação não, o Estado vai ter condições. Ele fala cento e cinquenta milhões, e esses cento e cinquenta milhões é uma economia de quase cem milhões/mês. Tirar a folha desses vinte e dois mil servidores e a questão da dívida do BERON e sem contar que vai entrar o dinheiro federal, desses vinte e dois mil servidores que vão receber o salário mais ou menos dobrado, porque deveria ser assim, da união que é dinheiro que vai entrar para movimentar a economia do Estado, é uma maravilha. E se nós embargarmos as usinas, nós conseguimos, porque primeiro, já é um direito de Rondônia. Porque Roraima e Amapá tiveram o direito, e por que nós não temos? Porque os picaretas de lá ainda conseguem fazer alguma coisa pelo Estado, e os picaretas daqui só fazem para eles e não faz nada pelo Estado. Eu citando isso, os principais políticos nossos aqui, Senadores que temos aí, o bicho tem uma cara de pau como eu nunca vi igual, inclusive a Deputada mandou um recado aqui, dizendo que tudo que for discutido aqui é para encaminhar para ela, que ela vai levar para Dilma. Ah, vai ser resolvido, esse tipo de coisa vai ser resolvido, não resolve nada. Só resolver se nós embargarmos as usinas. E nós temos o poder, dizer que nós vamos sair daqui não, nós vamos chamar o povo aqui para nós fecharmos as usinas, isso não existe, isso aqui não é sindicato. O que existe, nós os políticos temos que usar.

Quando a gente descumpra a Lei, qualquer trabalhador que descumpra a Lei vai para a cadeia e responde processo, esses caras tem crimes de todos os tamanhos, e ninguém... Era

só fazer cumprir a Lei, aí sim, uns três ou quatro dias no máximo. E chegar e dizer: não, Presidente, tudo bem Dilma! não tem problema não, nós autorizamos, mas primeiro vamos resolver o problema da indenização todas as pessoas que foram atingidas pela barragem, vamos fazer a transposição, vamos anistiar a dívida do BERON e a gente libera, a gente legaliza o que vocês fizeram fora da lei sem autorização legal.

Vim falar de IBAMA, o IBAMA é um órgão repressor, é um órgão que é contra o povo. Quem têm que resolver os problemas nossos aqui são os nossos representantes, os nossos representantes é quem tem que chegar, as Usinas é quem tem que chegar, o Governo é que tem que chegar para os empreendimentos e dizer o que eles tem que fazer, qual foi o acordo que eles fizeram, lá. Agora, esperar, que as Usinas resolvam os problemas nossos, eles não vão resolver nada, não vão resolver nada. Ali os Advogados das Usinas, já estão todos preparados, eu acho até que eles estão dizendo: eles são uns bandos de bestas que estão só falando besteira e não vão conseguir nada. No final nós vamos colocar isso. Vamos tirar, o Deputado Adelino, nós vamos sair daqui, o Deputado Maurão, Deputado Ribamar, nós vamos pedir, a Assembleia, se o Governo não tomar essa iniciativa, porque eu acho que não vai tomar, mesmo. A Nanci quer, mas ela não pode resolver, se é a ordem do chefe. Nós vamos tomar a iniciativa e vamos pedir ao nosso Ministério Público, ao nosso Tribunal de Justiça, vamos pedir, propor para que eles embarguem e vamos pedir essa... É bom nós termos esses documentos da SEDAM, esses dados dizendo do descumprimento para termos embasamento na ação, para quem sabe, o nosso Tribunal dá uma canetada e manda parar as duas obras por descumprimento de Leis e outras coisas. O Deputado Padre Tom, mandou, também, um bilhetezinho dizendo, o Deputado Federal Padre Tom ligou, agora, de Brasília. Se coloca a disposição da Comissão a ser constituída nesta Audiência. É o caminho para você enrolar as Audiências Públicas, não dar em nada formar essas tais de Comissões.

Vamos passar a palavra, para o nosso Tenente Coronel PM Pimentel, da Coordenadoria de Defesa Civil da Prefeitura, representando o Prefeito de Porto Velho.

O SR. PIMENTEL – Sr. Presidente, Deputado Hermínio, me permita em seu nome cumprimentar as autoridades presentes, senhoras e senhores.

Com relação à Prefeitura, em particular a Defesa Civil, algumas das falas, aqui, vem ao encontro daquilo que já está sendo feito em nível de Prefeitura, e eu acho que talvez não seja do conhecimento de todos, mas aqueles que vêm acompanhando o noticiário sabem que a partir do mês de fevereiro, quando iniciou o aumento do nível do rio, chegou à margem dos catorze metros, a Defesa Civil comunicou ao Executivo e ele decretou o estado de alerta. Um alerta à população porque começaria, já, um processo de inundação junto às comunidades ribeirinhas. Em abril, no dia 05, aconteceu o ápice do limite do Rio, chegou a 16,60 metros, quando foi decretado o Estado de emergência em função de considerar um desastre de médio porte, de acordo com o que estabelece a Política Nacional de Defesa Civil, Proteção e Defesa Civil. O que é isso? Num estado de emergência, começou-se, então, a verificar todas as demandas relacionadas aos ribeirinhos. A Defesa Civil começou a observar os locais para começar por Calama. Eu não sei se tem algum representante, aqui, do Distrito de Calama, onde foi decretado, também, emergência, porque havia, segundo informação, nos últimos três anos, uma exacerbação um acentuado desbarrancamento provocado pelo Fenômeno 'Terras Caídas'. Que é o quê? É justamente a erosão muito forte na parte subterrânea dos rios, do barranco, perdão, e com isso ele era tragado pelas águas. Então, a Comunidade de Calama,

que tem aproximadamente 200 anos ou mais, é uma das Comunidades mais antigas daqui de Porto Velho, ela está em processo de extinção, assim também como outros Distritos, o caso de São Carlos, também, que tem aqui uma representação que a gente já até conhece, que também está com um avanço muito grande, salvo engano, já avançou terra adentro cem metros, segundo informação e dados históricos, também já fizemos levantamento. Em função disso, em função do que está acontecendo, os jusantes do Consórcio Santo Antônio, das Usinas, nas margens direita e esquerda, da parte central com relação às interdições que a defesa Civil fez, tanto na Comunidade São Sebastião, como no Mirante II, Mirante I e também, a desocupação de algumas famílias na área do Triângulo, em torno de aproximadamente 25 famílias, famílias na área da Balsa, São Sebastião, na área dos Milagres, Cai N'água e Baixa União. A Prefeitura por determinação do Prefeito fez uma reunião, convocou os órgãos responsáveis pela parte hidrológica e geomorfológica, que são radicados aqui em Porto Velho, como por exemplo, o SIPAM o IBAMA, que foi citado várias vezes, aqui, o CREA, o próprio CPRM. E após um exame denominado datimetria, exame batimétrico que foi solicitado pela prefeitura através da defesa civil ao CPRM, que é Centro de Geologia. Através dessa batimetria realizada na área de Calama e na parte central iniciamos umas discussões. Por isso que eu disse que veio ao encontro esse evento de hoje aqui. Essa Audiência Pública, veio ao encontro daquilo que já está sendo feito pela prefeitura, que é justamente reunir os órgãos afins, responsáveis e chamar também os órgãos envolvidos principais, que é o Consórcio da Usina Santo Antônio e o Ministério Público.

Nós fizemos na semana passada duas reuniões, na segunda reunião, já com análise dos relatórios, a presença do Ministério Público através da Dra. Aidê e os integrantes do Consórcio Santo Antônio e o pessoal também do jurídico. Dessa reunião resultou uma Ata em que foi verificado através de explanações, inclusive frutos de divulgação até no Jornal Nacional para quem acompanhou a questão de Calama, eu acho que foi a partir daí que começou realmente aflorar essa discussão e resultou numa Ata em que estamos dando prosseguimento a essa, vamos dizer, negociação que foi colocada aqui, porque foi bem colocado pelo representante do Tribunal de Contas, as possibilidades possíveis e naturais com relação à área alagada, pelo aumento da cota estabelecida e também já solicitada pelo Consórcio Santo Antônio. Então, de repente o aumento da cota, implica em maior potencial energético e consequentemente poderá resultar em repasses ou de compensação financeira ou algum outro tipo de compensação. Esses são os caminhos naturais que foram colocados.

A outra questão, também relacionada à população, é com relação às compensações social que foi muito bem explanada aqui também. Mas, a parte disso, senhoras, trazendo aqui também umas sugestões do professor da UNIR, que se manifestou sobre uma negociação e o Itamar também, eu até pude fazer anotação da CUT, também foi outro que explanou e colocou a questão da negociação, eu acho também que é um caminho interessante pela forma sensível como o consórcio abraçou essas reuniões e estamos ainda a caminho de concluir essas negociações ou essa parceria. Então, vejam só, existe o reclamo de todos aqui, nós conhecemos a realidade de quase todas as comunidades, nós participamos in loco, inclusive fazendo a retirada em locais de difíceis acesso, locais em que são insalubres, são perigosos. Onde há animais peçonhentos, como colocaram aqui, onde há risco eminente, só que nós não tínhamos como retirar todas as pessoas. Para vocês terem uma ideia, na área da balsa e na área do São Sebastião, contamos com 202 famílias cadastradas, nós tiramos em torno de 16 mais ou menos, porque a água já estava inundando

as casas. No Triângulo e Baixo União, são 250 famílias já cadastradas pela SEMPRE, que a Secretaria de Projetos Especiais, pela SEMAS, e pela SEMUR... ali também já tem um projeto previsto pelo PAC do Ministério das Cidades, para construção de uma área. Só que para construir essa área ali, precisaria da retirada dessas pessoas e aonde colocar? Então, nós precisamos adotar medidas emergenciais, até porque estamos num estado de emergência já reconhecido pelo Ministério da Integração, que é uma vantagem, que é algo muito bom, porque temos a ajuda financeira do Governo Federal. Estamos aguardando essa liberação. Além da dispensa da licitação que ajuda o município, ajuda também em recursos financeiros. Então, são várias as alternativas que nós estamos tentando no sentido de atender a comunidade de forma emergencial. Com relação a negociação que está sendo feita, amanhã nós daremos prosseguimento, ainda, com o consórcio, porque foi colocado na reunião passada com a presença do Ministério Público, do consórcio e de todos esse signatários de que seria agora uma reunião com o Diretor Presidente. Então, já está agendado a reunião, no sentido de trazer a discussão, a parceria e o entendimento de que é um ato de cidadania, viu Senhor Presidente? é um ato de cidadania atender as demandas dessas comunidades que estão num processo bastante desgastante e um processo de deterioração, porque viver onde eles vivem, quem esteve no local tem uma ideia do que essas famílias estão passando. Então, queremos apenas a contribuição da Defesa Civil nesse sentido e também da Prefeitura, porque estamos caminhando e acreditamos que conseguiremos evitar que essas áreas continuem somente nos mesmos discursos de muitos anos, de fazer a retirada. É um desgaste muito grande que estamos tendo. Quando o nível do rio baixa, essas pessoas retornam. No caso de Joana D'arc, há um diferencial, é uma área encharcada, uma área baixa, a gente tem conhecimento do problema, aquilo que foi colocado aqui é uma questão também que já deve ser tratada em outro nível, mas eu estou me referindo mais especificamente a parte central da cidade de Porto Velho. Nós que estamos aqui há 33 anos, conhecemos bem a realidade e sabemos que precisamos somar esforços para conseguirmos realizar um trabalho em conjunto, de parceria.

Essas são as colocações e nós agradecemos a oportunidade. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Vereador Din Din.

O SR. DIN DIN – Primeiramente, boa noite ao Presidente, uma boa noite a todos presentes, aos agricultores sofridos do município de Porto Velho. Sabemos da realidade, a agricultura no município de Porto Velho é tratada diferenciada. Mas, eu gostaria só, aqui, fomos citados algumas vezes como vereador, até porque nós somos vereadores hoje, nessa atualidade. O conselheiro, quando citou... nós somos vereadores, mas somos dessa legislatura, conselheiro. Mas parabeno todos os conselheiros que votaram as contas do ex-prefeito e rejeitaram. O Senhor pode ter certeza absoluta que todos esses vereadores aqui, se estivessem lá, jamais ia deixar passar as contas do Prefeito Roberto Sobrinho, até porque, se já vinha de lá, de um colegiado de pessoas muito mais inteligentes e preparadas para ser conselheiro, jamais teria passado. Agora, eu tenho em minha mão, eu não posso falar dessa agora, então eu vi essa contas, deixa vir, quando vir para nós... não vou adiantar o meu voto, e tenho certeza, se vir de lá de forma límpida e bem detalhada e se não for aprovada lá, pode ter certeza que a Câmara também não vai aprovar as contas de 2012. Mas, eu gostaria, o Dr. Edio se encontra aqui? Edio, o senhor. Nós numa Audiência Pública, o senhor quis dizer que esse vereador estava mentindo e eu provei para Vossa Excelência, que quem estava mentindo era

o consórcio, e mais uma vez estamos e vou encaminhar ao Ministério Público o que vocês deram para União Bandeirantes em compensação social. Conselheiro fique bem para entendermos a posição; quando entregou para Prefeitura do município de Porto Velho em 2011 uma obra simples, no valor de cento e setenta e poucos mil reais e até hoje essa obra nunca foi entregue para população. Isso aí é calote, isso é calote. Vocês deram calote na população porque falaram que entregaram, o prefeito recebeu a obra, até hoje nós nunca recebemos. Isso em 2011. Outra coisa ainda pior, a obra não foi concluída até hoje. Essa obra que é o Posto de Ponto de Apoio da Malária no distrito de União Bandeirantes, até hoje não foi concluída e o prefeito do município de Porto Velho, ex-prefeito, recebeu essa obra e vocês sabiam que a obra não tinha, e não concordo conselheiro, me permita discordar, me permita discordar em algum detalhe. Parabeno-lhe em vários... mas todos eles são culpados, os dois consórcios são culpados. O senhor sabe por que conselheiro? Porque o dinheiro vinha deles e quando assinaram o protocolo, eles também ajudaram a desviar essas obras que nós temos. Essa obra é de compensação social da Jirau, estar lá, não foi terminada até hoje, e vocês entregaram em 2011 para a prefeitura, e nós vamos... Nós vamos buscar fundo junto ao Ministério Público, porque recebeu o que não tinha terminado, tem todo o processo; foto, tudo. Vamos levar para o Ministério Público para responsabilizar o prefeito, o Secretário de Saúde que também era, porque era uma obra da saúde. Então, essa nova Câmara, nós temos o direito e a honra Presidente da CPI, uma honra de buscarmos, pelo menos, eu vou permitir ao senhor, o senhor pode ter certeza. Nós temos a honra Presidente Hermínio, de buscar no mínimo um pouco do leite derramado dessa compensação social. Porque obras que foram gastos mais de dois milhões de reais, mais de dois milhões, pode ter certeza absoluta, que não foi investido mais do que a metade e a outra metade foi para o ralo, e nós vamos provar isso. Na compra de materiais superfaturados, nós vamos comprovar isso e vamos trazer para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas fazer o que deve ser feito. Secretária Nanci, eu concordo, parabéns pelo trabalho que vem fazendo, mas eu acho que tinha que ser mais, porque um agricultor quando derruba uma área de meio alqueire, ele já de imediato, ele é interditado, é multado, interditado e embargado a área. E tem que fazer da mesma forma, tem que multar as empresas, multar as empresas e embargar a obra. É assim que faz com o pequeno produtor, tem que ser assim com as duas empresas que estão fazendo esses danos ambientais na beira do Rio Madeira e o dano ambiental aqui na nossa cidade. Tem que fazer a mesma coisa que faz com o agricultor. E a senhora, tenho um respeito muito grande pela a Secretária, nós temos um respeito também muito grande pelo Governador do Estado, mas nós precisamos de mais. Senhor Presidente, nós precisamos de muito mais. Tem que ser embargada, já pedi o embargo da obra, Secretária. Nesse relatório, que peça o embargo, e que seja multado, porque cada agricultor senhores, quando faz um dano ambiental aqui, de imediato se eu não me engano, é sete mil e quinhentos reais por hectare ou é por alqueire, então eles também tem que ser de imediato, multado em dinheiro, valores, e embargada a área.

Tem outras coisas, eu sei que tinha mais coisas para discutir Senhor Presidente. Fico muito grato, já de imediato, mas aqui, eu fico, dizendo sobre a questão da Prefeitura. A prefeitura tem que esclarecer mais coisas, nós somos Vereadores, e nós não temos todo esse conhecimento, que o nobre da Defesa Civil nos diz aqui. Até parece que o problema, a prefeitura vai resolver tudo de uma vez. E é engano, é engano senhores, porque sou Vereador, nós somos Vereadores, e às vezes para buscar um pedido para cada um de vocês, para levar uma retroescavadeira

e uma caçamba para tampar um buraco, não conseguimos porque não tem. Como vamos resolver o problema de um dia para o outro? Não é bem dessa forma. E aqui, eu estou falando em nome de toda Câmara Municipal. Então o problema, a prefeitura não vai resolver de uma vez não. Eu estou falando porque o Secretário acabou falando, o Secretário Leonel, e nós vamos pedir uma nota de repúdio, pelo que ele falou em nome dos agricultores. Vamos pedir lá na Câmara para ter respeito com as pessoas que trabalham e que sofrem como essas pessoas. Hoje eu sou Vereador, mas sou agricultor, sei o que é ficar debaixo de uma lona desde 1999. Enfrentar o que às vezes o poder público não queria aceitar. Moro em União Bandeirantes, onde até hoje existe uma guerra política ambiental.

Há pouco tempo Presidente e Promotor de Justiça, o IBAMA foi lá dentro, queimou um trator do cidadão, porque estava cometendo um crime, queimou, não trouxe o trator não. Outro caso acontecido. Matou as vacas e levou o Exército para fazer, o Exército estava junto com o IBAMA. Disso tudo nós temos fotos, está lá a roupa do pessoal do Exército, bala de fuzil... foram e mataram as duas vacas, isso lá na Linha 8. Outro acontecimento agora; suspeita de queimar um caminhão toureiro do cidadão, isso com o produtor ou com o cidadão que está lá, tirando ilegal ou não. Trouxeram preso, prenderam o caminhão. Cadê que fazem com as usinas dessa forma? Agora com o agricultor, é isso que revolta. É por isso Presidente, é por isso que nós entendemos, nós temos que ter a responsabilidade, e a Câmara é forte, a Assembleia é forte, tem o Tribunal de Contas aí que é muito forte, que provou, que negou as contas do Ex-Prefeito Roberto Sobrinho, e tem aqui os promotores. Nós temos que pedir, exigir, porque quem manda aqui no Estado de Rondônia somos nós. Não adianta as empresas fazerem da forma como vem fazendo. Ainda há tempo sim, Senhor Presidente, senhores Promotores, ainda há tempo de reaver algumas coisas perdidas, o leite derramado. Porque se fala, veio as compensações, vieram, vieram as compensações e vocês sabiam que o dinheiro estava sendo desviado, vocês tinham conhecimento, até porque dentro da SEMPRE, da Secretaria, eram três empresas que faziam as licitações e vocês nunca foram lá dizer: esse preço que está cobrando é um absurdo, nunca... então foi em conluio, foi em conluio Secretário. Tem que pegar e buscar e por uma auditoria nas contas deles. É isso senhor, eu permito o senhor falar.

O SR. FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA – Senhor Vereador, saúdo Vossa Excelência pela disposição de brigar pela sociedade, pelo povo de Porto Velho, meus parabéns. E tenho certeza que essa legislatura vai provar que mereceu ser eleita.

Eu peço licença para explicar que um processo de auditoria, tal qual um processo judiciário, é regido por uma série de princípios e normas que eu não posso descumprir, sob pena, de ver o meu trabalho ir por água abaixo. Eu já tenho quase vinte anos de administração pública, e a experiência me ensinou que se eu não consigo sustentar o que eu estou afirmando, o que eu decido não vai ter efetividade nenhuma. Quando a Prefeitura, ou qualquer gestor Estadual ou Municipal, recebe uma obra, ele está dando um salvo conduto para quem entregou. Não adianta eu saber de, por A, B, C e D, que existe fraude, porque o único documento que eu tenho que comprovar é a assinatura de quem recebeu a obra. É a única pessoa que eu posso responsabilizar, é quem recebeu a obra. Embora eu saiba que possa existir aqui, não estou dizendo que existe, mas embora nós saibamos que possam existir conchavos de toda ordem. Mas no processo, eu só posso colocar aquilo que eu posso provar. Senão hoje eu afirmo uma coisa com base nisso, o camarada é preso, e daí a dois dias o advogado vai lá e solta o camarada. Aí, se tem a falsa impressão que o judiciário

do nosso país não trabalha. O que acontece é que muitas vezes, e na maioria, a gente no intuito de dar efetividade as nossas ações, a gente passa por cima de alguns procedimentos que o juiz vai observar. Ele vai cobrar e ele vai tornar sem efeito o nosso ato. Eu quero que fique bem claro nesse sentido. O que eu falei, o que está no meu relatório, eu provo. Tem quase dez mil páginas de processo lá para provar.

O SR. DIN DIN – Eu não vou discordar do senhor. Só vou dizer que o senhor também, se o senhor quiser ter a oportunidade, assim como o Edio teve a oportunidade de ver que o prédio não foi concluído e que ele falava para mim na época que eles iam in loco, fiscalizar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vereador Din Din, mas eu quero que você me cite, qual é a obra pública que nós temos aqui que foi concluída.

O SR. DIN DIN – Essa eu tenho na mão, porque eu tive o prazer de pegar do começo da obra Presidente, e entregar, que ele dizia ter sido entregue, que eles fiscalizavam a obra até o final. Eu falei: olha meu amigo, você está falando....

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O que você está falando aí Din Din é cem, meu amigo é 100% verdadeiro.

O SR. DIN DIN – Está aí para o Conselheiro... Se o conselheiro quiser, nós vamos entregar.

Muito obrigado Conselheiro, eu vou...

O SR. FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA – Tem um detalhe também que tem que ser registrado...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Essa discussão é importante, mas vamos para... é importante para outro momento...

O SR. FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA – Presidente só um registro, para que toda população saiba o que pode fazer e o que pode cobrar. Toda e qualquer obra pública, pasmem, tem cinco anos de garantia, está expresso lá no Código de Defesa do Consumidor, e a obra se submete a esse regime. Então se a obra for entregue e apresentou qualquer defeito, a construtora que executou a obra tem a obrigação legal de ir lá e reparar. Então, o cidadão viu que a obra está aos pedaços, está caindo, está mal feita informe o gestor responsável para que ele acione o empreendedor para que o empreendedor cobre da empresa que executou aquela obra, existem instrumentos legais para isso.

O SR. DIN DIN – Só para concluir, eu estou só concluindo. Jamais eu vou... Pelo conhecimento técnico, estudioso que o Conselheiro tem, jamais eu vou estar aqui... Estou só... Só para agradecer mesmo e pedir, Secretária, que nesse relatório, ainda imploro, faça do mesmo jeito que faz com o agricultor. Multe o empreendimento e peça já o embargo também da obra. É um pedido em nome de todos os agricultores. Só assim vão respeitar o Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria só também... Jirau passou quatro milhões e meio para prefeitura, para a SEMTRAM. Desses quatro milhões e meio eram 20 mil placas de sinalização de rua. Me diga qual é a Rua de Porto velho que tem uma placa de sinalização? A Jirau passou quatro milhões e

meio para a SEMTRAN. Eram para a sinalização de rua, semáforos e faixas. Esses quatro milhões e meio, eu estou doido para saber aonde foi enfiado, porque placa de rua eu não vejo nenhuma nessa cidade. Como eu falei para vocês, as compensações foram mal negociadas, eles negociaram pouco, o próprio relatório do Tribunal de Contas condena, condena 100% e as empresas têm culpa sim, porque eram eles que pagavam para os caras, mas eles obedeciam a ordem política, por medo de ser perseguidos, aí... A gente sabe, não adianta entrar nessa discussão, porque nós sabemos que as empresas... Inclusive andam falando por aí que as obras de Rondônia são muito caras, porque as propinas aqui "os meninos são gulosos". Talvez seja por isso que não sobra dinheiro para compensar os trabalhadores, às pessoas que são prejudicadas, porque tem que dar para alguns pilantras que tem neste Estado. Ele não faz isso de graça, e como falei para você, eu não tenho nada contra empresa. Não vou ficar brigando contra a empresa. A responsabilidade toda... porque se os nossos representantes fizessem as coisas certas ... eles sabem, as pessoas são pessoas de bem, mas é o sistema. O sistema, se você não bancar a campanha deles, se você não fizer tudo, aí é o sistema que é assim.

O SR. DIN DIN – Deixe só eu fazer um pedido para Vossa Excelência, e para os Deputados Estaduais, aproveitar que estamos aqui e fazer esse pedido, já que nós estamos falando de energia elétrica, que vai levar para todo o Brasil aí a fora. Presidente e todos os Deputados, o Estado de Rondônia, aquele Programa Luz Para Todos, nós temos 18 mil famílias no Estado. Gente, em nome de todos os produtores rurais que estão sem energia, já que nós estamos falando de energia elétrica... do lado de casa têm 18 mil produtores, só na região de Bandeirantes deve ter mais de três mil famílias fora do Programa Luz Para Todos. É um pedido para esta Casa nos ajudar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está bem, Din Din. Vamos passar a palavra para os nossos representantes daqui das Usinas. Os senhores querem usar a palavra? Eu quero. Vou pedir para os companheiros, para os nossos trabalhadores, vamos respeitar a palavra dos nossos representantes aqui.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA – Bom, Presidente, eu gostaria de agradecer primeiro o convite.

É importante estar ouvindo tudo isso aqui, eu me conscientizo de tudo e é evidente que eu vou refazer um repórter de tudo isso aqui dentro da Diretoria da empresa, mas gostaria de colocar que a Santo Antônio tem feito e cumprido os seus compromissos. É uma empresa que vai permanecer por aqui durante 35 anos, e é uma empresa que vem com responsabilidade, ela não vem com irresponsabilidade. A empresa tem conversado em todos os níveis técnicos e vai continuar conversando. Aonde ela realmente tiver algum problema causado por ela, ela vai reconhecer como sempre reconheceu, mas em momento algum ela vai substituir as obrigações do governo, do município e dos órgãos públicos. Ela é uma empresa responsável, com acionista e que está aqui para ficar junto à cidade de Porto Velho 35 anos. Vai ficar como parceira como sempre foi, mas sempre dentro da boa técnica, ela vai estar sempre disposta a conversar.

Obrigado, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado o senhor. Eu quero passar a palavra para o nosso representante de Jirau.

O SR. EDIO DA LUZ – Gostaria de agradecer o convite.

A Usina de Jirau - Energia Sustentável, em todos os momentos desse Projeto, desde 2008, eu convivi e vivo na comunidade de Porto Velho desde 2007. Quando começamos a estudar esse Projeto, foi um desafio enorme dentro do contexto de uma usina desse porte. A composição das empresas envolvidas nesse Projeto tem a maior seriedade, e tem o maior respeito e transparência nos seus atos e atitudes. Gostaria de dizer, inicialmente, que Jirau não tem nenhuma alteração de cota para efeito de geração da atual energia ou mesmo novas energias. Nós estamos limitados à cota 90, e inclusive funcionando na seca e na cheia como o Rio Madeira naturalmente funciona. Então, no período de cheia nós vamos poder operar Jirau na cota 90, no período de estiagem nós vamos ter que operar, Jirau, na cota 82,5, ou seja, nós obedecemos o regime e o fluxo biótico do rio. Então, se trata de usina chamada fio d'água, e ela vai funcionar assim. Como o representante de Santo Antonio falou, da mesma forma, a Energia Sustentável está se estabelecendo no Estado de Rondônia por 35 anos. Ela vai gerar royalties, que será anualmente repassada ao Estado e ao município, na ordem de noventa milhões. Isso não se trata de compensações, mas trata-se da própria lei que estabelece esse recurso de quarenta e cinco para o Estado e quarenta e cinco para o município. O que eu vejo como interessante, é que a comunidade e a sociedade façam o controle desses recursos, porque diferentemente daquilo que a União passa para o Estado e vai para o cofre do município, tem um controle do Tribunal de Contas e de outras entidades, no caso dos royalties, que é o dinheiro que vem direto para o Estado e para o município, ele vem direto da ANEEL. Então, tem que ter um plano de aplicação desse recurso, é fundamental. É estratégico sob o ponto de vista do município, do Estado, da Câmara de Vereadores, dos senhores Deputados do Estado, que façam esse controle e verifiquem se aquele recurso que está entrando no caixa do município e no caixa do Estado está tendo o destino do planejamento. E isso é por 35 anos, não é uma compensação de 01 ano. Nós inclusive, na análise que temos hoje das questões das compensações, sob o ponto de vista de inundação adicional, isso não vai acontecer em Jirau, nós não vamos alterar cota do Projeto. Então esse é um detalhe que eu acho relevante. Escutei bastante as reivindicações, não é a primeira Usina que eu participo, não é a primeira demanda que eu escuto da comunidade, tudo que se faça, no fundo não é suficiente, porque obviamente tem aquilo que é gestão pública, que tem que ser paralela e muitas vezes ela não acontece, então fica uma expectativa que o empreendedor que chegou ao local vai ter que resolver todas as demandas. Não se falou aqui, mas quando nós começamos essa obra em 2007, quando eu cheguei, nós tínhamos em torno de três mil casos, três mil e quinhentos casos de malária por mês no município de Porto Velho, de três a três mil e quinhentos casos, essa era a média que estava acontecendo ao longo do ano. Foi feito um programa com o Ministério da Saúde, com a participação do Estado, do município, Santo Antônio e Jirau intensivo distribuindo mosquiteiro, fazendo agentes de saúde, criando todo um monitoramento de vetores, e hoje esse número está abaixo de mil casos por mês. Isso significa que Porto Velho que tinha um risco alto de malária, hoje esse risco diminuiu. Eu lembro que lá atrás quando a gente discutia essas questões da malária no projeto do EIA/RIMA a discussão que tinha e o que se discutia era que explodiria malária em Porto Velho e a obra teria que parar em função da quantidade de trabalhadores e da população com malária. Então tem coisas boas e tem coisas ruins. Ninguém faz um projeto dessa envergadura num município do tamanho de Porto Velho. Nós temos duas obras, são mais de seis mil megawatts num único município, ninguém faz uma obra desse porte ou duas obras desse porte, sem ter aquilo que ajuda e aquilo que atrapalha,

e a energia sustentável do Brasil fica disponível para tudo aquilo que for decidido em comissões, para participar, atuar, identificar de que maneira pode contribuir, de que maneira pode participar, vendo a sua responsabilidade e todos encaminhamentos que venham ser definidos por esta Casa. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado ao Senhor. Passo a palavra para o Promotor de Justiça Dr. Aluildo Leite, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. ALUILDO LEITE – Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Coelho, proponente desta audiência pública sobre o aumento da cota do reservatório e também sobre as compensações sociais, na pessoa de quem saúdo os demais integrantes da Mesa. Gostaria também de cumprimentar em especial os moradores, os assentados do Joana D'Arc I, II e III na pessoa do Sr. Edson Silva Souza. Meus senhores, minhas senhoras, prometo ser breve, até pelo adiantado da hora. Também quero agradecer o Presidente desta Casa por ter aceitado a minha sugestão de falar por último, penúltimo, perdão, até porque nós vimos aqui mais para anotar e fazer algumas observações acerca dos impactos socioambientais dos empreendimentos de Jirau e Santo Antônio. Nós queremos dizer que ratificamos as reivindicações e os clamores aqui da sociedade organizada no sentido dos impactos socioambientais causados pelos empreendimentos. Não vamos discutir, acho que não é o momento de discutir responsabilidades, porque nós entendemos que as responsabilidades tem uma seara própria, acredito no Judiciário, e é quem vai dizer quem tem razão acerca dos atos praticados e dos gastos elevados a efeito das compensações pagos pelos empreendimentos. Rapidamente vou fazer uma breve explanação. Eu tinha anotado várias observações e em razão da pauta dessa audiência pública eu vou me pautar, principalmente em duas ações propostas. Uma em conjunto com o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a outra proposta pelo Ministério Público Estadual. A função do Ministério Público é prevista na Constituição Federal no seu artigo 127 que é encarregada da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e da defesa dos interesses individuais e disponíveis. Durante a fase de licenciamento do empreendimento, embora esse licenciamento seja um licenciamento federal, nós do Ministério Público estadual temos a plena convicção de que embora esse licenciamento seja um licenciamento federal verdadeiramente, todos os impactos sociais, Sr. Presidente, eu digo todos ônus é do Estado e do município. Então esse ônus vai ficar para o Estado e município, razão pela qual o Ministério Público estadual na defesa da sociedade, dos interesses individuais e disponíveis, se sente plenamente legitimado para defender a sociedade.

Eu quero aqui mais uma vez, Sr. Presidente, lamentar a ausência do órgão licenciador, que é o IBAMA. Nós temos aqui representante da SEDAM, do Governo do Estado, mas, infelizmente, eu acho que essa Audiência Pública e a penúria, o sofrimento do povo de Joana D'Arc não é suficiente para pagar uma passagem de Brasília para vim aqui assistir essa audiência pública, é a minha interpretação. Mas fica aqui o meu repúdio em razão do IBAMA, que é o órgão licenciador e fiscalizador do empreendimento não estar presente neste momento mais uma vez. Durante a fiscalização do empreendimento, o Ministério Público estadual, em conjunto muitas vezes com o Ministério Público Federal, tem instaurado vários inquéritos civis e proposto várias Ações Cíveis Públicas em trâmite, tanto na Justiça Federal quanto na Justiça Estadual. Eu vou citar algumas principais, principalmente em relação... desde o início do licenciamento quando na época, o Sr. Presidente do IBAMA autorizou a construção do eixo da

barragem de Jirau contrário aos estudos que tinham sido realizados sem preencher a legislação, os MPs ingressaram com ação de improbidade, essa ação tramita na Justiça Federal responsabilizando dentre outros, o ex-presidente do IBAMA na época. Nós temos também ações propostas, questionando também os valores das compensações ambientais para ficar no Estado de Rondônia, em razão da legislação atual que permite que a Câmara de Compensação Ambiental do IBAMA em Brasília defina as áreas de impacto para ser direcionado esse recurso. Os Ministérios Públicos, não concordam com essa tese, razão pela qual nós ingressamos com mais uma ação na Justiça Federal. Essa ação ainda não há um julgamento com o trânsito em julgado, ou seja, não há uma sentença definitiva, os empreendimentos estão recorrendo da decisão. Mas eu não vou me alongar nas outras ações, eu vou citar apenas agora por último, por penúltimo, perdão, a questão da cota do reservatório de Santo Antônio que tanto o Ministério Público Federal quanto o Estadual em litisconsorte, ou seja, numa ação conjunta ingressaram na Justiça Federal pedindo à Justiça Federal que o IBAMA não autorizasse a Santo Antônio Energia a elevar a cota em 80 centímetros, ou seja, passando da cota 70.5 para 71.3, porque nós entendemos, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual que não existe ainda no momento razões e estudos suficientemente claros para que esses impactos sejam mitigados, ou seja, mais áreas, mais impactos sociais e ambientais serão atingidos, por isso nós pedimos na Justiça Federal que não haja esse deferimento para a autorização da elevação da cota do reservatório. Infelizmente, em primeiro grau, ou seja, o juiz de Primeiro Grau, não atendeu o nosso pedido de tutela de urgência e nós ingressamos com um agravo de instrumento que ora está pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal, da 1ª Região, em Brasília. Por fim, eu acredito, até para atenção maior dos assentados do Joana D'Arc, o Ministério Público Estadual ingressou na defesa dos direitos coletivos contra a Santo Antônio Energia numa ação proposta na Justiça Estadual pedindo que todos os assentados do Joana D'Arc I, II e III sejam relocados, indenizados para local seguro, salubre, onde possam morar, residir dignamente e produzir a sua agricultura, porque nas investigações que nós fizemos o local onde estão hoje, os moradores que não foram parcialmente indenizados por Santo Antônio, o local não é possível de habitabilidade. Em primeiro grau nós tivemos uma liminar que depois foi reconsiderada pela Juíza de 1º grau e nós agravamos ao Tribunal de Justiça que no dia 24, ou seja, ontem, pautou o julgamento de mérito desse agravo para o dia 30 agora desse mês, dia 30/04. Então o julgamento de mérito desse agravo da tutela de urgência irá a efeito em julgamento no dia 30/04 no Tribunal de Justiça. Nós esperamos que essa decisão seja revista pelo Tribunal e que esse movimento que os senhores fazem, é um movimento legítimo a manifestação pacífica, é assegurada na Constituição, por isso nós esperamos que haja essa reconsideração e a liminar seja deferida em favor do Ministério Público Estadual, a fim de garantir os direitos mais fundamentais do cidadão que é um dos direitos assegurados na Constituição como um direito social, que é o direito a moradia.

Por fim sem fazer maiores delongas, antes de devolver a palavra ao Senhor Presidente, eu queria encerrar a minha fala com um pequeno trecho que nós colocamos na Ação Cível Pública protocolada na Justiça Estadual de uma moradora no Joana D'Arc. - Nós estamos sofrendo com os impactos das usinas em todos os sentidos. Para começar, precisamos vender o gado quase tudo, mandioca se acabou apodrecendo nos charcos do solo, bananal morreu com tanta água, já perdemos várias fruteiras e vários pés de cocos, não suportando o encharcamento da terra. O trabalho como professora aqui na escola está parado em razão de não poder dar as minhas aulas, não tem ônibus para transportar as

crianças porque não temos mais estradas que ofereçam condições de tráfego para a escola que leciono. Estou com vinte crianças matriculadas já quase perdendo o ano letivo, a nossa vivência aqui acabou, meu sonho e de muitas famílias se acabaram, pois o impacto da Usina de Santo Antônio nos atingiu diretamente tanto na economia, trabalho moral e material. Estamos gritando por socorro. Nós estamos lutando e vamos tentar buscar os nossos direitos nessa ação Civil Pública.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Muito obrigado Dr. Aluildo. Eu só queria dizer Dr. que era exatamente isso. Quem tem que resolver essas questões, a obrigação de resolver essas questões é nossa. Nossa que eu falo, principalmente do Executivo. Agora eu vou lhe dizer para garantir o direito básico do povo, hoje é a mesma coisa, você precisa de um atendimento no hospital, você tem que entrar na justiça para a justiça obrigar o Estado ou o município atender a pessoa. Isso é uma vergonha, sabe Dr. a gente fica dando trabalho ao nosso, porque não dá conta, como é que dá conta de tanta bandalheira? Ah! Meu amigo tinha que... e não era para existir esse tipo de problema para o Ministério Público, quem tem que resolver essas questões no tapa, no vapt, vupt é a política, são os políticos, Deputado Adelino. Agora, o duro é isso, porque nós somos políticos, as pessoas falam: então ele não resolve porque não quer, porque ele é político porque quê ele não resolve. Quando eu falo do político, eu estou falando aqui do governador, falando do prefeito que fez a tal das negociatas. Quando eles colocam esse IBAMA na frente... o IBAMA não tem que está á frente disso, quem tem que está á frente disso é a administração do Estado, do município, somos nós que temos que está resolvendo. É tão fácil de resolver isso, essas coisas. Mas não resolve, sabe por quê? Porque eles não querem, eles não querem que nós vivemos com dignidade não, eles querem que vivamos mesmo é na humilhação, no sofrimento, até porque eu acho que fica mais fácil eles enganarem a gente. No dia que nós tivermos mais oportunidade de educação, com certeza não vai ser qualquer conversa fiada que vai nos enganar. Deve ser isso, porque ele faz tudo ao contrário e todos nós sabemos disso, todos nós sabemos que está tudo ao contrário, é feito tudo de forma premeditada, Davi, não é questão de incompetência não, é premeditado, é perversidade. Eles fazem tudo de forma premeditada mesmo, para maltratar e humilhar o povo. E é como se fosse normal, a nossa revolta na política, eu tenho dito todo dia, essa política da forma que é feita, é ruim para todo mundo até para eles, até para os corruptos no final. De vez enquanto vai pelo menos um dormir uma noite na cadeia e algemado pelos meninos da federal, e a humilhação. Qual é o exemplo de um corrupto deste mundo que tem na história? Que ele se deu bem até o final da vida dele? Não existe. Essa desgraça dessa bandalheira toda isso é ruim para todo mundo até para eles no final, até eles vão perder, e o que defendemos? A política republicana, a política do bem aonde todos ganham? Não, é essa política nojenta que é feita. Eu tenho dito o seguinte...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Por isso que eles estão querendo tirar a PEC 37.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – 37 e a nossa Assembleia aqui, nós fizemos um documento repudiando não foi Deputado Adelino, repudiando a ação dos Deputados Federais, dos Senadores que querem tirar o Poder do Ministério Público. Eles querem roubar e não ter nenhum tipo de perturbação, meter a mão e ficar... é triste a gente vê isso, é afrontoso contra a gente, e qual é o movimento que tem? Vai fazer um movimento

na rua, tem cinquenta pessoas, se fosse uma macha da maconha tinha milhares de pessoas, mas é uma luta contra a bandalheira tem lá cinquenta pessoas, cem pessoas no máximo. Se fosse um carnaval fora de época era uma multidão. Agora, quando é para combater a pilantragem, é terrível, eu tenho dito o seguinte...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Se fosse um movimento Gay aqui estava cheio de gente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Adelino, essa questão, por exemplo, da política republicana, é como eu falei para Vossa Excelência, é tão fácil de fazer porque... mas porque nós temos muita culpa no cartório? Aqui qualquer trabalhador, trabalhador do Joana D'arc, qualquer um de vocês, se sair candidato a Vereador ou a Deputado, vão pedir voto do vizinho que é pobre igual a você, que mal consegue se alimentar, aí o vizinho sai candidato, ele ganha um santinho do partido, que o partido sempre dá aquela cotinha mínima para cada candidato do partido, dá os santinhos, o candidato vai lá no vizinho e diz: meu vizinho eu sou candidato a Vereador ou a Deputado ou qualquer outra coisa, sou candidato e estou aqui para pedir um voto do senhor. Eu quero ganhar para representar vocês. Sabe qual é a primeira pergunta que ele já faz para o candidato, para o vizinho? o que o senhor está dando? O que o senhor está dando para eu votar no senhor? Porque aqui basta, basta você ser candidato, o povo já acha que é ladrão. Já tem dinheiro para dar cesta básica, telha, passagem e coisa parecida. Aí meu amigo como é que você faz política desse jeito? Se você não tem dinheiro, tem que ter um patrocinador da campanha, não existe nem uma madre Tereza que patrocina político, eles querem depois dobrado, triplicado, dez vezes, cem vezes mais, aí é como eu já falei, está tudo errado e sabemos disso. Isso no final, todo mundo perde, todo mundo perde. E o que a gente defende, a política republicana, porque o republicano da política já dá uma margem muito boa para os políticos ter privilégios e viver bem, mas que também façam alguma coisa pelo povo. Como é nos outros países, porque aqui se ver a propaganda, as propagandas parece que é a suíça, as propagandas oficiais... eles ainda tem a cara de pau de colocar umas propagandas afrontosa também, até Santo Antônio, mesmo, de vez enquanto eu vejo umas propagandas de Santo Antônio, e a Prefeitura de Porto Velho, e do Governo do Estado, eu nunca vi, eu ando este Estado essa cidade todo dia, eu nunca vi aquilo na vida real, só vejo na... uns ambientes bonitos, limpinho, bem cuidado, asfaltado, eu não vejo aquilo na realidade não, eu só vejo a esculhambação, as ruas tudo sujas, esburacadas sei lá, alagadas. Enfim, na propaganda sai tudo muito bonito. Eu queria saber como é a mágica que eles fazem para poder fazer as propagandas. Quem não conhece Rondônia, diz: rapaz, Rondônia, Porto Velho, é uma maravilha e quando chega aqui vê, não existe cidade nesse país tão mal tratada e tão mal cuidada como é a nossa cidade. Mas também nós gostamos de votar em prefeito sebooso, nunca vi, a gente está criticando aqui, mas eu ajudei eleger o prefeito Roberto Sobrinho, duas vezes, infelizmente, como a maioria dos nossos companheiros do Joana D'arc, nós acreditamos tanto nesse elemento e depois...

Eu vou passar a palavra agora para nossa... Você vai responder ao Din Din, e depois eu vou passar a palavra para o nosso Chefe da Casa Civil.

A SRA. Nanci Rodrigues da Silva – Quero dizer que eu não entrei muito em detalhe, porque depois eu seria sucedida, tanto pelo Conselheiro do Tribunal de Contas, como pelo Dr. Aluildo. Mas eu queria falar sobre a competência do IBAMA, do licenciamento ambiental. Então, quero dizer que nós do Estado

não temos competência de embargar o empreendimento, mesmo que a gente ache que tem, mesmo que tenha um impacto significativo e que nós constatamos isso por conta das hierarquias das leis. Quem tem competência, quem licencia é o IBAMA, e pela Resolução do CONAMA 237, de 97 e pela Política Nacional de Meio Ambiente, quem licencia é o Governo Federal. Então, nós não podemos embargar, só ele, mesmo que constataste algum impacto ambiental. O que nós fazemos é encaminhar isso ao IBAMA e ao Ministério Público constatado. E nesse caso do IBAMA, pela Lei a LC 140, de 2011, também não podemos fiscalizar e nem multar, porque ele deu exclusividade aos poderes diferenciados, quem licencia, fiscaliza e multa. Então, é competência exclusiva do Governo Federal através do IBAMA, que é o órgão licenciador. O que nós podemos fazer, é fazer as constatações e encaminhar a quem de direito. É essa a competência do Estado no caso dessas obras, das duas usinas. Acompanhamos, temos outras competências dentro da obra, mas não o licenciamento da obra em si das usinas.

Obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós devíamos, nós devíamos acabar com esse negócio de Governador, Prefeito, Deputado. Para quê? Para que nós existimos? Nós não servimos para nada, nós não temos poder para nada. Devia fazer eleição só para Presidente da República. Para que nós somos eleitos? Porque essa conversa... eu queria ver o Governador embargar, eu queria ser preso desse jeito, eu queria ser preso, embargar e deixar eles vir me prender, porque eu estou embargando os crimes. Estamos tomando providências contra os crimes que eles estão fazendo aqui no nosso Estado, porque nunca pode... é aquilo Deputado Adelino, e para que o Governador do Estado...

A SRA. Nanci Rodrigues da Silva – São Vossas Excelências que fazem as Leis.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Eu é que sou o culpado, eu que sou o culpado de tudo. Ela está dizendo que somos nós que fazemos as leis, aonde foi que nós fizemos Leis aqui no Estado que diz que o Governador não manda em nada, quem manda é o Presidente da República ou a Presidenta. Não, isso não existe, isso não existe. Está na lei porque a lei já foi feita mesmo para isso, as leis já são feitas para isso mesmo. Porque o Estado, falar, o nosso Promotor falou aqui, o nosso Conselheiro do Tribunal de Contas falou que não aceita esse trem que a União, que nós não podemos fazer nada. Eles podem fazer o que bem entender e temos que ficar só assistindo, nós políticos que temos muito mais poder, até de barganha, até de barganha contra eles para mudar essa realidade, mas barganha coletiva, barganha para o bem, para a maioria da sociedade. O problema é como eu falei, é uma arquitetura para enganar o povo de uma forma... e eles enganam de forma tão, de forma tão amadora, de forma tão... como a gente consegue ser enganado tão fácil. Porque primeiro, eu sempre digo, antigamente a elite enganavam melhor a gente, tinha mais classe para enganar, esses de hoje são descarados, nós enganam de forma afrontosa e nem reagimos, não tem reação nenhuma.

Vamos passar a palavra aqui para o nosso... e depois vamos para o encaminhamento, porque a gente começa a falar, eu sou assim, eu vivo injuriado, invocado com tanta, com tanta covardia, com tanta covardia.

São raros os exemplos de políticas públicas, que temos exemplos bons da sociedade e projeto do povo, de alguns projetos, mas os exemplos que temos da política, infelizmente é terrível. Com a palavra o nosso Marco Antônio, Chefe da Casa Civil.

Eu estou pedindo para ele, convence o Governador embargar aquele trem que nós vamos juntos. Os 24 Deputados vão juntos, os Vereadores, o povo vai junto com o Governador e deixa a Dilma mandar prender o Confúcio, deixa mandar prender.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE FARIA – Deputado, Hermínio, Presidente da Assembleia Legislativa, a quem tomo a liberdade de cumprimentar a todos os membros da Mesa; Deputado Adelino; Deputado Maurão; o Vereador Fogaça, a quem cumprimento todos os vereadores. Senhores Advogados, Senhores Jornalistas e meus amigos ribeirinhos, aqueles que me visitaram anteontem na Casa Civil. Eu quero cumprimentar através do Edson que esteve lá comigo e tivemos uma conversa um pouco longa. Inicialmente, eu quero parabenizar a Dra. Daniela e o Dr. Aluísio, que estão aqui conosco, são dois promotores de justiça atuantes.

Chegou às mão um despacho de Carta de Mandato de Segurança, uma Ação Civil Pública, aonde eles pleiteiam os benefícios dos senhores através da cobertura da saída dos terrenos e o pagamento das indenizações. E houve depois em cima disso um embargo, mas no despacho dele, ele diz claramente que tanto o Estado, quanto o município, está fora da ação. Eu estou dizendo isso aos senhores para mostrar que muita coisa que se falou aqui, muita agressão que se falou ao Governo do Estado, não cabe nessa decisão aqui, é uma decisão judicial. É essa que define, não é o Tribunal de Contas, não é ninguém, é o Poder Judiciário e ele diz que nós estamos fora da ação. Mas, em nenhum momento, em nenhum momento, está aí o pessoal que foi comigo lá, nós recusamos, o Governo do Estado recusou em atendê-los, de dar toda cobertura necessária. Perguntei a eles se eles tinham um advogado, eles disseram que não tinham advogado. Eu peguei, pedi que designasse um Defensor Público para acompanhar a ação deles, porque eles estavam descobertos juridicamente. E isso me foi passado. Em cima desses acordos, dessas conversas que nós tivemos na Casa Civil, foi que nós conseguimos sensibilizar o grupo dele para que liberassem a estrada, que é a BR que vai ao porto. Eu quero de público agradecer mais uma vez ao Edson, e aqueles seus colegas que estiveram conosco, a compreensão que tiveram, porque a cidade também não pode parar. É uma obrigação nossa? É. em todos os momentos da nossa conversa eu disse: O Governo do Estado estará fazendo o que puder para ajudar vocês, nós não podemos entrar na causa, porque a causa não é nossa. Mas, em momento algum negamos os seus direitos sociais, tanto que nós abrimos a possibilidade de vocês irem a Defensoria Pública, conversar com o Defensor Público. Demos oportunidade para vocês irem a EMATER, vocês foram. Eu não me lembro mais... Eu sei que toda a cobertura que nós poderíamos ter dado, foi dada e ainda deixei claro que em qualquer momento, estão aí, todo mundo... Em qualquer momento e em qualquer hora, a minha porta continuaria aberta aos senhores para dar toda cobertura do Governo do Estado de Rondônia, toda, toda cobertura. A única coisa que nós não podemos fazer no momento, é entrar na causa, porque ela não é nossa, a causa é do Ministério Público. O promotor está aqui muito bem representado por sinal, o Ministério Público. Então, eu quero deixar bem feito esse esclarecimento aos senhores, porque eu tenho visto aqui que eles estão falando do Governo de todo jeito, inclusive o nobre colega aqui disse: falta de gestão, porque os nossos gestores são incompetentes. Eu não sei até onde essa incompetência é nossa, porque o Estado está sendo gerido, o único órgão que arrecada dinheiro no Estado é o executivo, o resto só leva dinheiro para gastar, não é? Então, não somos gestores tão ruins, somos gestores altamente responsáveis. Prestamos as nossas cotas, passamos no Tribunal de Contas, já escutamos que foram comprados não sei quantos ar refrigerados, que não sei o quê, e depois não tinha onde pôr.

Antes disso a licitação passou no Tribunal de Contas, lá tem uma fiscalização, são eles que nos fiscalizam, se nós erramos a culpa não é nossa. Mas todos nós, a minha compreensão é a seguinte: eu estou desabafando aqui é por que eu entendo que todos nós somos governo, todos! Não tem Executivo, Legislativo, Judiciário, que são os três Poderes do Estado, não. Tudo é igual. Tudo é a mesma coisa, somos funcionários públicos. Claro que cada um com suas atribuições, e nós devemos cumprir as nossas responsabilidades. É muito cômodo eu falar do deputado Hermínio, cômodo demais, porque ele fala, ele brinca, ele fala, ele defende, ele acusa, aí eu falo dele, mas é meu amigo, eu falo é para ele, eu não falo em público isso. Jamais falaria isso. Até é um desrespeito ao Poder e ao Deputado, um desrespeito a Assembleia Legislativa. Eu sou o primeiro a dizer em todas as minhas reuniões, o primeiro órgão do Estado, chama-se Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Ela que traça nossos rumos, portanto é com ela que nós devemos trabalhar. E isso eu disse desde o primeiro dia que eu comecei a trabalhar no Governo e venho batalhando em cima disso. Nós tínhamos uma certa barreira aqui na Assembleia, mas vim aqui conversei com todos os deputados, são 24 deputados aqui dentro, sou amigo dos 24 e estão liberados a falar para mim; - olha doutor, nós não vamos votar a favor, esse aqui está ruim por favor me explica. Eu trago a minha equipe, senta, conversa, eu explico, porque nós não estamos a fim de enrolar ninguém.

Está difícil. Para os senhores terem uma ideia, só nesses últimos 25 dias o Estado deixou de buscar na União porque a União não transferiu, quase vinte e oito milhões de reais. Eu disse a eles também, ontem, na reunião, nós não estamos escondendo nada, nós fizemos uma reunião com todos os sindicatos do Estado, todos! Abrimos o nosso Estado. Está aqui, a situação do Estado é essa, o Estado tem isso de dinheiro, tem isso para pagar, pronto! Está aqui para todo mundo ver. Tem uma mesa de negociação, tem umas ameaças de greve que estão surgindo aí, hoje, mas nós estamos contornando, porque há sensibilidade. O Estado não tem dinheiro, não adianta ficar inventando, seu ganho duzentos, vou comer trezentos. Como é que eu faço? Mas esse meu desabafo é só para mostrar aos senhores o que foi sugerido aqui pelo professor da UNIR. Que nós deveríamos fazer um seminário. Logo em seguida veio um outro orador que disse que seminário não vai adiantar nada, eu também acho que não. Por quê? Nós estamos aqui conversando há seis horas e dez minutos, qual foi à sugestão que saiu daqui de dentro, agora? Alguma coisa saiu daqui? Se não, nós vamos fazer isso, vamos criar uma comissão para isso. Nós estamos só conversando, vem um fala um caso.. o Hermínio que me falou isso aqui, acabou de falar, um vem conversa, e sugestão? Nenhuma. Mas qualquer sugestão que for dada, vocês podem ter a certeza que o Poder Executivo estará presente, vai cumprir, vai ajudar, vai ter a sua obrigação social, vai atender todo mundo. Nós estamos aqui, e eu estou vendo também outra coisa, vocês me perdoam, mas eu estou só na fase de desabafar, porque toda reunião que eu venho tem que falar do Governo, e eu tenho que defender. Falou-se muito aqui, acusou muito, um acusa o outro, e o que resolveu? nada. Até agora nada. Nós precisamos dessa resolução. Eu abri a minha porta e disse ao Edson o seguinte: toda vez que ele precisar da Casa Civil, ele pode me procurar, eu tenho como atendê-lo, vou dá toda a cobertura para ele, vou dá toda assistência para ele porque é disso que nós estamos precisando. Eu entendi que quando nós viemos para esta reunião nós iríamos discutir o assunto Joana D'Arc, mas se falou tudo aqui, tudo! Rodou por esse Brasil inteiro aqui, mas para o Joana D'Arc nenhuma solução positiva. Nós vamos criar uma comissão, essa comissão quem vai presidir é o Deputado Hermínio, porque ele tem competência para isso, ele vai designar, fazendo uma comissão institucional onde envolve o Ministério Público, o Tribunal de Justiça. O Poder

Executivo, requisita membros do Tribunal de Contas, do Ministério Público, fazemos uma comissão de alto nível e vamos definir a situação deles, vamos conversar com eles, vamos dialogar com a equipe, porque se não dialogar nós não teremos solução, nós não vamos ter conclusão. Um acusando de um lado, o outro acusando do outro não resolve nada. Essas ofensas não resolvem, é isso que nós estamos pensando. E eu queria deixar aqui, se alguém tem alguma dúvida relacionada com incompetência, com corrupção, com quem quer que seja, se for funcionário público tem por dever através de ofício denunciar, não é ficar... ah, fulano é isso, o grupo ali é incompetente. Escreva e denuncie no Ministério Público, não tem problema nenhum. É para isso que nós estamos para responder, se me acusar eu estou pronto para responder. Nós temos sindicato nosso da Polícia Civil que acusou o Secretário, o Governador de incompetente, de não sei o que, não sei o que, entramos com uma ação na Justiça contra ele. O que eu fiz? Mande interpelar judicialmente para dizer quem é incompetente, quem é preguiçoso, quem é vagabundo, porque eu não sou. Eu sou Secretário de Estado. Está lá pedindo pelo amor de Deus pra eu tirar a ação, porque aquilo que falou foi impensado. Começa a falar e depois não aguenta o tranco de uma ação judicial.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sr. Marcos...

O SR. MARCOS ANTÔNIO DE FARIA – Só um minutinho, eu já estou acabando porque eu preciso ir embora daqui. Bom, eu tenho duas sugestões a fazer. A primeira, realmente é uma ideia interessante, eu já falei sobre ela, uma pessoa só falou sobre ela, não me lembro, não sei se foi o Sr. Siqueira. Mas é criar realmente a mesa de negociação, fazer melhor institucional, onde todos os órgãos vão participar, o próprio Presidente Hermínio pode ser o Presidente, não tem problema vai ter assessoria jurídica, assessoria para isso e para aquilo outro. Não só para o Joana D'Arc, mas para todos os problemas que surgirem nesse sentido nós devemos fazer. E a segunda sugestão, é que se está tão incômoda essa estrutura, é muito simples, tem dois caminhos; ou essa Assembleia embarga essa obra, ela entra com uma ação judicial, ver se pode, se ela tem competência e embarga, ou ela faz uma lei mandando parar tudo e começar tudo de novo, isso ela pode fazer também.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós podemos. Olha Secretário

O SR. MARCOS ANTONIO DE FARIA – só um minutinho. Eu penso isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Se nós tivermos esse poder, então vamos fazer esse trem.

O SR. MARCOS ANTÔNIO DE FARIA – Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria dizer o seguinte; um dia eu acho que o senhor vai ver, Secretario, que você... estão dois Secretários de Estado aqui do meu lado, que eu nunca faltei com o respeito, admiro e nunca xinguei vocês porque eu não xingo pessoas e nem crítico e nem denuncio pessoas do bem, as pessoas que temos denunciado desse Governo é porque são pilantras mesmo, são safados e um dia você vai se arrepender por defender esse tipo de gente da forma que você está defendendo. Depois você vai pedir a Deus. Marco Antônio... você ficar defendendo tranqueira.

O SR. FRANCISCO JUNIOR FERREIRA DA SILVA – Presidente, me permita... por dever de Justiça eu tenho que ressaltar o seguinte, eu falei de Governo, falei e ressaltei que falei de maneira genérica, não me reporte a nenhum governante, ok? Vou ressaltar que os projetos, todos, aos quais eu me reporte na ocasião da minha fala foram assinados na gestão anterior. Parece-me que o representante do Poder Executivo, ficou chateado, mas eu penso ter deixado bem claro, eu falei de maneira genérica e de forma impessoal. E de fato tudo que eu falei eu provo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É difícil pessoal. Como é que pode, porque o que foi dito aqui, foi o seguinte, pelas principais autoridades, principalmente pelo Executivo. Que nós não temos poder de nada, não podemos fazer nada. É o que eles pregam, é isso. Nós não podemos fazer nada.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Então, como podemos sair daqui com uma solução? Essa questão da gente entrar na Justiça, sempre é assim, entra na Justiça porque nós sabemos, eu levo uma denúncia no Ministério Público eles falam: Deputado Hermínio a fila é grande das denúncias, essa daqui, talvez, daqui um ano a gente... a estrutura não dá conta. A mesma coisa o Tribunal de Contas. E isso é anos! Por que eles querem a Justiça? Porque eles sabem que na Justiça, depois tem o tal dos recursos e mais e mais...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO - Não resolve, passa a vida toda...

O SR. HERMÍNIO CARVALHO (Presidente) - E os problemas nossos, nós não podemos... isso é um meio de enrolar. Inclusive, ao mesmo tempo fica diminuindo o poder da Justiça para realmente não dá em nada o que a gente denuncia contra eles. E a situação nossa aqui, temos que ter é prática, é para já, é para ontem. Não é só a questão do Joana D'Arc, é também a questão do Estado, é de todos. Porque se fosse só o Joana D'Arc que tivesse com problema por causa desses empreendimentos, por causa desses rolos todos, era bom demais, era fácil de resolver, só era um problema, mas nós temos milhares de problemas. A transposição é uma situação fundamental, porque resolvendo o problema da transposição e da dívida do BERON, fica fácil resolver o problema de Joana D'Arc, fica muito mais fácil, doutor. Isso é um direito de Rondônia, independente de usina. Por que Roraima teve, o Amapá teve e nós não temos? Portanto temos que fazer, isso. E quando eu falo embargar, eu queria... porque como Presidente da Assembleia, como ele falou, tenho poder. Ah, se eu tivesse!

Aqui nós vamos fazer uma lei que diz o seguinte: as esposas dos PMs se fizerem uma crítica ao Governador, eles mandam prender o marido que é PM... o Governo do Confúcio Moura, porque falo é direito o nome dos sem-vergonha, não fico generalizando, eu falo é direto. Como eu falei... eu propus uma lei dando direito ao servidor PM, ele tem que ter liberdade igual a qualquer outro trabalhador brasileiro de pelo menos criticar a bandalheira que é feita contra o povo, aí diz que é inconstitucional. Eu não posso legislar sobre isso. Imagina eu ter poder Maurão, aí o cara, o cara do Governo! Porque nós aprovamos tudo para eles, toda desgraceira, e ele diz que quem é o culpado são os Deputados. A isenção das Usinas quem deu foi o Governo, o Projeto veio do Governo, nós aprovamos e depois revogamos. o Ministério Público entrou com uma ação e o Tribunal de Justiça suspendeu, e quem levou todo o processo para o Dr. Geraldo, o processo legislativo, quem levou para o Dr. Geraldo, porque ele

pediu, fui eu. Quando eu falo que a Assembleia aprovou, não fui eu, eu era contra esse trem, como eu sou contra a maioria desses projetos que nós aprovamos para o Governo. Mas é eu sozinho, a maioria dos Deputados, são da base do Governo, até porque os nosso companheiros tem perfil governistas como a maioria dos Parlamentares desse Brasil, nas Câmaras e no Congresso Nacional. Parecer que nossos Deputados, nossos Vereadores, nossos Senadores, parece que se não tiver O Executivo para estar fazendo um favorzinho; - olha coloca uma máquina lá numa linha, transfere um servidor lá para um tal lugar, parecer que não sobrevive na política. É porque a cultura é essa. É muito difícil fazer oposição a esses bichos, é muito difícil. Quando a gente faz oposição, dizem que somos doido, que somos isso ou aquilo, é maluco, é sempre assim. Nós temos falado Conselheiro, é tão simples ver que nós estamos no caminho, os empresários, os trabalhadores porque isso nós todos somos, quem produz nesse país somos nós os trabalhadores e vocês os empresários, os comerciantes. Mas nós caímos no jogo deles, até porque se você não entrar no jogo é discriminado, é perseguido ou coisa parecida. Por exemplo, tem Prefeito neste Estado que eu chego à cidade deles, eles falam: - Hermínio eu gosto muito de ti, mas eu não posso chegar perto de ti porque o Governo já não faz quase nada aqui, se ele souber que eu ando junto contigo, aí que ele abandona de vez o município. É assim, a política desse Governador que está aí, até parece ter cara de Papa Francisco, mas é perverso! A cara engana muito. Infelizmente o nosso Governador, aquele jeitão dele de homem culto e muito humano, na prática não funciona tão bem assim.

A SRA. Nanci Rodrigues da Silva – Democracia é assim.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Presidente....

A SRA. Nanci Rodrigues da Silva – O direito de se manifestar...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Hoje, não tem quem condene ditadura mais do que eu. Mas se formos analisar, o nosso país na época deles... nós não queremos aquilo nunca! A esculhambação era menor ...

A SRA. Nanci Rodrigues da Silva – A esculhambação era escondida ..

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Hoje essa tal de democracia que vendem aí, o povo vive na humilhação ...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente são 22 horas da noite, vamos concluir, o pessoal já está....

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu estou vendo como é que vamos concluir esse negócio...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Vamos pensar nisso então..

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Sr. Presidente, vamos encaminhar, vamos criar uma comissão Presidente, apesar do senhor não está acreditando muito na comissão, mas eu acho que é interessante. Está aqui o Itamar, da CUT, e nós temos aqui representantes do Ministério Público, da Prefeitura, da Câmara Municipal, do Tribunal de Contas, vamos encaminhar. Tem dois representantes da Usina para que nós...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Principalmente na questão do Joana D'Arc...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – É, vamos encaminhar isso para que nós... já foi discutido, lavada as roupas sujas aqui, com certeza com essa comissão, que possamos chegar a um consenso e ter uma negociação, principalmente com relação as pessoas do Joana D'Arc, que estão aqui á 3, 4 dias esperando na expectativa. Sabemos que com essa comissão, tenho certeza Presidente, que nós vamos chegar ao um consenso e o consorcio vai acabar entendendo. Eles estão acompanhando, eles estão refletindo, e com certeza os representantes do consorcio vai ter interesse para acabar esse impasse que não é tão grande. Eu vejo aqui... principalmente que estão com essa comissão. No final vai dá certo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois vamos criar essa comissão, mas essa comissão...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Por isso não podemos deixar de criar essa comissão. Que o Sindicato possa estar aqui representando... todas as Instituições que estão aqui, o Sindicato, possa realmente discutir e chegar num consenso para que possa resolver esse impasse, principalmente do Joana D'Arc.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vamos fazer a Comissão, mas mesmo assim nós vamos fazer a Assembleia, nós vamos chamar o jurídico da Assembleia e preparar junto com o Ministério Público Estadual e Federal. Vamos preparar uma ação para nós vermos se a Justiça consegue embargar, porque se nós não tivermos um poder de barganha, nós vamos continuar sendo enrolados...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Na verdade, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Então, não adianta, a minha preocupação é essa, de continuarmos sendo enrolados.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Viu Presidente? o senhor sabe que a Justiça é lenta, quantos processos que estão 2,3, 4 anos para ser julgado...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, mas nesse caso ...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Então, essas pessoas querem uma resposta, já estão dentro da área, eles não podem esperar

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não. Sim, vamos nomear a comissão, a minha preocupação é daqui a pouco, daqui um ano nós termos que fazer uma Audiência e dizer: - olha aquela Audiência que teve, não deu em nada. É isso. Mas infelizmente é isso mesmo....

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Não, mas se há um entendimento, Sr. Presidente, se chegar num consenso...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim, vamos fazer a comissão. Quem é que vai fazer parte da comissão? todos os... o nosso companheiro lá do movimento dos atingidos pelas barragens tem uma...

O SR. JOÃO MARCOS RODRIGUES DUTRA – Eu acho que o movimento social popular tem também que estar inserido nessa comissão e o Joana D'Arc, sim. É uma situação que tem que ser resolvida, mas a gente tem outros pontos que foram apresentados aqui. As pessoas de várias comunidades estavam aqui o dia inteiro

apresentando esses pontos, então eles têm que ser contemplados nessa comissão também, nessa discussão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Um de cada segmento, Presidente.

O SR. JOÃO BATISTA – Presidente, foi boa, grande parte da fala do companheiro da TCU, não me recordo o nome, me desculpa. Eu percebo que nas falas, o público mais urbano, o pessoal da cidade tenta passar toda a culpa para o Estado, não é? Mas eu acho que quem está na beira do rio, quem esta mais próxima da violência das empresas, sabe que não tem como mascarar o que elas fizeram, apesar de muito recurso ter sido passado para o Estado para ser aplicado na forma de compensação social. O PBA que foi citado, tinha várias ações diretas de responsabilidade da empresa.

As cinco agroindústrias do Baixo Madeira, não saíram. Cadê o programa de apoio às atividades pesqueiras? E a situação da dívida dos pescadores pode ser resolvida logo. Porque eles reconheceram a dívida lá na Cachoeira do Teotônio, e como eles reconhecem o local, assumem que vão pagar a dívida. Os demais pescadores que tem a mesma dívida, não tem o mesmo direito? Qual a diferença, se todos foram atingidos pelo mesmo empreendimento? O peixe do Madeira sumiu pelo mesmo empreendimento, então eu acho que a gente tem vários pontos, não é? Os reassentamento que foram para áreas inférteis, é responsabilidade do empreendimento, não só ...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vamos, todos as entidades que estão presentes aqui, todos que estão aqui participando vão ser, indica um representante.

Quando o Secretário estava falando aqui de comissão, quando começou esse trem, criaram, parece MESA, não tem um trem lá? Existe essa comissão para esses negócios, existe desde o começo.

O SR. JOÃO BATISTA – Eu queria fazer outra sugestão. Uma articulação que o Mário já acumula há um tempo. Poderíamos estar trazendo para essa comissão a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Então vamos encaminhar agora.

O SR. LUIZ PIRES – Sr. Presidente, ok. Essa questão dos pescadores, é uma questão urgente, uma vez que estava previsto nos estudos do impacto ambiental o desaparecimento dos peixes, isso jamais foi discutido. Então essa questão dos pescadores é urgente. Mais de 2.000 pescadores viviam da pesca no baixo Madeira. Mas longo do rio Madeira os peixes desapareceram. Então, precisamos resolver essa questão urgente, também, essa emergência.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria falar para o pessoal das empresas, que se essas questões, principalmente essas questões mais pontuais, tipo a questão dos pescadores do Joana D'arc, se realmente isso dá para resolver, falando com os nossos representantes aqui, principalmente do Santo Antônio, o pessoal aqui é mais da barragem de Santo Antônio. Essa comissão, discutindo com vocês, algumas dessas questões de Joana D'arc, dos pescadores, realmente dá para funcionar, dá para andar nesse debate, dá para sair alguma coisa prática? Porque vocês vão dizer:

"depende do IBAMA, se o IBAMA não mandar a gente não pode fazer nada". Vem essas conversas depois.

O SR. JOÃO BATISTA – Essa questão dos pescadores, Senhor Presidente, eu acho que é emergência, porque isso estava previsto nos estudos de impacto ambiental. A questão PBA, estava dizendo que era para construir cinco agroindústrias no baixo Madeira, nobre Conselheiro, e essas agroindústrias até hoje não saíram.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Quando eu falo do negócio grande, de barganha, é para resolver todas as coisas, tudo. Se a gente não tem o poder de barganha, eles vão continuar nos enrolando, não vamos conseguir avançar. Mas vamos fazer a comissão. Todas as entidades aqui indicam membros, aí depois que a gente prepara tudo a gente manda para as entidades. Vamos nos organizar para fazer as reuniões, discutir e vê o que acontece, e a Assembleia vai entrar com... nós vamos Deputado Adelino, preparar uma ação, mesmo sabendo que eu não saiba se temos esse poder, vamos pedir para o nosso Tribunal de Justiça embargar. Vamos ver se se conseguimos embargar essas usinas.

O SR. LUIZ PIRES – Sr. Presidente, eu só queria colocar rapidinho. Nós agora dia 13, nós temos o Grito da Terra, em Brasília e nós vamos reunir 30 a 40 mil produtores em Brasília, o sindicato, a federação e a CUT vão sentar com a Presidente, agora eu acho importante essa comissão, muito importante para que resolva toda situação. Outra coisa, eu acho que uma coisa de emergência que nós tínhamos que resolver, é a situação de Joana D'arc. Nós vamos que fazer o Grito da Terra em Brasília, Senhor Presidente, e nós estamos marcando o Grito da Terra em Porto Velho e se até o Grito da Terra, em Porto Velho não resolver, essa comissão não resolver, se as autoridades não resolverem, o sindicato, a federação do Estado de Rondônia vai resolver com o Grito da Terra. Vamos colocar mais de 20 mil produtores aqui dentro de Porto Velho. Essa é a nossa proposta.

Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós vamos fazer a comissão, um representante de cada entidade. O pessoal representante das empresas também tem que fazer parte desta comissão. Nós temos que fazer as coisas de forma tranquila, aqui ninguém é inimigo de ninguém, nós temos que procurar o bem. Todos temos as nossas responsabilidades. Aqui ninguém tem que estar xingando, ninguém faz isso com prazer não, às vezes a gente faz até pela situação que está aí, mas sabemos que as empresas, todo mundo aqui é importante, pode contribuir para nós irmos solucionando essas questões, principalmente as mais urgentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Sr. Presidente, os representantes das usinas, não podem fazer parte da comissão, eles estão para ouvir e estão dispostos para discutir os pontos...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu quero que eles escutem, atendam, e façam um calendário para reunir.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eles podem fazer parte da Comissão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O problema é fazermos a comissão aqui e de repente vocês nem atender.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eles estão dispostos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nem conversar com a comissão. É que a gente pede isso... Que eles atendam e abram um canal de discussão para ir resolvendo essas coisas. Mas o grandão lá, quer resolver não só essa questão, dos problemas dos nossos atingidos, mas a questão do Estado todo, porque o Estado todo está sendo atingido com esse trem.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA – Sr. Presidente, o canal de comunicação está sempre aberto. Eu acho que a Santo Antônio quanto a Jirau. Constituem a comissão e a Santo Antônio vai estar pronta para conversar a qualquer momento. Analizarmos caso a caso. Aonde tiver influência da Santo Antônio, problemas criados, nós vamos resolver, não tem nenhum problema. Nós nos colocamos à disposição, é aberto para conversar o tempo todo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – A questão do Joana D'arc. Quando vocês aumentaram a cota aumentaram os problemas lá e vocês estão esperando o quê? Que o IBAMA determine isso? Porque lá está claro que, já é público, vocês aumentaram a cota e lógico aumentando a cota aumentou... essas pessoas que foram prejudicadas com o aumento da cota não foram, não estão sendo, porque se eles estivessem sendo bem atendidos, com certeza eles não estariam aqui, por isso que pedimos para o Santo Antônio, para Santo Antônio ter a consciência que aumentou a cota.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, só uma pergunta, pelo que o Ministério Público falou aqui, não está autorizado, foi aumentada a cota já ou não? Ainda não.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não. não foi autorizado, mas já foi aumentado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não foi, ele está dizendo que não foi. Foi ou não foi?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA – Não. A cota não foi aumentada, nós estamos trabalhando no nível normal como está aprovado pelo IBAMA.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, esse levantamento na época foi mal feito. Não estava previsto na época do levantamento o alagamento, esses problemas.

O SR. ANTÔNIO PÁDUA – Tudo isso estava previsto. Os estudos são muito bem feitos. Nós estamos falando de uma vazão muito grande, esse ano nós tivemos uma vazão em torno de 44 e 500, mais ou menos, deve ter muito tempo que Porto Velho não enfrenta uma vazão tão alta dessa. Mas de qualquer forma, se tiver alguma coisa que tenha algum problema, vamos sentar, vamos discutir, não tem nenhum problema, Santo Antônio está aí pronto para discutir. Agora, tem que levar o aspecto técnico, eu tenho que trazer aqui o Diretor do meio ambiente, que não sou eu, eu sou um diretor técnico, tem que trazer, colocá-lo na Mesa, para que se possa fazer qualquer tipo de negociação. a Santo Antônio está aberta para conversar, para discutir sem nenhum problema.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que é montar essa comissão, levantar todos esses problemas e abrir um canal de negociações, e tentar fazer o acordo o mais rápido. O Tribunal de Contas é importante que já tenha esse estudo. A CPI aqui da Câmara de Vereadores também já está levantando, também já está a par, e unir as forças e tentar resolver. Eu acho que o Ministério Público também, tem muito a contribuir nessa comissão.

O SR. ALUILO LEITE – Sr. Presidente, só para esclarecer. Nós, numa ação própria, nós estamos questionando realmente essa questão do aumento da cota do reservatório. Inicialmente os estudos eram para 70.0, depois houve uma elevação de 50 centímetros, foi para 70.5, mas segundo o IBAMA foi um erro de cálculo. Enfim, a Santo Antônio Energia está autorizada a funcionar com reservatório na cota 70.5, os 80 centímetros que se pretende, pelo menos é a intenção do empreendimento, nós entramos com uma ação no Ministério Público Federal e Estadual, nós estamos discutindo isso na ação civil pública, mas no nosso modo de entender nós precisamos de estudos mais aprofundados que realmente dimensione o real impacto dessa elevação, porque no nosso modo de entender, com 70.5 aconteceram todos esses impactos, maior ainda será se elevar a cota para 71.3.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mais é exatamente isso. Se nós não tivermos um elemento de barganha, Deputado Adelino, sabe quando eles vão fazer esse estudo para poder fazer justiça às pessoas que são prejudicadas? Quando que isso vai sair, Dr. Promotor? Nós sabemos, acham que eles vão fazer isso? eles vão alegar que não tem dinheiro para fazer o estudo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas sabendo desse problema que já foi levantado agora, e sabendo que vai subir mais 80 centímetros. Talvez, inviabilize até a Santo Antônio querer aumentar, porque se já deu todo esse problema sem aumentar os 80 centímetros, imagina quando levantar. Quando aumentar esses 80 centímetros, talvez a própria empresa se conscientize que é inviável acontecer isso, porque o impacto ambiental vai ser muito maior e o investimento deles também para compensar vai ter que ser muito maior e de repente inviabilize também essa intenção da Santo Antônio de continuar brigando por isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – A nossa assessoria técnica vai estar pronta para receber a indicação de cada entidade que está aqui para fazer parte da comissão. Essa comissão é exatamente para discutir, principalmente com Santo Antônio, não é isso?

O SR. LUIZ PIRES – Sr. Presidente, eu quero fazer uma pergunta para o Senhor.

Essa comissão junto com o Ministério Público vai dar uma resposta para esse povo que está mendigando, enquanto nós temos que tomar uma atitude com urgência. Não vamos começar tirar esse pessoal de Joana D'arc depois que estiver todo mundo morto! Isso aqui, essa comissão, tem que dar uma resposta com dez dias, para Joana D'arc.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Luiz, aqui nem deputado, nem vereador, nem promotor tem poder de resolver essas coisas, esse tipo de situação. Como é que nós vamos resolver? Se nós resolvêssemos, nós não estávamos aqui discutindo até uma hora dessas não, já tínhamos resolvido, Luiz. Vamos parar de falar que é fácil, porque quem tem poder de resolver isso aqui, na hora, é o Governo de Rondônia e o Governo Federal, só eles têm poder de resolver na hora, nós não temos, temos que pedir para eles.

O Chefe da Casa Civil já foi embora, também depois do que ele falou aqui, ele não era nem para ter vindo aqui. Ele quer dizer que ele não tem culpa de nada, não tem responsabilidade nenhuma.

O SR. DIN DIN – Presidente, eu gostaria só que pudéssemos pelo menos encaminhar, agora, de imediato, com urgência, através

dos consórcios das usinas... o que nós vamos pedir aqui não é demais, isso não é questão de barganha. O governo, e aí nós vamos buscar também o Secretário que prometeu as máquinas, no mínimo a recuperação de imediato, que seja amanhã, depois de amanhã, da estrada e a questão do médico. Isso é fora da questão da comissão, é de imediato. As Usinas têm condições para isso. Eles têm maquinário, isso não é nada. É pedir de imediato para que coloque o maquinário e recupere a estrada para os agricultores.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Isso é o mínimo que pode ser feito de imediato.

O SR. DIN DIN – Isso é o mínimo, o mínimo agora, isso é o mínimo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Não é isso não, não é só isso não.

O SR. DIN DIN – Presidente, isso tá fora da questão da comissão, é o que eles querem de lá. Sabemos que eles querem sair é de lá, porque lá não dá para morar. Mas quem somos nós aqui para... pelo menos nós temos a certeza que essas pessoas vão retornar para os seus lares, eu não sei se é amanhã, depois de amanhã mas precisam sair de lá. Então, de imediato, pelo menos a questão da estrada, é necessário que seja resolvido de imediato, que seja recuperada de imediato. Da mesma forma o atendimento médico, a população tem urgência de atendimento. Agora, a saída da população de lá, isso aí nós vamos discutir dentro da comissão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É, porque a Prefeitura e o Estado, vão dizer... eu acho que é porque a União não deixa o Prefeito e o Governador colocar um médico lá ou patrolar estrada. É porque não pode, não é Deputado Adelino? Porque nós não podemos fazer nada, porque até para colocar um médico lá, tem que pedir para Santo Antônio...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É uma pena que o INCRA não esteja aqui hoje, porque do jeito que eu estou vendo o pessoal comentar, o investimento lá dentro, talvez, seja um paliativo, mas o certo é tirar aquele pessoal e colocar em outro lugar, mas um lugar que tenha condições de trabalhar e produzir. Pelo que o pessoal está falando, precisava que o INCRA estivesse aqui hoje participando dessas discussões. Liguei para o Flávio, inclusive no começo, ele disse que mandava um representante, o Eustáquio estava aqui, mas não falou nada. Então, eu acho que seria muito importante que ele tivesse aqui para falar, mas pelo que o pessoal está falando aqui, qualquer investimento; essa questão do médico é uma emergência, a questão do acesso é uma emergência. Mas tem que ver como vai tirar aquele pessoal de lá. Acho que para isso é necessário sentar com o INCRA, sentar com as Usinas, sentar e ver, resolver definitivo esse problema.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós podíamos sair daqui já com a reunião marcada entre IBAMA, INCRA e o Santo Antônio. Uma reunião entre o Governo, a Câmara dos Vereadores, o INCRA, o IBAMA e Santo Antônio, para poder discutir essa situação do Joana D'arc. É bom sairmos daqui com uma coisa bem objetiva, bem definida. Mas essa questão de ação é como já falei, vai para os tribunais, é recurso. Isso é outra coisa, temos que resolver rápido. A questão é política, tem que ser resolvida rápida. Nós vamos criar, fazer a comissão com membros. Quem quiser indicar membros, pode indicar aqui para Manvailler, o nosso

assessor técnico. Pedimos para Santo Antônio para que logo após está pronta a comissão já marque uma reunião. Inclusive vamos com o IBAMA, o INCRA, com todas as partes juntas, encaminhar essas questões mais urgentes porque não tem como esperar mais. Essa questão da justiça, se o trabalhador ganha, eles tem mil recursos, por isso vamos sentar aqui e resolver.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Presidente, podia pedir para ele ficar anotando o nome das pessoas que têm interesse. Um representante de cada instituição que levasse o nome para o Manvailler, o nome e o telefone ou o sindicato dos trabalhadores. Luiz, é um de cada.

O SR. LUIZ PIRES – Senhor Presidente, o sindicato vai participar e também a CUT dos Trabalhadores Rurais.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Então, poderia encaminhar Presidente, só aqui para adiantar, o Manvailler poderia ficar aqui na Tribuna e os representantes que for indicar, que leve o nome e apresente ali ao Manvailler que é o assessor da Casa.

O SR. ALUILO LEITE – Sr. Presidente, o Ministério Público Estadual, em razão de já ter ajuizado uma Ação Civil Pública, onde defendemos a imediata relocação de todos os atingidos do Joana D'arc, nós mantemos a nossa posição integral da Ação Civil Pública. Essa ação está sub judice, de modo que o Ministério Público não vai compor com empreendimento a não ser tudo aquilo que foi pedido na Ação Civil Pública... de modo que, em razão disso, nós não temos porque integrar de qualquer forma a comissão, porque a nossa posição é de que todos do Joana D'arc I, II e III, salvo, prove em contrário deverão ser relocados para o lugar seguro com condições de saúde, escola, educação de forma definitiva a fim de garantir os seus direitos humanos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim. Tranquilo Dr. Aluilo. Nós vamos então criar essa comissão e vamos cobrar. O que nós pedimos é que a Santo Antônio atenda a comissão e tenha como sim a questão da estrada que o Din Din colocou, tanto do Joana D'arc, como também lá do Teotônio, as que dão acesso para ao Rio Madeira. Tem como ajudar, porque a estrutura nossa aqui do Estado e do município é horrível... Não é nem obrigação, e mesmo não sendo obrigação, vamos ajudar. As pessoas têm falado que Santo Antônio tem cumprido com a Prefeitura tudo que foi combinado, por isso que eu falo, muitas vezes o culpado é quem negociou com eles, que negociaram mal, porque o combinado estão cumprindo. Mas queremos, por exemplo, se tem os maquinários podem mandar arrumar essas estradas. Vamos tentar esse diálogo, no sentido de ir resolvendo essas situações. E no geral, vamos ver aqui o que a Assembleia, Deputado Adelino, porque o Governo falou aqui que é nosso o problema, nós é que temos o poder. Então, vamos ver, vamos encerrar, vamos nomear a comissão, vamos esperar aí uns 10 dias, se em 10 dias não tiver nada de objetivo, aí nós nos reunimos e vamos partir para o movimento de protesto ou coisa parecida.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Presidente, para o primeiro diálogo vamos marcar 10 dias para essa comissão se reunir e encaminhar a proposta ao consórcio. Não é isso Presidente? Vamos deixar já marcado, pode ficar marcado hoje, 10 dias, já fica definido. Se não for possível no final de semana aí...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria agradecer a todos e pedir aos nossos trabalhadores, à nossa população lá do

Joana D'arc I, II, III, que se em 10 dias não tiver nada de concreto, vamos organizar de novo para fazer o movimento Eu acho que com isso, vocês poderiam... porque vocês ficarem aqui na cidade esses 10 dias... aqui vocês podem ficar a vontade, aqui na Assembleia. Mas, eu acho que vocês poderiam, vamos esperar esses 10 dias, depois volta de novo se não resolver. O que pudermos fazer vamos fazer, tanto em defesa de vocês, como do Estado nas outras questões. O Deputado Maurão está encaminhando aqui que essa comissão, vai ser criada e nomeada, vai reunir antes para discutir e ir para reunião com a Santo Antônio. Para levar uma pauta para discutir com a Santo Antônio.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – É justamente isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – E a comissão na hora que estiver criada, já marca essas datas.

Invocando a proteção de Deus em nome do povo... quero agradecer a todos, o nosso Dr. Aluilo, o nosso representante da Prefeitura, o nosso coronel. Agradecer os representantes das empresas; o nosso Conselheiro do Tribunal de Contas. Enfim, todos os Vereadores, as nossas lideranças sindicais e das associações, os movimentos, o povo dos assentamentos Joana D'arc I, II e III. Agradecer a todos; a imprensa, e dizer que o Eduardo Valverde sempre falava: a luta continua!

Tem um coquetelzinho aqui no Salão Nobre. Todos estão convidados para comer um salgadinho, e tomar um refrigerante. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta Audiência Pública, convidando todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre da Assembleia.

Está encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se esta sessão às 22 horas e 27 minutos)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO Nº 240, DE 8 DE MAIO DE 2013.

Converte em pecúnia período de licença prêmio do servidor da Assembleia Legislativa.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e Eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Converte em pecúnia, mediante solicitação, com pagamento de 1/3 (um terço) no mês de maio de 2013, de um período de licença prêmio por assiduidade adquirido pelo servidor do quadro efetivo da Assembleia Legislativa.

Art. 2º. A conversão de que trata o artigo anterior será igual à última remuneração mensal percebida pelo servidor.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 8 de maio de 2013.

Deputado HERMÍNIO COELHO

Presidente – ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº1850/2013-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ADJANIR NETO CHAVES SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1851/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ALYSSON FIGUEIREDO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-02, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1852/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

DIEGO CHAVES XIMENES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-19, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1853/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ANTONIO EDGAR FILGUEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-05, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1854/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

CAIO CESAR SILVA SOBREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1855/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

DANIELE LIMA DE PAULA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1856/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

PAOLLA CECILIA DUTRA ROZO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1857/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ELIANE PEREIRA DE AMORIM GUERRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1858/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LUCAS BASTOS PRUDENTE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1859/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MIRLENE CRUZ DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-27, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1860/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JANDIRA FERRERIA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1861/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

PABLO LOPES GUERRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1862/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

OTAVIANO ALVES DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-13, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1863/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ROSECLEIDE BRASIL DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1864/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

SALVADORA MARIA BRANDAO STEIN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1865/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

SHEILA CRISTINA GARCIA DE ALMEIDA OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1866/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

DINIZ DANTAS DIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1867/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

MANOEL VICTOR MOURA ALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-19, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1868/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

THIAGO MUZUCO BAYLAO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-29, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1869/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

YNDARAI SOARES FONSECA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1870/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

WALMOR RODRIGUES MAIA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1871/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-19, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1872/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

PAULO HENRIQUE CAVALCANTE BESSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-27, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1873/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

KATIA LÚCIA CARVALHO TORRES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Flávio Lemos, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1874/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ANGÉLICA MARIA PIOVESAN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1875/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ANA CLEZIA DAS NEVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1876/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ANANIAS PEREIRA DE JESUS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1877/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ANTONIO ALDO RODRIGUES DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DGS-03, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1878/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

EDIMAR RIBEIRO DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1879/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

EDUARDO BERTOLETTI SIVEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-11, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1880/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ERMANO FRANCO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1881/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

EZEQUIEL RODRIGUES MOLDES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-27, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1882/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

FERNANDA ALVES FRANCISCO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1883/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

IVAIR DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1884/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

IVETE DA SILVA VIEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1885/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

IVINA NADJA ROQUE REBOLÇAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-09, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1886/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

IZAIAS LUCIANO DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1887/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JULIO COELHO DOS SANTOS JUNIOR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1888/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

KARIN CRISTINA ANDRADE DE ASSIS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1889/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

KEILANE KLEMENZ PIRES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1890/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LIZANDRO ANTONIO BORELA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1891/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

OSMARINA DA PAZ OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1892/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

PAULO ROGÉRIO FERREIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-28, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1893/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

PATRICK EDUARDO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1894/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ROBSON DE JESUS DAVID, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1895/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

SILVANA SCHULZ TESCH, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1896/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

SOIONIR FATIMA FONTOURA MARCONDES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1897/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA CÉLIA SILVEIRA SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-03, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1898/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

VALDIR SECCHI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-29, no Gabinete do Deputado Kaká Mendonça, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1901/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

GREGÓRIO CARDOSO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1902/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JANILSON DE SOUZA CRUZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1903/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARCELO MALDONADO RODRIGUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1904/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1905/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE LUIZ DA SILVA FILHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1906/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LUIZ CARLOS BORTOLETO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1907/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LEILA OLIVEIRA FORTUOSO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1908/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

AGRIPINA NETA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1909/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

RONALDO BORGES BAYLÃO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1910/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA DE NAZARÉ DA SILVA GUSHIKEN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-16, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1911/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

TALITA MESQUITA COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1912/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MIKAEL PEREIRA MACIEL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1913/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ELPIDIO GALINDO DE BARROS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1914/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ERICA ARAUJO JENNINGS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1915/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

HAMILTON PEREIRA DE GODOY, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-16, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1916/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

JOSÉ PRAXEDES SOUTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1917/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

LUIZ CARLOS COELHO DE MENEZES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1918/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

LUZIA ALVES DOMINGUES DE LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1919/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

MARCIO MACEDO DE AGUIAR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1920/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

ROBERTO MORAES DE MELLO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1921/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

MARILDA FERREIRA DE OLIVEIRA DE ARAUJO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-3, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1922/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

VALTER ALVES GUEDES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1923/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

JOANA DARC DO NASCIMENTO LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-03, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1924/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA NAZARÉ FREITAS SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-03, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1925/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

IVO SANTANA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-06, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1926/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

BENJAMIM DO NASCIMENTO ZEGARRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1928/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

RAQUEL DE SOUZA PAIVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1929/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

DHYENIFER DE SOUZA PEIXER, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1930/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JANE DE PINHO SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Marcos Donadon, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1932/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARLI DA SILVA TOLEDO BUENO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, no Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1933/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LUCI FERREIRA PINTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, código DGS-02, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1934/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

IVO PEREIRA CAVALCANTE MIRANDA JUNIOR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DGS-03, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1935/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ROSEMEIRE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Apoio, código DGS-09, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1936/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ADENIR DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1937/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

APARECIDA TEODORO DE MELO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1938/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

CLAUDIA PEREIRA ALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-17, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1939/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

GIOVAN DAMO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-15, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1940/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ISSAO XOJI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1941/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

KEILLY TEODORO SANTANA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-07, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1942/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARLENE DOS SANTOS MELLO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-19, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1943/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MAURILIO FORTUNATO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1944/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

RENATA BATAGLIA DE CASTRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-07, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1945/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ROGERIO CARVALHO DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-20, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1946/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

SHEILLA LUNA BARBOSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1947/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOAO CAETANO DALAZEN DE LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1948/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1949/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

NADIELLE CRISTHINE DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-20, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1950/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

WALTEJANE MARIA DE SOUZA MORAES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-07, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1951/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

PAULO SERGIO DE AVELLAR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-06, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1952/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ADRIANA MEDEIROS DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1953/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ANA CARLA GONÇALVES SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1954/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

DERLI BENTES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1955/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

EDNALVA RODRIGUES SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1956/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

EUNICE DA SILVA PEDROSO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1957/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

HERYCO BATISTA ANTONELLO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1958/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

FRANCISCA SEVERINO VENCESLAU, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1959/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JULIANO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1960/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

KATIA MARIA DOS SANTOS SERRÃO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1961/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LEANDRO CASTORINO DA COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1962/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA DORANETE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1963/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA APARECIDA DE PAULA ANTUNES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1964/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

GLAUCIA TAVARES PRIMO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1965/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA ISANISA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1966/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARINES FORTUNATO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1967/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ANDRÉ LUIZ DE SOUZA GOMES MACHADO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1968/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ROMILDO RODRIGUES DE ARAUJO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1969/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ROSEMERE DE JESUS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1970/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

SUELI VANJURA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1971/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

VALMIR RIBEIRO DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1972/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

VERA LUCIA CARVALHO DE FREITAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1973/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE LUIZ DE OLIVEIRA GONÇALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1974/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARCIANA NOGUEIRA DE PADUA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Luiz Cláudio, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1975/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSELENE DE OLIVEIRA SOUSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1976/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

GERFREY GUILHERME DA CRUZ MESSALI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1977/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

FAGNER XAVIER RABELO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1978/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

CARLOS ALTAIR MOREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-15, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1979/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

VIVIANE PEREIRA DE MELLO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1980/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LUCIA HELENA DOS SANTOS DUARTE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1981/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

TAINARA CABRAL TEGONI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1982/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

KELCELENE DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-08, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1983/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

VIVIANE DA SILVA ANDRADE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-19, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1984/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

ANTONIO MERÊNCIO DOS SANTOS NETO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-23, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1985/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

BALBINA ALGARANAZ SANTOS SOARES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-19, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1986/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

CLECIO PEREIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1987/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

DEUSIMAR RODRIGUES PEREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1988/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

MARIA AMELIA FERNANDES DE FRANÇA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-19, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1989/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

ALDENIZIA FERNANDES GOMES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1990/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ALESSANDRA DE FREITAS PEREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1991/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ALTEMIRA LUCIA CASTRO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-03, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1992/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ANNA LETICIA SANTOS LIMA DE SOUSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-07, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1993/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

DANUBIO JUNO DE ARAUJO GOMES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1994/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

DEBORA FERREIRA DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-16, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1995/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ELIEZER FERREIRA DA SILVA JUNIOR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1996/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ELZA SANTIAGO DA CRUZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1997/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ERIC UILIAN MARQUES APONTES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-03, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1998/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

FRANCISCO DE SOUZA MELO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-19, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1999/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

FRANCISCO VIEIRA FURTADO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-04, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2000/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

FRANCISCO XAVIER CARDOSO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2001/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE MARIA GOMES DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-03, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2002/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE ORLANDO LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2003/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE RIBAMAR SÁ SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2004/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE VICTOR LOPES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2005/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA VILMA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2006/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

NILVA MARCELINO PEREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2007/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

OBEDE SOUZA ASSIS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2008/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

PRISCILA MORAES DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2009/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

RAIMUNDO DA ROCHA AMARAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2010/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

SANDRA REGINA ESPINDOLA MORO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2011/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

SEBASTIAO GUIMARAES COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-03, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2012/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

TARCISO GOMES PORTELA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2013/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

TCHEIME KELLY DOS SANTOS STUOO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2014/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

WASHINGTON DA SILVA MALAGUETA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2015/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, código DGS-02, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2016/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA NILDE FERREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DGS-03, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2017/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

DAIANE ALMEIDA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Apoio, código DGS-09, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2018/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

RONALDO BATISTA ALEXANDRE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-12, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2019/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

RECIELA FRANCIOLI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2020/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA DE LOURDES LOPES DE ALMEIDA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2021/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARCILEIDE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2022/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JERRY LUIS RIBEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2023/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

DANILO DA SILVA CARDOSO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2024/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LOURIVAL DE PAULA VIEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete da Secretaria Administrativa, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2025/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

EDER BUISSI CAMARGO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2026/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

KARIME DUARTE SERRAO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2027/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ERIK BARROSO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2028/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARCIA AMORIM XAVIER, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2029/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

RENATA RAVANI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2030/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

PAULO SERGIO MENDES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2031/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA ALICE FERREIRA RUFINO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2032/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

PAULA FERNANDA DE ASSIS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2033/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE ROBERTO PEREIRA DE LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-18, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2034/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ANA PAULA SILVA DE ALENCAR MAGALHÃES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2035/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

LAURA FERNANDA VIEIRA NEVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2036/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

SEBASTIANA SÁ DE FREITAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2037/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

PATRICIA MUZUCO WATANABE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2038/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

GLORIA RODRIGUES ALVES ASSIS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2039/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARTIZAEL AUGUSTO LOPES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2040/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

GREICE KELLY GARCIA DE LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2041/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

UILIAN DIEGO MARTINS SIQUEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2042/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE DO CARMO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2043/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ERMELINDA DA SILVA GOMES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2044/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

KAMILA OLIVEIRA CARDOSO CAZULA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2045/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOAO BOSCO RODRIGUES BEZERRA ROCHA SEGUNDO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2046/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

AURISTENIA SOARES BARBOSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2047/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

WILLIAM FERREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-18, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2048/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

CLAUDIO CEZAR DE FARIA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2049/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

EDIMILSON MARQUES BARBOSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2050/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ILSON CORREIA GONÇALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-22, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2051/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE APARECIDO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-23, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2052/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

MARIA DE JESUS MORENO CORDEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, no Gabinete da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2053/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

OLIVIO GILBERTO PERSCH, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2054/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JULIANE TORRES SANTANA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-14, no Gabinete da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2055/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

ELIEL OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2056/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

WALDERLY FONSECA PIMENTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-13, no Departamento de Planejamento Geral, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2057/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

INARA LEANDRO RIBEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-22, no Departamento de Informática, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2058/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

RICARDO JOSE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-27, no Departamento de Informática, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2059/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

TIAGO UZEDA RODRIGUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-25, no Departamento de Informática, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2060/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

CLEICE MARIA MARTINS MEDEIROS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, no Gabinete da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2061/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

N O M E A R

JOSE ZACARIAS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, no Departamento de Cerimonial, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2062/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

ANA CRISTINA FORTALEZA INACIO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, no Departamento de Cerimonial, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2063/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

JALUSA LUANA BRASIL DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, no Departamento de Cerimonial, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2064/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

DAVI ALVES MARCELINO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2065/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

GERALDO NICOLI JUNIOR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Departamento de Cerimonial, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2066/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

MARIA MARGARETH DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Departamento de Cerimonial, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2067/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

RICHARDSON CRUZ DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2068/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

CLEUSA OLIVEIRA BARROS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2069/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

NOMEAR

PATRICIA MIGLIORINI COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de abril de 2013.

Porto Velho, 17 de abril de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL